

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e
Patrimônio Cultural



De quem é a Cidade Heroica? Trajetórias da Preservação do Patrimônio Cultural, Atratividade Turística e Participação Social em Jaguarão, Rio Grande do Sul (1982 - 2011)

Mariciana Zorzi

Pelotas, 2012

MARICIANA ZORZI

De quem é a Cidade Heroica? Trajetórias da Preservação do Patrimônio Cultural, Atratividade Turística e Participação Social em Jaguarão, Rio Grande do Sul (1982 - 2011)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Pelotas, 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Z88q

Zorzi, Mariciana

De quem é a cidade heroica? trajetórias da preservação do patrimônio cultural, atratividade turística e participação social em Jaguarão, Rio Grande do Sul (1982 – 2011) / Mariciana Zorzi; orientador Fábio Vergara Cerqueira. – Pelotas, 2012.

191 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2012.

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação. 3. Turismo.
4. Participação social. 5. Jaguarão. I. Cerqueira, Fábio Vergara, orient. II. Título.

CDD: 338.4791

Aline Herbstrith Batista – CRB 10/ 1737

Biblioteca Campus Porto - UFPel

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira (UFPEL) (Orientador)

Profa. Dra. Maria de Fátima Bento Ribeiro (UFPEL)

Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes (UNICAMP)

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, a todos os entrevistados desta pesquisa, pois interromperam suas atividades diárias de trabalho ou de lazer e expuseram suas ideias, suas lembranças e seus anseios. Sem vocês este trabalho não teria sentido e não seria possível.

Ao Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira, por me orientar na graduação e no mestrado, acreditar nas minhas ideias e trabalhar na perspectiva do diálogo. Agradeço também, por ter me indicado o caminho da fronteira, contribuído com suas experiências, leituras e ideias, durante toda caminhada,

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, pelas contribuições e ensinamentos.

Agradeço também à CAPES, pelo financiamento desta pesquisa e pela oportunidade de estudar na Universidad de Buenos Aires, por meio do *Programa de Cooperación Internacional Asociado para el Fortalecimiento de Posgrado – Brasil/Argentina (CAFP/BA)*, além da experiência imensurável tive o privilégio de conhecer o Prof. Dr. Rodolfo Bertoncello, a quem dedico um agradecimento especial, por sua dedicação e profissionalismo para com meu trabalho.

Aos amigos que fiz no mestrado, especialmente à Vanessa Bosembeker e aos companheiros de estágio em Buenos Aires: Estefânia Jaekel, Fernando Almeida, Ilza Carla Lima e Jonathan Caino, com vocês vivi momentos inesquecíveis e aprendi muita coisa.

À minha família de “perto”: Alúcio Gomes Alves, Cristiano Gehrke, Carla Ávila, Luciana dos Santos, Luciana Peixoto, Luísa Lacerda Maciel e Rafaela Nunes Ramos, amigos de longa data que tornaram os momentos difíceis que passei em Pelotas mais alegres, obrigada pela amizade e companheirismo, de uma forma ou outra, todos ajudaram.

Aos meus pais, agradeço pelo suporte psicológico e pelo amor incondicional, sempre presentes com uma palavra de entusiasmo e esperança.

Os meus sinceros agradecimentos a Agustín Thompson, pelo carinho e pela força transmitidos via *skype*.

Ao Instituto de Memória e Patrimônio por permitir a utilização dos dados do MEMORIAR e do CAEP na análise, e a todos que direta ou indiretamente participaram e contribuíram nessas atividades educativas.

Aos amigos que fiz em Jaguarão, Juliete e Edson, por terem me hospedado, serei eternamente grata.

Aos integrantes da Secretaria de Cultura e Turismo de Jaguarão agradeço por me receberem sempre de forma atenciosa e dispostos a ajudar.

Por fim, aproveito este espaço, para dizer que esta pesquisa tem um único sentido: pensar a relação entre turismo e patrimônio cultural em Jaguarão, em nenhum momento buscou-se privilegiar um grupo ou partido político, nem fazer afirmações tendenciosas. Espero que todos façam um bom proveito dos dados inseridos neste trabalho.

Resumo

O presente trabalho busca apresentar em que medida as ações de preservação do patrimônio cultural influenciam na constituição da atratividade turística de Jaguarão (RS), bem como o modo como os moradores participam desse processo. A análise se sustenta na delimitação de cinco ações de preservação do patrimônio cultural realizadas entre 1982 e 2011, a saber: Projeto Jaguar, IPAJ, PRIJ, Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico, e Refuncionalização da antiga Enfermaria Militar. As entrevistas foram utilizadas como suporte metodológico, realizadas em três momentos: no entendimento das ações de preservação do patrimônio cultural, na contextualização social de cada ação e na verificação da existência de participação social. Através deste trabalho, foi possível averiguar que: 1) a escolha do que é patrimônio cultural e do que é atrativo turístico ocorreu inicialmente por meio das reivindicações do Grupo Jaguar; e 2) a relação entre turismo, patrimônio e participação social sofreu algumas modificações, sobretudo nas atuais ações de refuncionalização.

Palavras-chave: patrimônio cultural; preservação; turismo; participação social e Jaguarão.

Abstract

The present work aims to show how far actions of preservation of cultural heritage influence the constitution of tourist attraction in Jaguarão (RS), as well as how residents participate in this process. The analysis was guided by the definition of five actions of cultural heritage preservation, carried out between 1982 and 2011, namely: Jaguar Project, IPAJ, PRIJ, *Tombamento* of historic and landscape heritage, and the re-functioning of the ruins of the former military infirmary. The interviews were used as methodological support, carried out in three stages: understanding actions of preservation of cultural heritage, social context of each action and social participation. Through this work, it was that: 1) the choice of what is heritage and tourist attraction was influenced by the Jaguar Group's claims, and 2) the relationship between participation social, cultural heritage and tourism, has undergone some changes, especially in the functionalization of existing stocks.

Keywords: cultural heritage; preservation; tourism; social participation and Jaguarão.

Lista de Figuras

Figura 1	Paisagem do centro caracterizada pelas construções horizontais.....	14
Figura 2	Vista geral de Jaguarão.....	14
Figura 3	Fluxo de turistas sentido Brasil-Urugai.....	16
Figura 4	Localização das cidades inseridas no PAC das Cidades Históricas.....	40
Figura 5	Entrevista com Valdo Nunes.....	58
Figura 6	Entrevista realizada no bairro Carvalho.....	60
Figura 7	Capa da programação do evento.....	64
Figura 8	Encontro de Escolas de Arquitetura realizado em Jaguarão.....	65
Figura 9	III Vigília Musical na Enfermaria.....	68
Figura 10	Adesivo do III Vigília Musical na Enfermaria.....	69
Figura 11	Mapa dos setores.....	72
Figura 12	Mapa de localização da ZPHA E ZPHN.....	75
Figura 13	Organograma do PRIJ.....	76
Figura 14	Lateral em que ficará a futura entrada do prédio e vista da cidade e Rio Jaguarão.....	91
Figura 15	Croqui do Centro de Interpretação do Pampa.....	92
Figura 16	Mapa de localização dos bairros da área urbana, áreas pesquisadas em destaque.....	100
Figura 17	Beira do rio Jaguarão.....	103
Figura 18	Largo das Bandeiras.....	103
Figura 19	Praça Comendador Azevedo.....	103

Figura 20	Desenho produzido pelos educandos da escola Lauro Ribeiro...	107
Figura 21	Desenho produzido pelos educandos da escola Castelo Branco.	107
Figura 22	Apresentação da escola Manuel Pereira Vargas.....	108
Figura 23	Apresentação do objeto.....	109
Figura 24	Apresentação da pesquisa sobre o Mercado Público.....	110
Figura 25	Desenho realizado pelas alunas da E.M.E.F Manuel Pereira Vargas.....	111
Figura 26	Maquete confeccionada pelas alunas da E.M.E.F Manuel Pereira Vargas.....	111
Figura 27	Etapa I.....	113
Figura 28	Etapa II.....	113
Figura 29	Fachada do Clube Jaguareense apoiada pela cimalha.....	119
Figura 30	Esgoto sem duto de canalização, bairro Cerro da Pólvora.....	122
Figura 31	Abraço às ruínas da antiga Enfermaria Militar.....	130
Figura 32	Material de divulgação do Fórum Patrimônio Histórico e Cultural de Jaguarão (2009).....	132
Figura 33	Conferência de abertura do Fórum Jaguarão: Cidade Patrimônio.	133
Figura 34	Abraço ao Clube Social 24 de agosto.....	134
Figura 35	Folder do Roteiro Arquitetônico.....	138
Figura 36	Revista Trânsito Livre, ano 2006.....	140
Figura 37	Folder de divulgação do 1º Seminário.....	142
Figura 38	Reportagem sobre Jaguarão na Revista Voe – <i>Trip</i> Linhas Aéreas.....	145
Figura 39	Vista lateral do Mercado Público.....	150
Figura 40	Croqui do projeto do Mercado Público.....	151
Figura 41	Usina Elétrica de Jaguarão, sem data.....	152

Figura 42	Usina Elétrica de Jaguarão desativada.....	152
Figura 43	Meninos jogando bola no pátio da enfermaria.....	154
Figura 44	Varal de roupas no pátio da enfermaria.....	154

Lista de Tabelas

Tabela 1	Relação de entrevistados por ação de preservação do patrimônio.....	59
Tabela 2	Relação de entrevistados por gestão.....	59
Tabela 3	Quantificação de entrevistados por bairro.....	60
Tabela 4	Delimitação das Zonas de Preservação no PRIJ.....	74
Tabela 5	Delimitação dos setores de preservação no tombamento do conjunto.....	80
Tabela 6	Escolaridade dos respondentes dos questionários do MEMORIAR	96
Tabela 7	Faixa etária dos respondentes dos questionários do MEMORIAR..	97
Tabela 8	Escolaridade dos entrevistados.....	100
Tabela 9	Faixa etária dos entrevistados.....	101
Tabela 10	Naturalidade dos entrevistados.....	101
Tabela 11	Renda dos entrevistados.....	101
Tabela 12	Profissões dos entrevistados.....	102
Tabela 13	Locais frequentados pelos entrevistados.....	104
Tabela 14	Elementos desenhados pelos educandos de duas escolas de Jaguarão no 3º encontro do programa MEMORIAR.....	106
Tabela 15	Locais pesquisados pelos alunos da E.M.E.F Marcílio Dias.....	112
Tabela 16	Opinião dos entrevistados sobre o fluxo de turistas na cidade.....	114
Tabela 17	Atrativos turísticos segundo os entrevistados.....	115
Tabela 18	Locais que poderiam ser atrativos turísticos segundo os entrevistados.....	116
Tabela 19	A relação entre os principais atrativos turísticos de Jaguarão e os bens culturais/naturais citados nos questionários.....	117

Sumário

Introdução	13
1 Patrimônio cultural e turismo nas ações de preservação	21
1.1 Preservação e turismo: poder, escolha e conflito	21
1.2 A constituição de uma Política Nacional do Patrimônio Cultural no Brasil	29
1.3 Gestão do patrimônio cultural e do turismo.....	40
1.4 Participação social e educação patrimonial: por uma cultura mais viva	51
2 As ações de preservação do patrimônio cultural em Jaguarão	57
2.1 Metodologia	57
2.2. A trajetória das ações de preservação em Jaguarão (1982-2011)	62
2.2.1 Projeto Jaguar	62
2.2.2 IPAJ e PRIJ	71
2.2.3 Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão	77
2.2.4 Refuncionalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar	87
3 O olhar dos moradores: patrimônio cultural, turismo e participação social ..	94
3.1 Diferentes metodologias de educação patrimonial: MEMORIAR e CAEP	94
3.2 De volta a campo	98
3.3 Lugares em comum.....	102
3.4 O turismo na cidade, a cidade de turismo?	113
3.5 Participação Social.....	117
3.6 Interpretando interpretações.....	122
4 A participação social e a influência das ações de preservação na constituição da atratividade turística de Jaguarão (RS)	126
4.1 A participação social nas ações de preservação do patrimônio	126
4.2 O turismo nas ações de preservação do patrimônio	135
4.3 Um panorama do futuro	146
Considerações finais	156
Fontes	159
Referências	162
Apêndices	168
Anexos	175

Introdução

Nas últimas décadas, pôde-se observar um crescente interesse pelo passado, por elementos, objetos, símbolos e lugares que remetam a épocas e a contextos. Isso explica o grande número de visitação a museus, sítios arqueológicos, festas tradicionais, cidades históricas, em todo o mundo (TROIÑO VINUESA, 2003; CALLE VAQUERO, 2006). Do global ao local, percebe-se também a valorização das tradições no núcleo de comunidades, sejam elas descendentes de indígenas, ribeirinhos, quilombolas, ítalo-descendentes ou de outras etnias.

Ao mesmo tempo, em termo normativo e institucional, lugares históricos, que, durante algumas décadas de descentralização foram abandonados, agora são reincorporados à economia política das cidades e às lógicas da economia global (PAES, 2009, p.162), através do reconhecimento internacional conferido pela UNESCO, ou, no caso do Brasil, tombados de forma isolada ou em conjunto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ao ser elevado à categoria patrimônio, esses lugares passaram a receber incentivos públicos e privados para a sua refuncionalização, revitalização, reabilitação, enfim, diferentes intervenções que propiciam o crescente interesse pelo passado, e que, em alguns casos, também são consequência dele (CUNHA, 2010).

A atividade turística é um agente importante no processo de reconhecimento de um bem como patrimônio, pois é vista como um recurso de dinamização econômica de lugares históricos, o que de certa forma impulsiona as ações de preservação, levada a cabo por agentes científicos e ou pelo Estado, que escolhem o que preservar e quais patrimônios legitimarem (BERTONCELLO, 2010). Esse processo contribui não só para a criação da imagem da cidade e sua atratividade turística, como também influencia na relação entre moradores e os lugares históricos.

Na utilização dos bens culturais como recurso turístico, independente do nível de desenvolvimento dessa atividade, vale dizer que o turismo age de forma ambivalente. No Brasil, são inúmeros os exemplos das ações e impactos do turismo nas comunidades, gerando diferentes abordagens: ele age negativamente sobre

uma localidade, na medida em que descaracteriza e transforma os bens culturais e a dinâmica social e territorial; ele reforça positivamente o sentimento de pertencimento dos moradores em relação aos bens e dinamiza a economia, pois torna evidentes traços identitários e revitaliza o patrimônio arquitetônico e paisagístico.

Com vistas a essas conjunturas, muitos pesquisadores vêm avaliando a relação entre patrimônio cultural e turismo. Na América do Sul, embora esse tema seja relativamente novo, estudos apontam problemáticas importantes que servem como indicadores de impacto para as futuras ações (FUNARI & PELEGRINI, 2009).

Diante do exposto, os lugares considerados patrimoniais configuram-se como um campo, muitas vezes conflituoso, onde atuam especialistas, Estado, empresas, e em menor escala os moradores de determinada área ou cidade. Nesse contexto, é que nos vemos diante do questionamento, objeto desta pesquisa: Em que medida as ações de preservação do patrimônio cultural incidem sobre a constituição da atratividade turística de Jaguarão e como a população participa deste processo?

O município de Jaguarão está localizado na fronteira Meridional do Rio Grande do Sul, faz divisa com a cidade uruguaia de Rio Branco. A atratividade turística do centro urbano é formada pela arquitetura eclética, com construções horizontais preservadas (Figuras 1 e 2), o Rio Jaguarão e a Ponte Internacional Mauá, as portas de madeira da rua XV de novembro e ainda, bens isolados, como por exemplo, as ruínas da antiga Enfermaria Militar.



Figura 1- Paisagem do centro caracterizada pelas construções horizontais.
Fonte: Dossiê de Tombamento, 2010, p.157, autor Eduardo Tavares, 2009.



Figura 2- Vista geral de Jaguarão.
Fonte: Dossiê de Tombamento, 2010, p.157, autor Eduardo Tavares, 2009.

Os prédios históricos da cidade hoje reconhecidos como patrimônio nacional e considerados atrativos turísticos representam diferentes fases de ocupação do território¹. De acordo com Franco (1980), o início do povoamento ocorre a partir de um acampamento militar situada no entorno da atual Praça Dr. Alcides Marques. Para o autor, três elementos geográficos foram importantes na ocupação do território do atual município: o Rio Jaguarão, o Cerro da Pólvora e o Cerro das Irmandades. A partir desses locais a cidade se estruturou em três pontos: a antiga guarda militar, no Cerro da Pólvora, a praça, onde se instalaram as primeiras residências e estabelecimentos comerciais, e o porto, na margem do Rio Jaguarão. É nesse contexto que se fundaram as bases do desenvolvimento da cidade, tanto em relação à questão militar, quanto à criação de gado e o comércio. Posteriormente, ocorreram processos semelhantes a outras cidades brasileiras, como a escravidão, o desenvolvimento econômico e cultural, ocasionados pelo rápido enriquecimento de uma elite (FRANCO, 2001).

No entanto, a maioria dos turistas que circula pela cidade não se desloca com o objetivo de conhecer sua história e seus atrativos, a motivação é o turismo de compras². Desde a criação do comércio de importados na cidade uruguaia de Rio Branco, em 2004, o chamado comércio *Free Shop*, o fluxo de turistas aumentou consideravelmente (Figura 3). Isso porque a cidade vizinha ainda não possui infraestrutura e serviços turísticos, como hospedagem, por exemplo. Assim, o patrimônio arquitetônico é visto, principalmente pela gestão pública, como uma forma de fixar este turista na cidade.

¹ O objetivo deste trabalho, não está centrado no entendimento da história de Jaguarão, seus períodos econômicos e políticos. Estas contextualizações podem ser encontradas nos trabalhos de autores locais como de Sérgio da Costa Franco, Eduardo Soares, nas publicações do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Tampouco se busca entender a evolução urbana de Jaguarão e suas características arquitetônicas relacionadas à história local e regional.

² A análise deste trabalho não contempla dados relativos ao turismo de compras e ao perfil dos turistas que circulam por Jaguarão.



Figura 3 - Fluxo de turistas sentido Brasil-Uruguai.
Fonte: A Autora, dezembro de 2011.

Por outro lado, a ideia do uso turístico do patrimônio cultural de Jaguarão não surge com a criação dos *Free Shops*. Na década de 1980, formou-se um grupo que buscava a preservação do patrimônio arquitetônico e seu uso enquanto recurso turístico. As idéias foram materializadas no Projeto Jaguar (1982) e executadas por diferentes grupos sociais e com intensa participação social. Dentre uma das consequências diretas deste projeto está o Inventário do Patrimônio Arquitetônico (1987) e o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (1991).

A partir de 2009, ocorreu uma sequência de ações³ que resultaram no Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Jaguarão (2011) e na Refuncionalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar, essa hoje em andamento.

Com base neste contexto de institucionalização do patrimônio cultural, sentiu-se a necessidade de entender como as ações de preservação do patrimônio incidem sobre a constituição da atratividade turística e de que modo os moradores participam dessas ações. Cabe salientar que Jaguarão, diferentemente de outros casos, ainda não possui um fluxo intenso de turistas e os impactos mais comuns causados pelo turismo em cidades históricas ainda não são claramente evidenciados no município.

No entanto, concordamos com Bertencello (2008) ao apontar a necessidade de estudos e discussões teóricas no campo do turismo que analisem experiências

³ Está em andamento a reforma do Teatro Esperança, porém, esta ação de preservação não foi incluída na pesquisa, pois a mesma se trata de um bem isolado sem mudança de uso original. Outra ação que também não foi incluída nesta investigação é o “restauro” do Mercado Público Municipal, pois se encontra sob a forma de projeto.

de intervenção e planejamento já passadas. Estes estudos, de acordo com o autor, podem proporcionar ao pesquisador a análise das transformações resultantes, dos obstáculos encontrados ou das estratégias e mecanismos utilizados em sua implementação.

Para Prats (2005) é necessário desenvolver uma crítica patrimonial que esteja especialmente centrada nos conteúdos, nos discursos, nos projetos, intervenções e políticas patrimoniais:

Una crítica de fondo, organizada y sistemática, que suponga en la práctica poner en evidencia y hacer llegar al público, a la sociedad, para bien y para mal, las claves ocultas de cualquier actuación en el campo del patrimonio (PRATS, 2005, p.22).

Desta forma, o presente trabalho pretende investigar o modo como ações de preservação do patrimônio cultural incidem sobre a constituição da atratividade turística de Jaguarão e como a população participa desse processo. Podemos acrescentar alguns objetivos que o trabalho pretende alcançar.

- a) Realizar um levantamento histórico da preservação patrimonial e do desenvolvimento do turismo em Jaguarão desenvolvidas entre 1982 e 2011.
- b) Mapear as formas de participação dos moradores nas ações de preservação do patrimônio cultural e do desenvolvimento do turismo realizadas neste período.
- c) Mapear as ações desenvolvidas pela atual gestão municipal e os projetos relacionados ao desenvolvimento do turismo com base no patrimônio arquitetônico.
- d) Entender a noção de atratividade turística e de participação social dos gestores.
- e) Entender como os moradores se relacionam com o turismo e o patrimônio arquitetônico, presentes na cidade.

Para realizar este trabalho, utilizou-se a bibliografia dedicada aos seguintes temas: preservação do patrimônio, turismo em cidades históricas, planejamento e gestão do turismo. Como forma de exemplificação apresenta-se ao longo do texto alguns debates essenciais advindos de trabalhos da Geografia e Antropologia

Urbana, pois nos possibilitam analisar, posteriormente, as estratégias, os discursos e os métodos de ações mais recentes que ainda não apresentam impactos sociais evidentes. A construção do quadro teórico evidenciou três núcleos importantes de pesquisas envolvendo os temas em questão. Na Europa, existe o Grupo de Investigación *Turismo, Patrimonio y Desarrollo*, ligado ao departamento de *Geografía Humana de la Universidad Complutense de Madrid*, Espanha, coordenado por Miguel Angel Troitiño Vinuesa. Na América do Sul, está em atividade um grupo formado por pesquisadores do Projeto de Investigación *Turismo y Territorio. Lugares y Escalas en la Conformación del Mapa Turístico de la Argentina*⁴, vinculado ao *Instituto de Filosofía y Artes de la Universidad de Buenos Aires, Argentina*, sob coordenação do professor Rodolfo Bertoncetto⁵.

No Brasil, encontrou-se na Universidade de Campinas, pesquisas de mestrado e doutorado ligadas ao Grupo de Trabalho *Geografía, Turismo e Patrimônio Cultural*⁶, coordenado pela professora Dra. Maria Tereza Paes, com importantes discussões para esta investigação.

A entrevista em profundidade com informantes foi empregada no levantamento de dados, em três etapas, cada uma delas possuindo um roteiro semiestruturado específico, de acordo com os objetivos estabelecidos para o entendimento das ações de preservação do patrimônio, desenvolvimento do turismo e participação social. A primeira etapa abrangeu a realização de entrevistas com, no mínimo, um representante de cada uma das ações de preservação do patrimônio e desenvolvimento do turismo, realizadas pela iniciativa pública e privada, em diferentes períodos, a saber:

- 1982 – Projeto Jaguar
- 1987 – Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão
- 1991 - Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão
- 2011 – Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico

⁴ Este projeto se propõe compreender os processos e modalidades de valorização turística de lugares de destino turístico na Argentina, a fim de brindar insumos para uma gestão turística que contribua ao desenvolvimento local e se oriente para a sustentabilidade socioambiental. Através de uma estratégia metodológica descritiva, que combina a análise das políticas turísticas (em suas dimensões territoriais) com o estudo de casos de lugares de destino turístico (escalas local e regional), busca sintetizar os resultados no mapa turístico do país.

⁵ Alguns estudos resultantes deste grupo estão inseridos nas discussões teóricas deste trabalho. Foram sistematizados por meio da missão de estudos, realizada na Universidad de Buenos Aires, entre junho e setembro de 2011, por meio do *Programa de Cooperación Internacional Asociado para el Fortalecimiento de Posgrado – Brasil/Argentina (CAFP/BA)*.

⁶ Grupo vinculado ao Laboratório de Geografia Urbana (IG-UNICAMP).

- 2011 – Refuncionalização das Ruínas da Antiga Enfermaria Militar

No segundo momento, foram realizadas com os atuais responsáveis pelas ações de preservação do patrimônio e desenvolvimento do turismo, representados por um integrante da Secretaria de Cultura e Turismo de Jaguarão. Também foi ouvido o atual prefeito, bem como membros de duas outras gestões municipais, com o fito de entender as políticas públicas envolvendo turismo e patrimônio, em diferentes mandatos, bem como o contexto político e social de cada época.

Na terceira etapa, entrevistou-se de um a quatro moradores de cada bairro, com o objetivo principal de buscar informações a respeito das formas de participação social e, ainda, entender como os moradores se relacionam com o turismo e o patrimônio arquitetônico.

Este trabalho se desenvolve em quatro partes. No capítulo I, apresenta-se o referencial teórico pelo qual serão analisados os dados desta pesquisa. Combina-se a trajetória da política de patrimônio cultural no Brasil, aos exemplos de gestão de sítios históricos da América do Sul, como forma de mapear indicadores de impactos. Procuraram-se, na literatura dedicada ao tema da participação social, subsídios para posteriormente se analisarem os dados levantados na terceira etapa da pesquisa com entrevistas.

No capítulo II, será apresentada a metodologia utilizada na coleta de dados, bem como será apresentada a trajetória das ações de preservação do patrimônio cultural em Jaguarão, tendo como foco os agentes envolvidos, as consequências de cada ação, a metodologia empregada e o repertório patrimonial evidenciado. No capítulo III, buscaram-se, em outras pesquisas e experiências de campo, dados que pudessem ser acrescentados à análise da complexa relação entre moradores, turismo e patrimônio cultural. Deste contexto, parte-se para a análise das entrevistas realizadas com os moradores de alguns bairros de Jaguarão.

O capítulo IV busca analisar particularmente o modo como a atividade turística está presente nas ações de preservação do patrimônio no período de 1982 a 2011, e como os moradores participaram destas ações, com base nas discussões teóricas do capítulo I. Por essa razão, nos três primeiros capítulos, a estratégia textual se concentra na concatenação de aspectos teóricos e empíricos que marcam a construção da minha problemática de estudo. Como foi necessário fazer uma costura de várias linhas de raciocínio (turismo, patrimônio, participação, desenvolvimento econômico), nestes capítulos eu não enfatizo o meu

posicionamento, salvo as pequenas conclusões ao término de cada item dos capítulos. É no capítulo IV que eu exteriorizo com mais veemência a minha posição, diante do enfrentamento entre as bases teóricas e os dados empíricos produzidos em campo.

1 Patrimônio cultural e turismo nas ações de preservação

Este primeiro capítulo representa um esforço reflexivo no intuito de entender o modo como o poder, a escolha e o conflito estão presentes nas ações de preservação do patrimônio cultural e na constituição da atratividade turística, tendo como princípio norteador o caso brasileiro. Na segunda parte deste capítulo, se apresenta a relação entre patrimônio cultural e o turismo na gestão de um sítio e como a participação social se insere neste processo.

1.1 Preservação e turismo: poder, escolha e conflito

Andreas Huyssen (2000), em seu artigo “*En busca del tiempo futuro*” afirma ter sido o século XX marcado por um “boom da memória” como preocupação das ciências sociais e dos homens de um modo geral. Conforme ele, os cem últimos anos assistiram a uma intensa criação de “mercados da memória”, que passam pela museificação, pela comercialização do passado via mídia, pela tentativa de reciclar o tempo no impulso em direção à memorialização.

Inseridos neste contexto de patrimonialização e a partir dos debates citados, autores como David Lowenthal, Henri-Pierre Jeudy, Dominique Poulot, considerados “iconoclastas”, questionam a obrigação da presença material do passado. Buscam entender quais as instituições reguladoras do patrimônio cultural e analisam os procedimentos metodológicos que fazem funcionar. Alguns desses autores sistematizaram, através da expressão em inglês *living culture*, a ideia de patrimônio cultural simbolizar mais o presente do que o passado (Cf. HOLTORF 2006; LOWENTHAL 2005; MESKELL 2002; POULOT 2008; WHARTON 2005).

Para o francês Dominique Poulot, o patrimônio não é sinônimo de vínculo social, é, sobretudo, uma **construção cultural**, envolvendo:

(...) em 1º lugar, um conjunto de posses que cumpre identificar como transmissíveis; em seguida, um grupo humano, uma sociedade, capaz ou suscetível de reconhecê-las como suas, de demonstrar a sua coerência e de organizar a sua recepção; e, por fim, um conjunto de valores, políticos no sentido mais geral do termo, que permite articular os legados do passado à espera ou à configuração de um futuro, com o objetivo de promover algumas mutações e, ao mesmo tempo, afirmar uma continuidade (POULOT, 2008, p.36).

Memória e patrimônio, preservação e destruição, herança e cultura viva: duas ações ocorridas no ano de 2001 se tornaram pauta das discussões mundiais que abarcam essas relações. Foram a destruição das estátuas dos Budas de Bamiyan, no Afeganistão, e os atentados terroristas de 11 de setembro às torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova York. Tais acontecimentos foram, para a arqueóloga Lynn Meskell (2002), inegavelmente, atos políticos de natureza diferentes, com resultados devastadores.

Em março de 2001, os talibãs decidiram destruir inúmeros artefatos culturais, incluindo duas estátuas de Buda, localizadas no vale Bamiyan, pois os consideravam incompatíveis com sua fé. Essa atitude causou um grande clamor, em todo o mundo ocidental, sendo condenada pela UNESCO como um ato de "terrorismo cultural".

De acordo com Meskell (2002, p.561), para os talibãs, as estátuas budistas representavam uma **memória negativa** e o ato de destruição acabou se caracterizando como uma declaração política contra a diferença religiosa e a exclusão internacional. Atualmente, algumas pessoas percebem o local como um **patrimônio negativo**, uma cicatriz permanente, que lembra certas circunscrições de intolerância, violência simbólica, ou seja, a perda e a "barbárie". Dois anos após a destruição, a UNESCO inscreveu o vale Bamiyan como paisagem cultural na Lista de Patrimônio Mundial⁷.

Para Cornelius Holtorf (2006), uma coisa que não pode ser preservada com facilidade é o motivo para a preservação do patrimônio cultural. Conforme ele, se o patrimônio deve ser problematizado através da lente da diferença cultural, os conceitos relacionados à antítese de conservação e de destruição também deveriam ser repensados. Lynn Meskell (2002, p.566) acrescenta o debate com o seguinte

⁷ O IV critério de inscrição na lista ressalta: O Vale de Bamiyan é a maior expressão monumental do budismo ocidental. Foi um importante centro de peregrinação de muitos séculos. Devido aos seus valores simbólicos, as ações que os monumentos sofreram em diferentes épocas de sua existência, incluindo a destruição deliberada em 2001, que abalou o mundo inteiro (UNESCO, 2011).

questionamento: O que deve ser feito com o patrimônio dissonante, com o patrimônio que não se conforma a normas prevaletentes ou a sítios que são perturbadores de forma inerente?⁸

O ataque de 11 de setembro de 2001 contra as torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova York, é outro exemplo. Para Holtorf (2006), as torres gêmeas nunca foram consideradas obras-primas de arquitetura nem eram importantes para os nova-iorquinos. Mas, devido à sua perda, adquiriram novos significados: "se o patrimônio contribui para a identidade das pessoas, a perda do patrimônio pode contribuir ainda mais para a identidade das pessoas" ⁹ (HOLTORF, 2006, p.103). O autor argumenta que o recurso atual de conservação é mais um produto da história e que o apelo da história poderia ser considerado um produto de conservação. Nesse sentido, destruição e perda não seriam o oposto de patrimônio, mas parte de sua própria substância, assim como a relação entre memória e esquecimento.

Desta forma, segundo Holtorf (2006), parece estar faltando no Ocidente um conceito de patrimônio capaz de abraçar os poderes e os potenciais de destruição intencional e perda irreparável. Para ele, há dificuldade de entendimento do que é mais importante, entre a preservação de uma relíquia do passado e a continuação ativa de uma cultura viva ou quiçá, o equilíbrio entre ambas.

Pelos exemplos apresentados, é possível perceber que o conflito é consequência da diversidade de valores atribuídos a um determinado bem. Isso torna o patrimônio um campo de tensão, polissêmico, regido por instituições que exercem poder sobre ele, ou seja, uma categoria distinta de um processo natural, dado *a priori*.

De acordo com Ballart (2001, p.19), os agentes envolvidos com a escolha do que é patrimônio estão inseridos em quatro contextos:

- 1- um contexto científico-profissional;
- 2- um contexto societário-civil;
- 3- um contexto político-administrativo
- 4- um contexto econômico

⁸ "What is to be done with dissonant heritage, heritage that does not conform to prevailing norms or sites that are inherently disturbing?"

⁹ "if heritage is said to contribute to people's identities, the loss of heritage can contribute to people's identities even more"

Para Arantes (2006), o patrimônio resulta do ato de preservar. Por tal motivo, torna-se constitutiva do bem patrimonial a tensão formada entre os sentidos enraizados nas práticas dos grupos sociais que os detêm nos contextos de origem e aqueles atribuídos pelas agências institucionais.

Cabe, neste momento, fazer referência à categoria ressonância, utilizado por Gonçalves (2007). Para o autor, há uma relação, muitas vezes conflituosa, entre poder político e território, pois nem todos os bens culturais selecionados pelas instituições de preservação são apropriados pelos moradores, a ressonância seria justamente o contrário, ou seja, o poder de evocar a identificação, a noção de pertencimento e afetividade.

Para Tamaso (2007), existem elementos do cotidiano que, não obstante serem forjados como elementos identitários, nem sempre são protegidos pelas ações de preservação. A partir dessa problemática, a autora discute a relação entre lugar, valor e conflito, pela análise da enchente ocorrida na cidade de Goiás, no ano de 2002. Num contexto social de crise, ocasionado pelo transbordamento do Rio Vermelho foi possível revelar uma interpretação antropológica do confronto entre usos plurais da categoria “patrimônio” – em meio à diversidade dos artefatos, privados e públicos, sagrados e profanos, pessoais e coletivos – e a lógica de conservação patrimonial (TAMASO, 2007, p.199):

De um lado, os monumentos, as paredes, a Casa de Cora, a Cruz do Anhanguera; de outro, as fotografias de família, as pessoas, o sangue. O divisor de águas: a lama e as águas do Rio Vermelho, que fizeram emergir o sistema de exclusão inerente à lógica da conservação patrimonial (TAMASO, 2007, p. 201-202).

Tamaso salienta que o título de patrimônio¹⁰ impôs abruptamente uma nova lógica comercial, baseada menos nas relações sociais, cristalizadas no decorrer das gerações, e mais na lógica do sistema mercantil. De acordo com a autora, a valorização imobiliária e a elitização de porções do território ocasionaram a exclusão social e o empobrecimento da diversidade sociocultural, promovendo alterações significantes nas formas de valorização e no sistema de significação atribuído ao patrimônio cultural.

¹⁰ O centro histórico da cidade de Goiás foi reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO, no ano de 2001.

Desta forma, o patrimônio se configura como uma representação simbólica de uma versão da cultura e da identidade, produto de um processo social de seleção definido por valores, demandas e interesses contemporâneos, por agentes com poder suficiente para legitimá-los. Isto permite pensar que outras versões da cultura e da identidade acabam ficando “silenciadas” (TRONCOSO & ALMIRÓN, 2005, p.60), e, portanto, não representadas pelo que chamamos de patrimônio.

A noção de valor, de poder, de pertencimento e de preservação, são aspectos estritamente relacionados à constituição do patrimônio cultural como fato social. Ou seja, toda escolha pressupõe uma exclusão. A escolha do que é patrimônio para um indivíduo depende necessariamente da noção de valor que ele atribui a um determinado bem. “Diversidade implica identidades, no plural, fluidas e em mutação, pertencimentos múltiplos, parciais e contraditórios, conflitos e interesses em confronto” (FUNARI & CARVALHO, 2005, p. 37).

Para Meneses (2006, p.36-37), a cidade é um artefato, produzido no interior das relações sociais, formadoras de um campo de conflitos e de forças, sendo o artefato o produto desta força e, ao mesmo tempo, seu vetor, permitindo a sua reprodução, “(...) é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeito, reciclam-se e se descartam (...)”. Continua o autor,

(...) são nas forças que geram os interesses e nos conflitos que podem opô-los uns aos outros e nos jogos variados de proposição, imposição ou negociação que encontraremos as chaves pelas quais certos atributos geométricos e físico-químicos (ou únicos imanentes) das coisas permitem sua mobilização a serviço dos sentidos (...).

E como o turismo se apropria destes significados? A escolha de bens culturais para constituir a atratividade turística de uma região ou cidade é um processo que envolve diferentes atores e setores do sistema turístico¹¹. Na maioria dos casos, vincula-se diretamente ao mercado, que muitas vezes atua por uma lógica “caótica” de lucro, no sentido de que não respeita um plano ordenado, mas a planejamentos de atores particulares em busca do lucro ou mesmo de um alto grau

¹¹ O turismo é caracterizado por alguns autores como um sistema envolvendo diferentes setores da sociedade. De acordo com Beni (1998), os componentes do sistema são os subsistemas identificados nos conjuntos das relações ambientais, da organização estrutural e das ações operacionais do SISTUR, quais sejam: os subsistemas ecológico, econômico, social e cultural, da superestrutura, da infraestrutura, do mercado, da oferta, da demanda, de produção, de distribuição e de consumo.

de improvisação dos setores turísticos privados, quando desprovidos de orientação técnica.

Por tal motivo, em algumas cidades, percebe-se existir um descompasso entre a imagem turística do território, utilizada na sua promoção e o que, realmente, compõe o conjunto de símbolos, significados e costumes das comunidades. De acordo com Calle Vaquero (2006), esse fato decorre de os recursos turísticos estarem relacionados à identidade turística, sendo que essa nem sempre corresponde à identidade local.

(...) **la identidad de consumo turístico constituye una construcción menos elaborada que la identidad local**, cuyo discurso es siempre más complejo. En efecto, el proceso de construcción de la identidad turística implica tanto una selección mucho más acentuada de los elementos que han de conformar dicha identidad como una composición sustancialmente diferente, al objeto de elaborar un discurso más sencillo y asequible a unos colectivos que no siempre comparten el substrato cultural local (...) (CALLE VAQUERO, 2006, p. 161). [*grifo do autor*]

O turismo não vende um único atrativo, mas sim um conjunto de elementos que formam a atratividade do lugar, ou seja, o “destino”. Mesmo uma cidade aparentemente desprovida de atributos turísticos pode despertar o interesse de alguém, pois a constituição da atratividade turística é uma invenção. Nesse conjunto está presente a imagem do “local”, construída a partir das expectativas dos outros, os turistas.

Para Santana Tavalera:

(...) o perfil que os grupos envolvidos na origem (locais de residentes, instituições e políticos, empresários e investidores, atacadistas e varejistas) projetam de sua área (território, história, crenças, língua, atividades, produtos etc.) na construção da identidade do destino, o que fará com que se identifique como tal (unicidade) ou pela comparação subjetiva com outros destinos. A imagem no sistema turístico é, praticamente, o item que configura o destino e determina em grande parte a satisfação e a lembrança turística, principalmente pela comparação na experiência de ser turista de um destino. (SANTANA TAVALERA, 2009, p.98-99)

Rodolfo Bertoncello busca compreender quais são os patrimônios que o turismo valora, pois, para ele, nem todo patrimônio entra na lógica turística. Busca, também, entender quais são os interesses e expectativas orientadoras da seleção de um determinado bem a ser transformado em atrativo turístico. Uma cidade histórica possui diferentes construções – mas por que só alguns lugares se

transformam em atrativos? Para Bertoncetto (2010), o turismo é um processo de apropriação territorial, onde o olhar turístico fragmenta e constrói as diferenças entre os lugares. O destino fica subordinado à origem, ou seja, ao lugar de origem do turista. O autor acredita ser a atratividade constituída a partir de certas imagens, ideias e representações sobre certos lugares que circulam na sociedade de origem dos turistas.

(...) las técnicas del marketing serán las encargadas de optimizar esta selección. Siendo que sólo el patrimonio que puede ser transformado en una mercadería con demanda efectiva en el mercado será convertido en atractivo turístico. Y al mismo tiempo, sólo aquellos actores sociales que tengan reales posibilidades de intervenir en esto obtendrán beneficios de dicha valorización (BERTONCELLO, 2008, p.39-40).

Para Rodolfo Bertoncetto (2008), o desenvolvimento local configura-se como um novo paradigma, pois o impacto positivo do turismo tem uma larga tradição, expressa no apelo permanente do turismo como impulsor do desenvolvimento econômico e da preservação do patrimônio, através da interpretação¹². Segundo Costa (2009), a crença no turismo como gerador de recursos financeiros surge a partir do fim da década de 1960 nos principais documentos, recomendações e cartas conclusivas de encontros relacionados à proteção do patrimônio cultural, ocorridas em diversas partes do mundo.

Na Carta Internacional de Turismo Cultural, proposta pelo ICOMOS em 1999, a questão do desenvolvimento aparece claramente. “O turismo deve trazer benefícios às comunidades residentes e proporcionar-lhes meios importantes e motivação para cuidarem e manterem seu patrimônio e suas práticas culturais”. No princípio 7 da carta também há ênfase nesta questão:

As vantagens econômicas e sociais do turismo monumental figuram nas mais modernas estatísticas, especialmente nas dos países europeus, que devem sua presente prosperidade ao turismo internacional e que contam, entre suas principais fontes de riqueza, com a reserva de bens culturais.

¹² Nas três últimas décadas, o crescente número de visitantes a sítios históricos e naturais vem levando governos, empresários e comunidades locais a gerenciar e promover seu patrimônio como recurso educacional e como recurso de desenvolvimento turístico. A estratégia mais utilizada na Europa e nos Estados Unidos tem sido a interpretação do patrimônio para visitantes, associada à sua revitalização. No Brasil, esta prática vem sendo divulgada desde meados dos anos noventa e já temos alguns exemplos de sua aplicação no País (MURTA & GOODEY, 2005, p. 13)

As principais propostas de desenvolvimento do turismo a partir do patrimônio buscam uma solução para certos problemas como o desemprego, a pobreza e as crises econômicas em geral, através da diversificação da economia. Troncoso e Almirón (2005) se propõem pensar o turismo como uma prática que ressignifica o patrimônio a partir de processos sociais de constituição da atratividade turística, isto é, valoriza-o como atrativo turístico de um lugar. Elas salientam que, através da atividade turística, o patrimônio entra no mercado para ser consumido, pois esta prática o converte em uma mercadoria.

Para essas autoras, o turismo é uma via que habilita a valorização econômica do patrimônio. Ao mesmo tempo, ele mesmo se sustenta através do aproveitamento do patrimônio como atrativo turístico no processo de reconhecimento institucional. Para Ayelén Sosa (2010), o turismo mantém uma relação parasitária com o patrimônio, pois o patrimônio representa uma mercadoria principalmente dentro do mercado turístico internacional.

De acordo com Prats (2011), existem projetos patrimoniais de caráter local que não tem necessariamente uma orientação turística, mesmo que a associação entre turismo, patrimônio e desenvolvimento local se encontre estendida. É o que ele chama de “La museología de la frustración” (PRATS, 2011, p.254). O autor refere-se a localidades, bairros urbanos ou zonas mais extensas, que viviam exclusivamente, ou quase exclusivamente, de uma atividade econômica, normalmente industrial ou extrativista, que terminou de forma súbita, por processos de reconversão ou similar.

Segundo ele, supostamente, a administração ou os agentes culturais tem a ideia de ativar patrimonialmente a realidade desaparecida, criando um museu, por exemplo. Prats trabalha com a hipótese de que, nos melhores dos casos, vai ser um paliativo, no pior dos casos um fracasso que vai confirmar e aumentar a sensação de frustração: não só da comunidade e sua atividade produtiva que deixou de ter interesse econômico, como também, turístico. A partir disso, Prats lança a pergunta: *Y si todo esto es así ¿por qué alguien se empeña en utilizar recursos patrimoniales de escaso interés para desarrollar turísticamente zonas turísticamente inviables?*

Para Prats, isso ocorre, não só pelos interesses políticos e financeiros dos agentes envolvidos, mas principalmente em função do desejo de desenvolvimento econômico, ou seja, esses atores acreditam que o turismo somado ao patrimônio seja uma equação cujo resultado é o desenvolvimento econômico. Para o autor, na

atualidade é necessário pensar no desenvolvimento, não como crescimento econômico, mas sim como melhora da qualidade de vida da população:

(...)Se trata de activar el patrimonio como columna vertebral de la memoria (las memorias) y la identidad (las identidades), basándose en la participación social y la interacción para crear dinámicas de presente y proyectos (identitários incluso) de futuro, a partir de una visión poliédrica y no determinista del pasado (...) (PRATS, 2011, p.261).

Vimos até aqui que o turismo é um agente influente no cenário das cidades históricas, porém enfrenta diversas dificuldades para consolidar-se como um instrumento de dinamização urbana desses locais. Percebe-se também, que a relação entre turismo e patrimônio segue sendo, mesmo depois de décadas de discussões e produções, “um mar de confusões” (PRATS, 2011, p. 250), pois são duas áreas diferentes. De um lado o setor da gestão patrimonial e de outro a do setor empresarial turístico. No subitem que segue, veremos como o poder, a escolha e o conflito estiveram presentes nas ações de preservação realizadas no Brasil e como o turismo e o desenvolvimento econômico foram inseridos na política nacional.

1.2 A constituição de uma Política Nacional do Patrimônio Cultural no Brasil

O patrimônio cultural se transformou em um importante campo, no sentido antropológico, no qual é possível identificar expressões de diferentes elementos e sistemas culturais, presentes nas práticas sociais. José Reginaldo Santos Gonçalves qualifica o patrimônio como uma categoria de pensamento ambígua, “liminarmente situada entre o passado e o presente, entre o cosmos e a sociedade, entre a cultura e os indivíduos, entre a história e a memória” (GONÇALVES, 2007, p. 246).

Há diversas perspectivas desde as quais se pode defrontar uma reflexão sobre o patrimônio: uma análise formal do conceito ou um enfoque que atende não só a seu sentido epistemológico ou semântico como também a análise de casos específicos. Convém aqui elucidar que o objetivo desta pesquisa não é exatamente uma análise histórica desse conceito, a qual pode ser encontrada em outros estudos desenvolvidos no campo do patrimônio (*cf.* CHOAY, 2005; SOUZA FILHO, 1999; FONSECA, 2005; GONÇALVES, 2003). Diferentemente disso, o que interessa é fazer emergir modos predominantes de conceber e de agir sobre o patrimônio advindo do ato de preservar e sua relação com o espaço urbano e o turismo.

Os princípios fundadores da preservação estão estritamente relacionados à Revolução Francesa (1789-95), pois foi o momento quando se consolidou uma série de políticas de salvaguarda do patrimônio, com vistas a travar os numerosos e violentos atos de destruição a que a França assistia. Neste contexto, a noção de patrimônio enquanto herança¹³ ganha respaldo através de uma política patrimonial em oposição ao vandalismo, cujos objetivos consistiriam em inventariar, ou seja, em identificar, reconhecer e inscrever, no contexto de construção da identidade nacional, as obras consideradas imprescindíveis para a nação (CHOAY, 2005).

Nas palavras de Regina Abreu (2007, p.269), “cultivar as datas históricas, venerar os vultos notáveis da história nacional passava a ser o lugar, por excelência, de construção de uma narrativa nacional capaz de agregar o conjunto da nação em torno dos ideais de modernidade e de civilização”.

A associação do patrimônio nacional a um passado glorioso difunde-se por todo o Ocidente. No Brasil, a inserção desta temática na pauta das lideranças políticas e dos intelectuais começa a tomar vulto já no início do século XX (FONSECA, 2005). Dois pesquisadores podem ser considerados pioneiros de uma reflexão antropológica sobre o vínculo entre nação e patrimônio cultural. Antônio Arantes e José Reginaldo Gonçalves tomaram o patrimônio como um campo no sentido etnográfico. Nas suas pesquisas, evidenciaram as estratégias, de construir ou de inventarem, bens considerados dignos para representar a memória e a identidade nacionais, bem como as justificativas retóricas que passaram a ser disseminadas pelos agentes do patrimônio e pela sociedade brasileira.

Gonçalves¹⁴ analisou narrativas centrais na formulação de políticas do patrimônio no Brasil: a de Rodrigo Mello Franco de Andrade – um dos idealizadores e primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que inspirou sua política de 1937 a 1979 – e a de Aloísio Magalhães – que esteve à frente do SPHAN/Pró-Memória de 1979 a 1983.

¹³ É sobre esse período que trata a coletânea de textos organizados em quatro volumes pelo historiador francês Pierre Nora, da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, intitulada *Lugares de Memória*. Outra referência sobre o tema da nação é a obra intitulada *A Invenção das Tradições*, de autoria de Eric Hobsbawn e Terence Ranger.

¹⁴ O pesquisador defendeu a tese: *Rediscoveries of Brazil: Nation and Cultural Heritage as Narratives*, no ano de 1989, no Programa de Antropologia Cultural da Universidade da Virgínia, sob orientação de Richard Handler.

O autor sintetizou, na expressão “retórica da perda”, a ideia de algo se estar perdendo e de ser preciso um esforço para salvar do esquecimento referências para a construção da memória nacional. Arantes, diferentemente de Gonçalves, volta-se para os contextos sociais e institucionais em que as políticas de patrimônio nacional são construídas, procurando desvendar as relações sociais envolvidas nesse processo de patrimonialização. Desta forma, a abordagem de patrimônio cultural, enquanto categoria de pensamento, atrelada à ideia de herança, passa a ser questionada e o bem cultural “autêntico” como representação metafórica da totalidade nacional passa a ser desnaturalizado.

Maria Cecília Lourdes Fonseca (2005) apresenta, em seu livro “*O patrimônio em processo*”, a trajetória da Política Federal de Preservação do Patrimônio Nacional, considerando seu modo de ser implementada no Brasil. Um dos interesses da pesquisa foi a relação do Estado e da sociedade civil na condução de políticas públicas de preservação, ressaltando a seleção e a valorização dos bens culturais, os instrumentos de proteção e os agentes envolvidos no processo.

De acordo com a autora, primeiramente influenciada pelo modelo francês (jurídico, teórico e prático), a preservação do patrimônio no Brasil foi uma iniciativa do Estado. Em segundo lugar, assim como no caso francês, no Brasil foi o valor nacional que, por muito tempo, legitimou a preservação, ou seja, se buscava a consolidação de uma identidade nacional.

A primeira ação para preservar o patrimônio nacional foi a consagração de Ouro Preto como "monumento nacional", pelo Decreto Nº 22.928, em julho de 1933, gesto, no entanto, puramente simbólico, já que este instrumento não previa nenhum meio legal específico para a proteção do sítio urbano ou de seus monumentos individuais (FONSECA, 2005).

Em 1936, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, com o auxílio de Mário de Andrade, preparou a proposta de uma lei de preservação, a ser submetida ao Congresso Nacional, por cujo meio se criaria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como parte da estrutura organizacional do Ministério da Educação e Saúde. Finalmente, em 1937, o Decreto Lei nº 25¹⁵ forneceu a este novo órgão os meios legais para uma política de preservação efetiva, introduzindo o instrumento

¹⁵ De acordo com Cunha (2010), este decreto permanece válido até hoje e explicita quais bens podem ser enquadrados como monumentos nacionais, entretanto não expõe os procedimentos que podem ou devem ser adotados para sua efetiva preservação, principalmente relacionados aos métodos e técnicas de restauração.

central do "tombamento", quase imediatamente aplicado a Ouro Preto. A consequência principal deste procedimento legal foi permitir ao SPHAN tanto prevenir danos ou demolições dos bens tombados, quanto controlar a introdução de novas edificações no sítio protegido. De acordo com Fonseca (2005), o tombamento era feito e solicitado pelos funcionários do SPHAN a partir de uma perspectiva predominantemente estética, sendo o Barroco o estilo mais valorizado.

Décadas depois, no contexto mundial, ocorre um dos maiores avanços teóricos e normativos, em matéria de proteção do patrimônio arquitetônico: o abandono dos princípios da proteção isolada de monumentos, para pensar em abranger o tecido urbano ou a paisagem¹⁶ que o circunda. Em virtude da deterioração dos monumentos, sobretudo daqueles destruídos durante a Segunda Grande Guerra Mundial, e em função do desenvolvimento urbano desordenado, no ano de 1964 foi publicada a Carta de Veneza. Em seu artigo 1º encontramos a referência à ampliação do conceito de monumento:

O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo.

Na XVII Assembléia Geral da UNESCO, celebrada em Paris em 1972, após uma década de debates e discussões, emergiram três questões relevantes: o patrimônio natural e cultural do planeta estava cada vez mais ameaçado de destruição; a destruição do patrimônio constituía um empobrecimento para todos os povos da terra; certos bens tinham um valor universal excepcional e requeriam ser conservados como patrimônio comum. Como resposta a esta realidade, se considerou indispensável adotar um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio universal de valor excepcional, além das medidas de proteção aplicadas pelos diferentes Estados.

¹⁶ No concernente à noção de patrimônio, também observamos uma importante modificação do sentido originário, instituído após a Segunda Grande Guerra Mundial, associado restritivamente a "obras-primas do gênio criador humano". Em 1972, a UNESCO passou a admitir o sentido de "Paisagens Culturais", para caracterizar interações entre o homem e o meio ambiente natural, somando aspectos da construção humana que permanecem em certas comunidades.

Em 1972 foi aprovada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural à qual o Brasil se incorporou em setembro de 1977. A Lista do Patrimônio da Humanidade é o registro onde se inclui a pedido dos Estados interessados, os bens que, em função de seus valores, dos informes de pesquisadores e das decisões do Comitê do Patrimônio Mundial, possuem um valor universal excepcional.

As políticas de proteção e recuperação de centros históricos são recentes até mesmo na Europa, e adquirem maior visibilidade a partir das reflexões provocadas pelo desenvolvimento do urbanismo moderno (FUNARI & PELEGRINI, 2009). Os primeiros casos de práticas de refuncionalização e revitalização ocorreram em metrópoles do capitalismo avançado: Times Square e Harlem (Nova York); Tijuana (México). Na América do Sul, especialistas mobilizaram-se desde 1970, para resolver problemas em centro urbanos antigos, tais como: privatização dos espaços públicos, degradação do patrimônio cultural, precária qualidade de vida e presença predominante de população residente de baixa renda.

No Brasil, o cenário da preservação, chamada fase heroica do SPHAN, de 1937 a 1968, se encerra com o auxílio da UNESCO, visando a compatibilizar os interesses da preservação ao modelo de desenvolvimento então vigente no Brasil. O objetivo era demonstrar a relação entre **valor cultural** e **valor econômico** e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público por preservar bens culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. De acordo com Fonseca (2005, p.142), essa articulação foi feita em duas direções: "(...) seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado".

Em 1973, surgiu, então, a primeira ação concreta envolvendo o patrimônio arquitetônico e o turismo no Brasil. O **Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas**¹⁷ abarcou recursos públicos e privados, voltado para o incremento do turismo e do comércio em áreas consideradas de tradição histórica e cultural, sobretudo no Nordeste do país. A gestão do referido programa foi viabilizada a partir das reflexões do I Encontro de Governadores e Prefeitos (1970),

¹⁷ Foi transformado, no ano de 1986, em **Programa de Revitalização de Núcleos Históricos**, tendo como propósito a criação de zonas de preservação com base no conceito de Patrimônio Ambiental Urbano.

e do Encontro de Salvador (1971), organizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

De acordo com Fonseca (2005), o programa pretendia criar linhas de crédito especiais para restaurar imóveis destinados ao aproveitamento turístico, conceder incentivos tributários, e formar mão de obra especializada em restauro, além de outras medidas. Após ser implementado, obteve alguns resultados, como a adaptação de antigas residências para hospedagem e, em 1981, a recuperação do núcleo histórico de Olinda (PE). Para Cunha (2010), o programa não atingiu completamente seus objetivos, pois as áreas do projeto voltaram ao antigo estado de degradação, em função da inexistência de estratégias de sustentabilidade e de planejamento turístico.

Seguindo alguns dos preceitos do PCN, em 1995, o Ministério da Cultura (MINC) e a direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) iniciaram as tratativas para viabilizar um Programa de Preservação do Patrimônio Cultural. Após a organização dos fundamentos do programa, foram fixados os locais de intervenção prioritária: Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1999, nas comemorações dos 50 anos do BID, em Petrópolis (RJ), foi assinado o Contrato de Empréstimo com o Governo Brasileiro. No ano seguinte, iniciou-se o **Programa Monumenta** e o MINC instituiu um Comitê de Especialistas para a elaboração da lista de prioridades, organizando um *ranking* dos 101 sítios e conjuntos urbanos sob proteção federal¹⁸.

A atuação do Monumenta ocorreu em 26 cidades¹⁹ com o objetivo maior de promover obras para restaurar e recuperar bens tombados localizados nas áreas prioritárias. Não nos interessa neste momento criticar o processo de intervenção no patrimônio arquitetônico, como por exemplo, as técnicas e os métodos utilizados, ou a inserção da pesquisa arqueológica nos projetos de restauro. Nos parágrafos que seguem se buscará refletir sobre os impactos urbanos causados pela ação do Programa Monumenta e do desenvolvimento turístico em Recife (PE) e Ouro Preto (MG).

¹⁸ Informações obtidas no site oficial do Programa Monumenta.

¹⁹ Participaram do Programa Monumenta 26 cidades. Todas elas foram escolhidas de acordo com a representatividade histórica e artística, levando em consideração a urgência das obras de recuperação. Foram elas: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP), Serro (MG).

Rogério Proença de Sousa Leite (2001) foi um dos primeiro a analisar as consequências das ações de preservação em centros históricos degradados, tendo como estudo de caso as práticas de gentrificação e requalificação urbana na área central do bairro Recife Antigo (PE). Algumas ações, no entendimento do autor, fazem parte desta prática, entre elas o tombamento do bairro como Patrimônio Nacional, em 1998, e as intervenções do Programa Monumenta e do Projeto Cores da Cidade. Para ele, são ações que representam uma política de gentrificação feita pelas escalas pública e privada, diferentemente do ocorrido no Pelourinho (BA).

O processo de “revitalização”, iniciado nos anos 90, representou o terceiro grande fluxo de atribuição de sentidos ao Bairro do Recife. Dele resultou uma das mais expressivas experiências de *gentrification* no Brasil, que reinventou um lugar como *image-making* de uma modernidade global e sua expressão local de *pernambucanidade* (LEITE, 2001, p.364).

O tombamento do bairro pelo IPHAN, em 1998, veio legitimar o processo de gentrificação e também sedimentar uma nova perspectiva de preservação em vigor no Brasil (LEITE, 2001, p.364). O autor argumenta que o IPHAN reconheceu como Patrimônio Nacional um sítio urbano eclético, erguido graças à demolição de um antigo bairro colonial. Para ele, o tombamento do Recife Antigo é um marco, pois desfez a relação direta entre patrimônio como lugar da nação, para uma concepção voltada às demandas do mercado das cidades, no interior dos fluxos globais de capital.

Leite (2001) nos lembra que os objetivos sinalizavam, desde o início, o quanto a proposta estava voltada ao incremento da economia local, pretendendo tornar o bairro do Recife um complexo *mix* de consumo e entretenimento. De igual modo, a noção de um espaço de “espetáculo urbano”, que iria caracterizar todo o plano, aponta ainda o fato de o caso de Recife Antigo repetir uma tendência que tem sido quase um padrão no Brasil: não incorporar políticas habitacionais nos projetos de “revitalização”. Nem na forma de melhoria das condições de vida das populações mais pobres, em geral habitantes dessas áreas centrais das cidades (em sua maioria, regiões portuárias), nem na forma de novos empreendimentos imobiliários.

Outro caso emblemático, relacionado às políticas preservacionistas no Brasil é Ouro Preto (MG). Gabrielle Cifelli (2005) pesquisou a forma pela qual o turismo vem-se apropriando de determinadas porções do território, com base no argumento de que as funções tradicionais que os objetos são incitados a realizar para se

adaptarem às novas ações estão relacionadas ao conjunto de interesses políticos e ideológicos.

De acordo com Cifelli (2005, p.235) a atividade turística não responde às expectativas do município, pois não é a fonte de renda para a preservação patrimonial, como preconizam as recomendações internacionais e as instituições como IPHAN e UNESCO, sendo a falta de planejamento um dos motivos para isso ocorrer. Outra questão levantada pela autora é o fato de a conversão do patrimônio em produto turístico ter levado à exploração inadequada e contribuído para ameaçar sua preservação²⁰.

Cuenya (2009) afirma que os grandes projetos urbanos que operam na renovação urbana possuem ao menos três modificações na estrutura da centralidade das atuais metrópoles: **uma modificação na rentabilidade dos usos do solo; uma modificação funcional e física espacial das áreas centrais estratégicas; e uma modificação dos mecanismos de gestão pública.** Esses dois casos, Ouro Preto e o bairro Recife Antigo, ainda que, explicados aqui de forma sucinta, nos apresentam alguns impactos negativos gerados pela falta de planejamento e de normatização. Em meio a algumas discussões, o IPHAN publicou, em 2004, a portaria N^o 299, que traz no seu artigo 1^o a criação do **Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano (PPSH)**. Este plano se caracteriza como:

(...) um instrumento de caráter normativo, estratégico e operacional, destinado ao desenvolvimento de ações de preservação em sítios urbanos tombados em nível federal, e deve resultar de acordo entre os principais atores públicos e privados, constituindo-se em processo participativo (Artigo 2^o).

Em termos conceituais, apresenta a categoria **conjunto histórico**, como sendo “o sítio urbano que se configura em fragmento do tecido urbano da área-sede do município ou de qualquer um dos seus distritos ou, ainda, sítio urbano que contenha monumentos tombados isoladamente” (artigo 8^o, inciso 1^o). No mesmo

²⁰ De acordo com Cifelli (2005), em 2003 a cidade ingressou na lista de patrimônio em risco da UNESCO, devido à gravidade do quadro de descaracterização do conjunto arquitetônico e paisagístico, tombado pelo IPHAN e pela UNESCO. A causa da descaracterização está relacionada, principalmente, com a ocupação irregular de áreas de risco, sítios arqueológicos e de áreas verdes. Problemas vinculados ao tráfego de veículos pesados nas ruas do centro histórico tombado, infraestrutura de saneamento precária e obras irregulares também se enquadram no rol das dificuldades enfrentadas pelo IPHAN no que tange às ações de preservação.

artigo, inciso § 3º, busca para fins instrumentais, caracterizar três áreas básicas contíguas, a partir da Área Urbana de Interesse Patrimonial delimitadas: *área protegida; área de entorno; área de influência*. O Artigo 12 IV aponta elementos que irão caracterizar e valorar o sítio histórico urbano, tais quais:

- a) a revisão das poligonais de proteção existentes, se for o caso;
- b) a delimitação de zonas de preservação;
- c) a identificação de setores específicos de proteção;
- d) a classificação de imóveis, com definição de graus de valor patrimonial relacionados a graus de intervenção;
- e) a caracterização do perfil sócio-econômico dos setores identificados;
- f) a caracterização do perfil das atividades neles incidentes.

Em 2009²¹, durante o governo Lula, ocorreram muitas ações e mudanças em relação à gestão das cidades históricas. A começar pela publicação no Diário Oficial da União²² a Portaria Nº127, de 30 de abril de 2009, emitida pelo IPHAN, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. De acordo com o Art.4º da portaria, a chancela implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando à gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida. Essa normativa ampliou o entendimento de patrimônio cultural e o sistema de gestão que passa a ser compartilhada.

O ano de 2009 marca outra mudança significativa: com o encerramento do contrato de empréstimos com o BID, é criado o **Programa de Aceleração de Crescimento das Cidades Históricas**²³. A proposta se fundamenta na aliança entre a recuperação e a preservação do patrimônio e o desenvolvimento dos municípios e de sua população (MINC, 2009).

De acordo com o Ministério da Cultura (2009), o PAC das Cidades Históricas centra-se, por um lado, na requalificação urbanística dos sítios históricos, estimulando usos que gerem o desenvolvimento econômico, social e cultural e, por outro lado, pretende atuar na melhoria da infraestrutura urbana e social e no fomento

²¹ É importante lembrar o I Encontro de Órgão de Patrimônio em Brasília, que ocorreu em agosto de 2008, onde participaram 24 órgãos estaduais e todas as superintendências do IPHAN bem como sua direção. Foi um encontro técnico no qual se discutiu em grupos temas para a constituição de um **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural**.

²² Publicado no dia 05 de maio de 2009.

²³ O PAC Cidades Históricas é articulado pela Casa Civil, em parceria com Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério do Turismo, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Petrobrás, Eletrobrás, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil. O programa também envolve governos estaduais e municipais.

das cadeias produtivas locais, através do apoio às atividades tradicionais para incrementar a capacidade local de geração de emprego, trabalho e renda.

A fase de implementação, de acordo com o MINC (2009, p.17), corresponde à inclusão das Cidades Históricas nos programas e linhas de financiamento da agenda social do Governo Federal, como saneamento, habitação, mobilidade urbana, segurança, turismo e fomento às cadeias produtivas locais. Busca também a execução direta de ações de reabilitação nas áreas e recuperação de monumentos protegidos pelo IPHAN. Esta fase trabalha na perspectiva de contrapartidas de estados e municípios com convênios para projetos e acompanhamento da implementação, além de parcerias com concessionárias de serviços públicos, setor privado e sociedade civil.

Como forma de compartilhar experiências e atuar em conjunto, em 2009, as cidades que acolhem tombamento federal, que foram classificadas pela UNESCO e as que se destacam por proteção estadual ou municipal, formaram a Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH) ²⁴.

Outra iniciativa inserida na constituição do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural ocorreu no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (FNPC) na cidade de Ouro Preto, em dezembro de 2009. Os participantes do evento (gestores, pesquisadores, profissionais, estudantes, representantes de entidades) propuseram a criação do **Plano de Ação para as Cidades Históricas**, instrumento considerado imprescindível para os municípios com sítios ou conjuntos urbanos tombados, ou em processo de tombamento pelo IPHAN. O plano tem como proposta considerar a dinâmica urbana no seu todo e não se restringir ao perímetro protegido ou ao conjunto de bens tombados.

De acordo com o IPHAN (2011), o Plano de Ação deve definir objetivos, ações e metas para orientar a atuação integrada do poder público, em suas diferentes instâncias, setor privado e sociedade civil organizada. A superintendência do IPHAN no estado será responsável por coordenar a elaboração do plano e fornecerá apoio às atividades de capacitação, difusão e participação da sociedade.

Na abertura do texto institucional do PAC das Cidades Históricas, o Presidente em exercício do IPHAN, Luis Fernando de Almeida, salienta um aspecto

²⁴ O atual presidente da ABCH é o Prefeito de Ouro Preto (MG), Ângelo Oswaldo de Araújo Santos. Cada Região da Federação possui Vice-Presidentes, com respectivos suplentes. A Região Sul é representada pelo Vice-Presidente Célio Antônio, Prefeito de Laguna (SC) e o Suplente Adolfo Fetter Júnior, Prefeito de Pelotas (RS).

essencial do PAC das Cidades Históricas: “a participação da sociedade em todas as etapas de formulação e execução dos Planos de Ação, identificando-se os papéis que os diversos atores sociais devem desempenhar em cada uma” (MINC, 2009, p.5)

Na primeira etapa, 173 cidades históricas brasileiras (Figura 4) atenderam à primeira chamada pública e deveriam estar, com o apoio do IPHAN, discutindo as linhas básicas dos seus Planos de Ação. Destas cidades, 40% são destinos indutores do desenvolvimento turístico e regional (MINC, 2009).

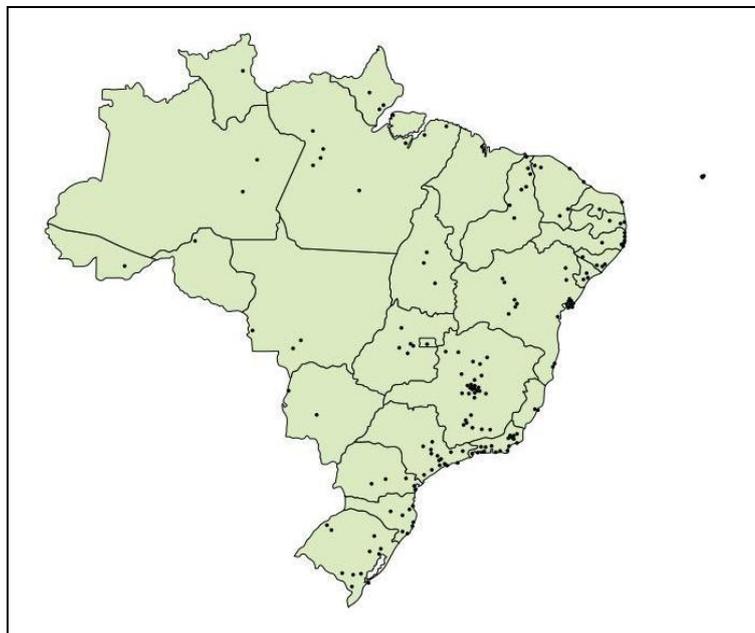


Figura 4- Localização das cidades inseridas no PAC das Cidades Históricas.
Fonte: MINC, 2009, p. 18.

Seguindo a proposta de criação de um SNPC, recentemente foi elaborado o **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)**, que, de acordo com o IPHAN (2011), é um instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil.

O IPHAN, através desta ferramenta, busca propor um modelo e metodologia única de documentação, inventário e cadastro de bens culturais, com o fito de criar uma cartografia do patrimônio, através do georreferenciamento e classificação. O sistema é constituído por um conjunto de fichas agrupadas em três módulos:

Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e conta com um conjunto de fichas estruturadas para a captura e organização de informações, conforme o objetivo do estudo ou inventário.

As fichas do módulo de “Gestão” foram estruturadas para a captura de dados e produção de informações que possam subsidiar a tomada de decisões, o desenvolvimento de planos estratégicos, a formulação de normas de preservação e a definição de ações de reabilitação urbana (IPHAN, 2011).

Ao observar-se a trajetória das ações de preservação do patrimônio cultural, no Brasil, percebe-se que, inicialmente, as intervenções estavam centradas nos bens que representavam os símbolos da nação e nos interesses de uma minoria, que exercia poder sobre as escolhas. Num segundo período, com o objetivo de desenvolver economicamente áreas degradadas, o turismo é suscitado como uma atividade importante, que passa então, a fazer parte das justificativas preservacionistas.

No entanto, o modelo tradicional de desenvolvimento urbano adotado no país, o qual privilegiou os processos de crescimento, adensamento e renovação urbanos, entrou em colapso, dado o quadro social encontrado nas cidades históricas. Por tal motivo, nos últimos anos, ocorreram algumas mudanças, primeiramente, no plano conceitual e normativo, a partir do entendimento de patrimônio enquanto paisagem cultural. Posteriormente, na própria política nacional de preservação que, em tese, passa a englobar a qualidade de vida dos habitantes de uma determinada área nas propostas de ações. Porém, outros elementos do sistema permanecem esquecidos, como, por exemplo, o planejamento turístico e a gestão contínua e participativa do patrimônio.

1.3 Gestão do patrimônio cultural e do turismo

Na Espanha, o tema da gestão do patrimônio cultural e do turismo vem sendo trabalhado há alguns anos, devido ao fato de que muitas cidades foram reconhecidas como patrimônio da humanidade e como destinos consolidados de turismo cultural. Neste cenário, os dirigentes destas cidades se deram conta de que promoção e comercialização requererem planejamento contínuo, definição de estratégias, cooperação e, principalmente, gestão. Desta articulação surgiu o Grupo

de Cidades Patrimônio da Humanidade da Espanha (GCPHE), no qual atuam também o Grupo de Investigação “*Turismo, Patrimonio y Desarrollo*”, ligado ao departamento de *Geografía Humana de la Universidad Complutense de Madrid*, Espanha.

De acordo com Trindad Cortés Puya (2002), desde a década de 1990 as principais cidades turísticas da Espanha já contavam com instrumentos de planejamento turístico como os Planos de Competitividade e Dinamização dos Destinos Turísticos Espanhóis. Atualmente, estes planos foram substituídos pelos **Planos de Excelência Turística** que são parte importante no processo de reformulação do modelo de intervenção turística.

Cortés Puya (2002) constatou que o **associativismo** contribuiu para boa parte das Cidades Patrimônio da Humanidade superarem a visão tradicional da ação pública, limitada à promoção, apostando em uma intervenção mais ambiciosa no condicionamento integral das cidades como destino turístico. Como resultados destas transformações identificaram-se linhas de frente que incluem a diversificação de produtos turísticos e a criação de observatórios turísticos. Estes últimos se encarregam da análise da demanda, oferta e dos impactos da atividade turística, para gerar dados que possam sustentar a tomada de decisões estratégicas e as políticas turísticas.

A relação das Cidades Patrimônio Cultural da Humanidade da Espanha com o setor turístico ocorreu em vários âmbitos apoiados no planejamento e gestão turística. De acordo com Cortés Puya (2002), em primeiro lugar, deu-se na adoção de novas formas de planejamento sustentadas em pilares de qualidade, sustentabilidade e colaboração público-privada. Em seguida, pela ampliação e diversificação das atuações desenvolvidas pelo poder público local que passou a desempenhar muito mais do que a promoção, encarregando-se também da melhoria da oferta patrimonial, da gestão da qualidade e da formação dos recursos humanos. E, por último, deu-se na criação e consolidação de **estruturas de gestão turística** (consórcios, empresas públicas, observatórios turísticos, entre outros), adaptadas às novas necessidades, que diferem do modelo de funcionalismo público tradicional.

María Velasco González (2009, p.238) conceitua a gestão turística do patrimônio da seguinte forma:

(...) la aplicación de conocimientos específicos para la conversión de bienes de patrimonio cultural en recursos turísticos. Los conocimientos pueden provenir de disciplinas vinculadas a diversos campos de la gestión (como la dirección de empresas, la gestión financiera o la gestión de recursos humanos) o de otras que se creen «ex novo» tomando como referencia la realidad específica del turismo (como la gestión de destinos, la planificación turística, la gestión de organizaciones turísticas o la promoción turística).

Desta forma, de acordo com os autores, que são referência neste trabalho, nas cidades históricas, **o planejamento turístico, urbanístico e do patrimônio cultural** devem estar coerentes e relacionados. Uma adequada ordenação turística dificilmente vai ocorrer sem que exista uma ordenação territorial e urbanística – o contrário da mesma forma, pois o desenvolvimento turístico de uma cidade depende tanto da coordenação de políticas setoriais de implicação urbana (cultural, trânsito, segurança, urbanismo, etc.) como da formulação explícita de políticas turísticas. Para Calle Vaquero (2006), é preciso que as administrações locais tenham em vista medidas para estabelecer vínculos mais estreitos entre as ações de preservação e as novas funcionalidades, turística ou não.

Para Troitiño Vinuesa (2002, p.497), dentre os principais efeitos da inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, está o desenvolvimento do turismo, ou sua consolidação. Isso porque a inclusão de um bem na lista, independente da categoria, lhe atribui muitos significados. O reconhecimento internacional atua como um certificado, um selo, que o distingue dos demais lugares. Por tal motivo, os envolvidos na gestão da atividade turística usam este reconhecimento como forma de agregar valor ao destino, principalmente através da publicidade. No caso do Brasil, tal fato também ocorre a partir das ações institucionais preservacionistas, como, por exemplo, o tombamento e o registro de bens culturais de natureza imaterial.

No entanto, Azevedo (2002) nos aponta características do patrimônio cultural enquanto recurso da oferta turística, a serem consideradas no planejamento:

1. Os bens e os serviços culturais têm uma variada gama de uso, que não os estritamente vinculados ao turismo. Não foram (ou não são) criados para fins turísticos exclusivamente.
2. Tais bens, sobretudo os especificamente patrimoniais, têm como proprietários e administradores, pessoas e/ou organismos que nem sempre

demonstram interesse (e às vezes até se opõem) em manter atividades turísticas vinculadas a esse patrimônio.

3. Bens patrimoniais são consumidos com muito mais rapidez do que são construídos. Mas, curiosamente, seu uso/desuso social muitas vezes é que condicionará sua própria sustentação.

4. Ainda não se logrou definir, com clareza, a relação de benefício mútuo entre atrativos de visitação e organização funcional de estruturas de apoio logístico em locais relativamente próximos.

O Plano de Ação para as Cidades Históricas, comentado anteriormente, poderá se tornar um instrumento eficaz de prevenção de impactos e planejamento de bens reconhecidos. Outro instrumento que vem sendo utilizado com esses fins é o Plano de Gestão de sítios históricos. Para elucidar melhor a questão, serão abordados aqui dois casos diferentes: Quito (EC) e Colônia do Sacramento (UY).

De acordo com Pino Martínez (2010), o Plano de Gestão guiou a intervenção urbana e arquitetônica do centro de Quito, concluído no ano de 2003, com a assessoria da junta de Andaluzia, da Espanha. O diagnóstico do plano identificou cinco problemáticas presentes no espaço: patrimônio em degradação, qualidade de vida, qualidade ambiental, condições de gestão e usos do solo.

A partir do diagnóstico da situação do centro, os agentes propuseram dez programas de atuações voltados à capacitação, diversificação da oferta turística, melhoramento da imagem urbana, diversificação dos postos de trabalho, adequação dos usos de edifícios, recuperação dos locais de residência, melhoramento da mobilidade urbana, racionalização dos serviços públicos básicos e acompanhamento da gestão através dos planos para áreas específicas.

Articulado ao *Plano Equinoccio XXI* se emitiu a normativa 187, publicada no Registro Oficial 402, de 2 de novembro de 2006, que estabeleceu o *Sistema de Gestión Participativa, Rendición de Cuentas y Control Social del Distrito Metropolitano de Quito*. De acordo com Pino Martínez (2010), no centro histórico funcionam 5 setores e 14 sub-setores, cada um responsável por 8 a 10 bairros. Dentro de cada bairro existem organizações sociais que tem algum objetivo específico: transporte, esporte, educação, igreja, polícia, organizações não governamentais, dentre outras. Para a autora, a comunicação entre o município e a comunidade está estabelecida através das organizações de bairro, pois a conservação do centro histórico e a difusão massiva e explícita sobre o significado,

os direitos e obrigações de viver no espaço patrimonial, tomaram atualidade e peso político. A consequência foi uma mudança em relação à tomada de decisões que passou a ser menos centralizada e autoritária.

As transformações ocorridas na imagem urbana do Centro Histórico de Quito, entre o ano de 2001 e 2008, se relacionam com algumas iniciativas públicas relevantes que foram identificadas pela pesquisadora (PINO MARTÍNEZ, 2010, p.117). De acordo com ela, priorizou-se o melhoramento dos serviços de infraestrutura urbana (comércio e transporte do centro histórico principal), bem como a reabilitação da arquitetura monumental religiosa e o desenvolvimento de projetos habitacionais e incremento da população residente do Centro Histórico de Quito. E ainda:

- articulação da área do centro histórico com as áreas que o contornam, mediante a recuperação de importantes edifícios públicos;
- adequação de três espaços públicos para mirantes desde a cidade histórica e uso do espaço central para atividades;
- declaração das áreas históricas das paróquias do Distrito Metropolitano, formando uma rede ou um sistema urbano.

Desta forma, percebe-se que a gestão do Centro Histórico de Quito representa um modelo misto, de tipo gerencial, que permitiu a criação da Empresa de desenvolvimento do Centro Histórico de Quito (ECH), responsável pelo manejo de fundos públicos e do empréstimo do BID para execução de obras e compra de imóveis deteriorados. Este organismo se uniu ao *Fondo de Salvamento del Patrimonio de Quito*²⁵ (FONSAL) e a Administração Centro Martinez Saénz para conformar um grupo autônomo que desde diferentes competências atuam sobre o centro histórico e seu entorno: “En la imagen urbana lo importante del patrimonio no está en el edificio aislado sino en el conjunto edificado en donde la heterogeneidad es su fortaleza” (PINO MARTÍNEZ, 2010, p.49).

²⁵ Instituição que administra os fundos para a reabilitação arquitetônica e urbana no Centro Histórico de Quito e as áreas patrimoniais das paróquias.

Em situação diferente, está o bairro histórico de Colônia do Sacramento, pois foi reconhecido pela UNESCO, em dezembro de 1995, como Patrimônio da Humanidade²⁶ e até o momento não possui um Plano de Gestão²⁷.

As características pela qual se solicitou a inclusão de Colônia do Sacramento na Lista do Patrimônio Mundial são sintéticas: A sua arquitetura e seu *layout* original, único na região; como forma de exemplificar uma espécie de sincretismo nos procedimentos de construção entre a tradição portuguesa e hispânica, enriquecida por contribuições de construtores italianos e artesãos franceses (século XIX); sua condição de propriedade última alternando entre duas potências coloniais (Portugal e Espanha).

Atualmente, Colônia vem sofrendo as consequências da falta de planejamento²⁸. Uma das problemáticas diz respeito à especulação imobiliária e à dificuldade de adequar os projetos arquitetônicos às normas e diretrizes locais e internacionais, pois algumas empresas não as respeitam, somando-se a isso uma pressão para aumentar o volume de áreas construídas. Um exemplo disso é a casa construída pelo arquiteto Clorindo Testa²⁹, situada em frente ao rio sobre o *Bastión de San Pedro*, em meio a um conjunto arquitetônico preservado. Por volta de 2009, circulou na mídia uma notícia de que o bairro histórico de Colônia poderia perder o título de Patrimônio da Humanidade em virtude desta irregularidade, conjectura que posteriormente foi negada pelo poder público local e nacional.

A especulação imobiliária ocasionou outro problema. A maioria das pessoas que residia no bairro histórico de Colônia vendeu suas casas para estrangeiros, que as converteram em locais para comércios, para serviços e em casa de fim de semana, principalmente de argentinos. De acordo com Troitiño Vinuesa (2011), em

²⁶ Colônia do Sacramento está inscrita na categoria de lugares ou sítios, assim definida pela UNESCO: "Os sítios são trabalhos produtivos para o controle do homem e áreas, incluindo sítios arqueológicos que têm um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico".

²⁷ No primeiro semestre de 2011, uma missão de especialistas formada por dois consultores contratados pela UNESCO-Espanha, Miguel Troitiño, Diretor do *Departamento de Geografía Humana de la Universidad Complutense de Madrid*, e Ánxela Viña Carregal, de Santiago de Compostela, estiveram em Colônia para auxiliar na definição do Plano de Gerenciamento do Sítio.

²⁸ A gestão do sítio está sob jurisdição Nacional e do Departamento de Colônia, de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura (Poder Executivo), através da Comissão do Patrimônio Cultural da Nação – por ser um Marco Histórico Nacional – e do Município de Colônia. A gestão direta do sítio foi formada a partir do ano de 2005, sendo um Conselho de caráter multidisciplinar, com representação dos moradores e suas organizações, e representante do governo municipal.

²⁹ Clorindo Testa é argentino, seu projeto mais conhecido é o da Biblioteca Nacional de Buenos Aires, localizada na Recoleta, alvo também, de muitas críticas, em função dos elementos arquitetônicos presente na construção.

1969 havia no bairro histórico de Colônia 1400 habitantes e atualmente há 175 habitantes³⁰. Desta forma, o bairro corre o risco de se tornar uma área comercial com despovoamento progressivo e dificilmente reversível.

O caso de Colônia do Sacramento apresenta características do fenômeno definido pelos geógrafos como *gentrification* ou **gentrificação**. De acordo com Meneses (2006, p. 53), esse conceito remete à “(...) reabilitação urbana de áreas de interesse cultural mais degradadas, como investimento em que se espera que o retorno reflita o valor cultural agregado (...)”. Porém, para o mesmo autor, tal reabilitação seria um dos mais eficazes e sorrateiros caminhos para a exclusão social e a omissão dos órgãos de preservação. Por esse motivo, esse fenômeno passou a fazer parte das discussões sobre planejamento, gestão e patrimônio, e, mais recentemente, associado ao turismo.

Suas implicações podem variar de acordo com o contexto social e econômico, e não se configuram como um padrão de consequências e causas. Segundo Díaz Parra (2009, s.p.):

El barrio obrero puede transformarse en un barrio de clase alta, pero también en un barrio de clase media asociado a colectivos de gran significación cultural, con predominio de elementos de expresión artística, y con locales comerciales donde prima el diseño y el ambiente bohemio. El barrio histórico degradado puede transformarse también en un barrio histórico valorizado enfocando su rehabilitación a su uso como reclamo turístico y como incentivador del sector inmobiliario, de la hostelería y del comercio asociados al turismo. Por otro lado tenemos el caso de la vieja zona industrial obrera que ha quedado anclada en el centro de la ciudad, con actividades productivas marginales y numerosos locales en estado de abandono que pasa a convertirse en zona residencial de clase alta, una vez transformadas las viejas fábricas en *lofts*.

A autora salienta também que a gentrificação decorre, em alguns casos, da valorização exacerbada do patrimônio arquitetônico, “da cultura morta fossilizada em seus muros”, e do esquecimento do patrimônio vivo que ainda reside neste espaço histórico, seu cotidiano e estilo de vida que são substituídos por uma nova população. Para ela, existem alguns acontecimentos que configuram espaços como sendo gentrificáveis. Em primeiro lugar, quando a área possui elementos suscetíveis de serem explorados como culturais-patrimoniais, bens isolados ou conjuntos. Em segundo lugar, o predomínio de moradores operários em residências alugadas, em

³⁰ Como forma de identificar quem são as pessoas que ainda moram no bairro histórico, a Associação de Guias de Colônia está fixando nas paredes das casas placas de azulejo, onde há o nome do morador e há quanto tempo reside no bairro.

uma determinada fase histórica do bairro. Em terceiro lugar, um posterior período de abandono caracterizado por um conjunto de fatores: ausência de investimentos públicos, desvalorização imobiliária privada, deteriorização das casas, envelhecimento da população residente e o declive demográfico. E por último, a possibilidade de valorizar e conseguir uma nova centralidade para a zona.

Segundo a autora, a aparição de processos de gentrificação é previsível. Para isso é necessário manejar instrumentos dirigidos à prevenção destes processos, e que podem apontar medidas necessárias para corrigir ou evitar. Como, por exemplo, a formalização de um **Informe de Impacto Social** que esteja circunscrito à agenda pública, como um instrumento de planejamento e de gestão. Este informe pode diagnosticar os efeitos potenciais de um determinado plano e as consequências de suas opções estratégicas, expressando as condições específicas para a prevenção de impactos sociais negativos das atuações previstas.

Em Buenos Aires, de acordo com Ayelén Sosa (2010), o debate sobre patrimônio urbano tem início no final da década de 1960, a partir das reflexões sobre o andamento das reciclagens de edifícios antigos do centro urbano por parte de um grupo de arquitetos. Décadas depois, devido ao contexto geral de transformações urbanas associadas à desindustrialização, não só da área central, como também dos bairros de antiga tradição industrial próximo a ela, os sucessivos governos locais se obrigaram a planejar propostas para enfrentar a crise derivada. De acordo com Gómez Schettini (2008), deste contexto surgem às ações de renovação urbana e a refuncionalização de entorno degradados, principalmente após a crise de 2001.

Um bairro que passou por essas ações foi *La Boca*, que está localizado às margens do Rio Riachuelo, ao sul da cidade de Buenos Aires. Nos anos de 1980, o *Instituto de Vivienda de la Ciudad de Buenos Aires* organizou o *Programa de Rehabilitación del Hábitat en el Barrio de La Boca* (PRHBLB), como forma de agregar valor a essa zona, através da restauração do *Pasaje Caminito* e de sua feira de artes plásticas, a *Plaza de Bomberos Voluntarios* e sua integração com o *Museo al aire libre Caminito*.

A partir dessas políticas públicas, se originaram estudos acadêmicos preocupados em entender quais as mudanças ocorridas em termos econômicos e

sociais³¹. No artigo Lanzetta, *et all.* (2001) há um questionamento sobre a possível existência do processo de gentrificação no referido bairro, pela sua vulnerabilidade, ou seja, pobre desde sua origem, degradado nos anos 1970, localizado próximo ao centro e com grande acessibilidade metropolitana. Os autores concluíram que a gentrificação comercial, ocasionada pelo turismo, estaria em curso e poderia levar a uma gentrificação residencial.

Para Gómez Schettini (2008), hoje existem duas “*Las Bocas*”, uma é a casa tradicional recriada para novos usos, que se trata de uma “modernização do arcaico” que articula os traços tradicionais do bairro a nova lógica do turismo. O outro bairro é a cara degradada, com seus inquilinatos e suas casas tomadas. Desta forma, concluiu-se que os investimentos se localizam na zona turística e a melhoria da qualidade de vida não inclui os outros setores do bairro.

Além disso, a estetização foi a forma encontrada para enfrentar os problemas sociais e econômicos, através da imagem estereotipada de ícones ou símbolos identificados como a origem e características do bairro, ou seja, o conjunto de ações criou uma imagem do bairro baseada no estético e na cultura que se associa às cores dos barcos e casas. No entanto, essa imagem esconde a pobreza e a desigualdade que convivem com o turismo, “El color opera como un limite en los recorridos, vale decir que delimita todo aquello que es merecedor de ser visitado. Su ausencia delimita todo aquello que deja de ser interesante para transformarse en peligroso e inseguro (...) (GÓMEZ SCHETTINI, 2008, p. 126)”.

Outra problemática é a da **fragmentação**, discutida por Ayelén Sosa (2010), tomando como exemplo o caso de Buenos Aires. De acordo com ela, no Inventário de Patrimônio Urbano de Buenos Aires, os bens patrimoniais de cada Área de Preservação Histórica são catalogados com base em três critérios: a) valor “histórico-cultural”, b) valor “arquitetônico” e c) valor “urbano- ambiental”. Uma vez catalogados, atribuí-se a cada bem um nível de proteção, “integral”, “estrutural” e “ambiental”. Para a autora, esta forma de intervir sobre a cidade, dividindo em áreas e realizando a gestão de forma separada, provoca desequilíbrios sociais e econômicos.

³¹ Há um projeto chamado “*Las Política de Fomento al Turismo en el Proceso de Renovación Urbana: el caso de La Boca*”, que analisa as percepções que os habitantes do bairro têm em relação ao fomento do turismo cultural na zona.

Diferentes impactos foram observados por Ayelén Sosa, primeiramente, dentre de cada bairro, em função do capital cultural que é utilizado como mercadoria, em mãos de pequenas elites. Posteriormente, o recorte da cidade em compartimentos provoca a desigualdade entre os bairros ou áreas urbanas. No caso do patrimônio, cada área de preservação possui fundos destinados a proteção e catalogação de imóveis, e cada nova obra deverá ser avaliada por uma comissão municipal, no entanto, em outras áreas da cidade este estudo não é obrigatório.

(...) Esta “iluminación funcional” de una parte del barrio y, en consecuencia, la invisibilización de todo el resto, va dibujando sobre el territorio metropolitano una nueva geografía de las desigualdades, que ve enfrentados en el mismo espacio viejos vecinos y nuevos intereses (AYELÉN SOSA, 2010, s.p.).

Para Ayelén Sosa (2010), a ausência de uma política de planejamento integral para a cidade e a adoção da política da “lógica dos fragmentos” que se distribui em diferentes planos e projetos pontuais, cria a imagem da cidade como um mosaico, fragmentada em ilhas homogêneas, abandonando o interesse pelo conjunto. Esta situação ilustra então, o caráter dual dos processos de renovação urbana. É o que nos esclarece Carman (2006, p.139), (...) una red de lugares iluminados y ensombrecidos coexisten en el seno de la misma ciudad, también es posible hipotetizar sobre la presencia simultánea de *recorridos de la utopía y el progreso y recorridos de la crisis* en el seno de un mismo barrio (...) (*grifo da autora*).

Assim, turismo, patrimônio e planejamento³² têm entre si uma relação de interdependência, por dois motivos. O primeiro diz respeito à amplitude de relações que o turismo e o patrimônio têm com o meio, fazendo-os se inserirem em diversos tipos de planejamento: ambiental, urbano, econômico e assim por diante. O segundo está na necessidade do planejamento nos diferentes níveis de abrangência, frente aos impactos³³ turísticos causados na economia e na paisagem.

Para Molina (2005), o planejamento turístico é um processo racional, imbuído de ideologia, cujo objetivo maior consiste em assegurar o crescimento e o

³² *Planejar*, em seu significado mais amplo, implica a identificação de um conjunto de variáveis, com o objetivo de adotar um curso de ação que, baseado em análises científicas, permita alianças com um Estado ou situação predeterminada (...). (MOLINA, 2005 p.45). [*grifo do autor*]

³³ É possível afirmar que a natureza dos impactos do turismo sobre dada população é o produto da inter-relação de complexos fatores políticos e econômicos, assim como da geografia peculiar, de seu tamanho e das atividades recreativas que atraem os turistas ou das possibilidades de emprego (...) (SANTANA TAVALERA, 2009, p.150).

desenvolvimento turístico local. Este processo implica vincular os aspectos relacionados com a oferta, a demanda e, em suma, todos os subsistemas turísticos, em concordância com as orientações dos demais setores de um país (MOLINA, 2005, p.56). Rita de Cássia Cruz (2006) acrescenta ser o planejamento meio e não fim, um processo político-ideológico, exprimindo anseios, objetivos, visões de mundo dos atores sociais que o conduzem. Para a autora, fazer do turismo um instrumento do desenvolvimento local e regional requer, em suma:

1º) Um posicionamento pró-ativo por parte das sociedades locais. As populações residentes dos lugares receptores de turistas devem buscar inserir-se nas decisões que dizem respeito ao turismo na sua cidade e na sua região.

2º) O necessário discernimento de que o turismo é apenas uma pequena parte do complexo de relações que é a vida em sociedade, ou seja, por mais importante que o turismo possa ser, a vida envolve outras muitas questões como política, saúde, educação, etc.

3º) Um olhar atento sobre o território, sua história, sua gente, suas demandas e a busca permanente pelo encontro de um equilíbrio entre os diferentes interesses envolvidos no desenvolvimento do turismo: os interesses dos turistas, dos comerciantes, dos governos, da população em geral (CRUZ, 2006, p.343).

Planejamento implica, ainda, a avaliação constante da capacidade de carga e do grau de tolerância do patrimônio, material ou imaterial, em relação a sua exposição aos turistas. Para tanto, é necessário o trabalho comprometido de equipes multidisciplinares que permita uma avaliação correta sobre o uso dos bens patrimoniais.

Para Santos e Campos (2003), as estratégias de desenvolvimento local partem da abordagem integrada e/ou inter-setorial em uma perspectiva de crescente participação das populações nas tomadas de decisão, tornando-se necessário reorganizar a vida social e econômica de baixo para cima, para então enfrentar as negatividades de uma globalização hegemônica. Para isso, deve ser aplicado o princípio da subsidiariedade do domínio econômico: detectar as necessidades básicas, inventariar a oferta e a demanda turística e atuar em conjunto com a comunidade local para a elaboração de um plano turístico local.

1.4 Participação social e educação patrimonial: por uma cultura mais viva

No processo, concomitantemente a uma política de desenvolvimento turístico, há a necessidade de políticas públicas³⁴ voltadas ao patrimônio cultural, que estabeleçam critérios de utilização desse recurso, principalmente quanto à adoção de mecanismos claros de intervenção e participação social.

Mas, na prática, isso existe? Como as pessoas participam deste processo? Passamos agora para outro ponto complexo da gestão do patrimônio e planejamento turístico: a participação social.

Esta categoria se utiliza de uma maneira ampla para referir a certas práticas sociais que tem motivações e contextos diferentes. Participação é uma palavra muito presente no nosso cotidiano, na política, na escola, na família. Na política do turismo, nacional ou internacional, ela tem um papel importante no discurso sobre sustentabilidade e desenvolvimento econômico. No patrimônio de igual forma é muito utilizada, por parte dos especialistas, que afirmam que sem participação social as ações de preservação do patrimônio não funcionam ou não tem sentido.

Tradicionalmente, a participação política está associada a mecanismos indiretos que consistem, basicamente, na típica mediação através de representantes eleitos conforme os critérios políticos, corporativos ou funcionais. No entanto, estes mecanismos parecem ter resultado insuficientes frente às recentes demandas de legitimidade originadas do sistema político. As novas tendências ampliam o conceito de participação até formas diretas, ou seja, a intervenção do cidadão em todas as instâncias do processo decisivo, o que implica uma verdadeira redistribuição do poder.

Considera-se que a participação em políticas públicas e, em particular no planejamento, é um processo técnico-político que contém regras de funcionamento e metodologias orientadoras. A grande problemática gira em torno de como ela pode ser promovida e concretizada em âmbito municipal, quais são os mecanismos possíveis de instrumentar para materializá-la e de que maneira sua incorporação às práticas políticas e administrativas locais pode influir no desenvolvimento regional.

³⁴ “(...) a consideração do vértice da recepção é indispensável, tendo em vista o caráter dinâmico e ativo de qualquer apropriação social. Apenas quando esse aspecto é devidamente incorporado à política estatal é que se pode falar em uma política pública” (FONSECA, 2005, p. 45).

Ao recorrer à literatura existente, deparou-se com uma escassez de publicações, sobretudo quando a interface é com o turismo e com o patrimônio cultural. As poucas produções vinculam-se a interpretação do patrimônio, e em menor escala ao urbanismo.

É consenso entre os autores que a participação pode ter várias faces. Por isso, nem sempre o que se chama de participação de fato corresponde a uma atuação real dos cidadãos na esfera pública. É o que nos esclarece Edgerton (2000, p.35):

- Difusión de información. Hace referencia al flujo unidireccional de información para la población (por ejemplo, a través de la publicación de información en la prensa local, edición de folletos, campañas informativas, etc.)
- Consulta. En este caso la información fluye de manera bidireccional entre los responsables de la consulta y la población (a través de, por ejemplo, reuniones de consulta, seguimiento participativo de procesos, etc.)
- Colaboración. El control sobre la toma de decisiones es compartido (por ejemplo a partir de la planificación participativa, la realización de talleres para concretar prioridades de actuación, distribuir tareas, etc.)
- *Empowerment*. Supone la transferencia del control de la tomas de decisión y de los recursos a la población local.

Dois tipos de participação são mais comuns em nossa sociedade. A **participação passiva**, quando a informação está apenas nas mãos de especialistas, a comunidade divide parte do processo de tomada de decisões ainda que as mais relevantes seguem estando em mãos dos agentes externos. A **participação consultiva**, os moradores são consultados sobre distintos aspectos que os afetam de maneira direta. Mas são os agentes externos que definem os problemas, os mecanismos para o levantamento de informação e, além disso, controlam a análise da mesma, ou seja, esse processo não implica nenhum tipo de tomada de decisões por parte da comunidade.

Por outro lado, existem outras formas de condução dos processos, como a **participação interativa**, onde a comunidade participa dividindo a análise e desenvolvimento da ação. Esse processo inclui metodologias interdisciplinares e implica processos de aprendizagem. Ou ainda, a auto-mobilização, em que a comunidade desenvolve suas próprias iniciativas de maneira independente ou autônoma. Realizam seus contatos com os agentes ou instituições externas para

obterem o apoio, recursos ou assessoramento que consideram necessários, mas são os membros da comunidade quem mantêm o controle sobre toda a intervenção.

Bernardo Kliksberg (1998, p.131) aponta algumas teses sobre a participação social, uma delas diz respeito ao fato de que a participação enfrenta fortes resistências e interesses. Primeiro em função da eficácia em curto prazo, barrando assim, ações de participação durante todo processo. O reducionismo econômico também implica conter gastos e investimentos nas ações de participação. O autor aponta, ainda, o predomínio da cultura organizacional formal, ou seja, modos tradicionais de gestão administrativa, que historicamente não incluem a participação cidadã. É recorrente o discurso de que os pobres, ou pessoas com baixa escolaridade, tendem a dificultar o processo, ou mesmo a atrasar o andamento das ações, sem contribuir efetivamente com ideias e discussões fundamentadas.

Outras duas questões que nos lembra o autor estão interligadas. Primeiro, a tendência da manipulação da comunidade, e a outra, o próprio sentido de poder. Ou seja, uma retroalimenta a outra, pois manipulando a comunidade tem-se o controle do poder e da ordem, para se tomarem as decisões que convém.

Tomemos aqui, como exemplo da relação entre gestão do patrimônio cultural e planejamento turístico mediada pela participação social, o caso da Quebrada de Humahuaca, localizada no extremo noroeste da Argentina, na província de Jujuy, próxima ao limite com a Bolívia.

De acordo com Troncoso (2010), a participação estava pensada em dois sentidos: como a inclusão da população local em certas instâncias de gestão, e a partir da consideração desta população como a destinatária dos benefícios econômicos que geraria o turismo. De forma geral, na gestão da Quebrada da Humahuaca a ideia de participação social estava inicialmente presente nas *Comisiones Locales de Sitios*, composta por seis representantes de cada uma das nove localidades que se encontram compreendidas na área patrimonial, dentre eles representantes das comunidades indígenas.

Essas comissões participaram antes e depois do reconhecimento da Quebrada como patrimônio da humanidade. No entanto, nos programas específicos orientados ao turismo, as oficinas participativas se realizaram somente nas etapas iniciais da implementação dos programas. Nessas instâncias participativas se recolheram algumas demandas dos atores sociais, que variaram de acordo com os

sujeitos que participaram, ou seja, dos interesses que cada grupo tinha, como empresários, pessoas que almejavam entrar para o ramo ou instituições públicas.

Na análise dos resultados da política turística e das objeções ao processo participativo e seus resultados, uma das problemáticas apontadas por Claudia Troncoso é que não se deu resposta às várias demandas que se evidenciaram nas oficinas organizadas, por ocasião da apresentação da Quebrada frente à UNESCO e para a implantação da política turística para o lugar. Além disso, aquelas que se apresentaram como prioritárias nas oficinas do *Plan de Desarrollo Turístico Sustentable de la Provincia* (como acesso ao crédito e regulação das formas de posse das terras para as comunidades indígenas), não apareceram mencionadas nos documentos finais que definem as linhas de ação do plano.

Sobre o papel da população local na valorização turística dos lugares, Troncoso (2010) concluiu que a participação nas instâncias serviu para legitimar a política, turística e patrimonial, que havia sido apresentada como participativa, e, além disso, não objetada, ao menos em um começo. Vinculado a isso, o que se estava legitimando era uma política turística e patrimonial que já estava armada, ou pelo menos cujas linhas principais estavam definidas na medida em que se deu pouca margem para a incorporação das modificações sugeridas desde as instâncias participativas.

Turismo, patrimônio cultural, refuncionalizações de prédios antigos, obras de restauro, salvamento arqueológico, centros de interpretação, são conceitos e categorias presentes atualmente no cotidiano de pessoas que vivem em cidades com um patrimônio, sobretudo arquitetônico, valorizado pelos órgãos de preservação. As pessoas que não estão diretamente vinculadas a essas ações não necessariamente têm conhecimento sobre o que está acontecendo. Por tal motivo, acredita-se aqui que existem formas diferentes de não participação. Primeiro quando, obviamente, não há efetivas ações de participação social, apenas canais de informação, como mencionado anteriormente. A segunda não participação, em alguns casos, vem da própria população, que desconhece de fato o que está acontecendo na cidade, e não vê sentido na participação.

García Canclini (1999) nos lembra que diversos grupos sociais se apropriam de formas diferentes e desiguais da herança cultural. Para ele, esta diversa capacidade de se relacionar com o patrimônio se origina da desigual participação dos grupos sociais na sua formação.

Como motivar as pessoas a participarem de processos de escolha e de gestão do patrimônio cultural? Sabemos que as cidades, mesmo as de pequeno porte, se expandem cada vez mais. Como organizar democraticamente os problemas e os anseios de cada bairro?

Sobre esses dois pontos se defendem aqui dois caminhos. O primeiro é motivar as comunidades para que se articulem no sentido de organizar uma associação de moradores, reuniões periódicas, um espaço de convivência para que as pessoas discutam internamente, sistematizem suas reivindicações e sugestões, para então discutirem na esfera maior, da cidade, em conjunto com outros bairros. O segundo caminho é a educação patrimonial, entendida aqui, de acordo com Evelina Grunberg (2000), como um trabalho permanente de envolvimento de variados segmentos que compõem a comunidade, visando à preservação dos marcos e manifestações culturais e, principalmente, pelo reconhecimento e valorização de sua cultura e seus produtos, objetivando a promoção de uma mudança positiva de percepção da realidade cotidiana.

De acordo com Cerqueira et al. (2011), a educação patrimonial se configura como um instrumento capaz de estimular a luta pelos direitos, bem como o próprio exercício da cidadania, pois é um instrumento de eficácia, como processo contínuo e sistemático na abordagem desses temas em sala de aula, como forma de criar cidadãos críticos e presentes na esfera pública. Sesta forma, a valorização do patrimônio local faz com que se formem cidadãos mais conscientes de seu papel, e os estimule a transformarem a sua realidade.

A educação patrimonial tem a potencialidade de propiciar aquilo que está além das prerrogativas do técnico em patrimônio:

1 - pode capacitar a população para fiscalizar e cooperar com a conservação dos bens culturais; 2 - pode capacitar a comunidade para participar do processo de eleição dos bens culturais a serem patrimonializados e incluídos nas políticas e financiamento voltados à sua conservação, restauro e sustentabilidade; 3 - pode promover o envolvimento e identificação das comunidades com os bens patrimonializados, por meio do conhecimento e do estímulo à participação nos processos decisórios; 4 - pode estimular o surgimento de novas vocações, despertando interesse pelas profissões relacionadas à preservação do patrimônio cultural (CERQUEIRA et al., 2011, p.514).

Desta forma, a escola precisa não somente introduzir entre os educandos conceitos e informações técnicas, mas, sobretudo, semear a sensibilidade para o

patrimônio cultural, para que, em futuro próximo, possamos colher os frutos de uma sociedade mais comprometida com a valorização de seu patrimônio, de sua memória e de sua identidade (CERQUEIRA et al., 2011).

A educação patrimonial poderia, assim, auxiliar na construção de uma sociedade mais participativa, não só das questões que envolvem o patrimônio cultural, mas de seu bairro, por exemplo. Esse processo, somada à eficácia do planejamento e da gestão, poderia resultar em um patrimônio que inclua a história e ao mesmo tempo uma cultura viva.

2 As ações de preservação do patrimônio cultural em Jaguarão

Neste capítulo, primeiramente, será apresentada a metodologia utilizada na coleta de dados e o relato das etapas da pesquisa de campo. No segundo momento, serão apresentadas as ações de preservação do patrimônio cultural realizadas em Jaguarão no período de 1982 a 2011, com ênfase nas atividades, nos agentes envolvidos e nas consequências de cada ação, para em seguida, com base no problema de pesquisa deste trabalho, analisar em que medida as ações de preservação influenciaram na constituição da atratividade turística de Jaguarão e de que forma os moradores participaram dos processos.

2.1 Metodologia

As entrevistas em profundidade foram utilizadas como recurso metodológico, tendo em vista o aporte teórico, com o objetivo de recolher respostas a partir da experiência subjetiva das fontes, que foram selecionadas por deterem informações que se desejaram conhecer. De acordo com Duarte (2010, p.64):

A entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido. É uma pseudoconversa realizada a partir de um quadro conceitual previamente caracterizado, que guarda similaridade, mas também diferenças, com a entrevista jornalística.

As entrevistas foram empregadas em três momentos, com objetivos diferentes:

- No entendimento das ações de preservação do patrimônio cultural, efetuadas em Jaguarão, entre 1982 e 2011³⁵.
- Na caracterização contextual de cada período do recorte temporal.

³⁵ Este recorte temporal decorre da primeira ação de preservação mapeada neste trabalho, datada de 1982.

- No mapeamento da existência ou não de participação social nas ações de preservação do patrimônio cultural, e, ainda, no entendimento do modo como os moradores se relacionam com o turismo e o patrimônio local.

A definição do universo dos possíveis entrevistados, da primeira e segunda etapa, foi antecedida por dois procedimentos: através da pesquisa de conclusão de curso (ZORZI, 2009) e contatos institucionais, sobretudo com autoridades municipais. Esta pesquisa inicial subsidiou a confecção dos roteiros semi-estruturados e apontou os contatos representativos para se mapear as redes de potenciais depoentes. A seleção dos entrevistados destas etapas se caracterizou como intencional, pois ocorreu por juízo particular, ou seja, mediante conhecimento do tema e dos agentes envolvidos em cada ação de preservação do patrimônio cultural e da gestão pública.

Envolveu a escolha de informantes considerados fontes de informação fundamentais por estarem profunda e diretamente envolvidas com os aspectos centrais do problema de pesquisa. As situações de contato com os entrevistados ocorreram mediante contato prévio, através de entrevista marcada (Figura 5).



Figura 5- Entrevista com Valdo Nunes.
Fonte: A Autora, dezembro de 2011.

O número de pessoas envolvidas com as ações de preservação foi aleatório e variou conforme o andamento da pesquisa. Conforme podemos observar na Tabela 1, ao total, entrevistaram-se cinco pessoas, vinculadas a quatro ações de diferentes naturezas.

Tabela 1 - Relação de entrevistados por ação de preservação do patrimônio.

Ação	Ano	Entrevistado	Objetivo principal da ação
Projeto Jaguar	1982	Valdo Dutra Alves Nunes e Jorge Arismendi Garcia	Preservar o patrimônio cultural de Jaguarão e desenvolver o turismo
IPAJ e PRIJ	1987 e 1991	Ana Lúcia Costa de Oliveira	Inventário do Patrimônio arquitetônico e criação de um conjunto de diretrizes preservacionistas
Refuncionalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar	2011	Alan Dutra de Melo	Transformar a Enfermaria no Centro de Interpretação do Pampa

Fonte: Elaboração própria, 2011.

Também se buscou entrevistar pessoas que pudessem descrever o contexto político e social de cada ação (Tabela 2). Desta forma, foram entrevistadas cinco pessoas que possuíram ou possuem vínculo com a gestão pública do patrimônio e do turismo.

Tabela 2 - Relação de entrevistados por gestão.

Entrevistado	Cargo
Henrique Knnor Fliho	Prefeito (2005-2009)
Carmen Lúcia Corrêa Passos	Diretora da Casa de Cultura (1997-2009)
José Cláudio Ferreira Martins	Prefeito (2009-2013)
José Alencar de Oliveira Porto	Secretário de Cultura (2010-2013)
Andrea da Gama Lima	Assessora de Patrimônio e Turismo (2011-2013)

Fonte: Elaboração própria, 2011.

Uma vez que a pesquisa histórica inicial apontou as ações de preservação do patrimônio, os roteiros semi-estruturados foram adaptados aos focos, com perguntas direcionadas a cada tipo de situação. De modo geral, as perguntas se centraram no entendimento da metodologia empregada, da sua relação com o desenvolvimento do turismo e da existência ou não de participação social nas ações, dentre outras perguntas (Apêndices D, E e F). Os roteiros semi-estruturados utilizados nas entrevistas com os envolvidos na gestão do patrimônio e do turismo visavam a buscar elementos para a contextualização política e social de cada ação (Apêndices B e C).

Os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados, da terceira etapa, se basearam na seleção por conveniência, ou seja, baseada na viabilidade: as fontes

foram selecionadas por proximidade ou disponibilidade. As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho, domicílio (Figura 6) e na rua. De acordo com a Tabela 3, foram entrevistadas 21 pessoas de 12 bairros³⁶.

Tabela 3 - Quantificação de entrevistados por bairro.

Bairro	Número de pessoas
Centro	4
Cerro da Pólvora	1
Pindorama	1
Vencato	2
Mutirão	1
Vila Branca	1
Boa Esperança	1
Lucas	2
Carvalho	2
Mayer	2
Kennedy	2
Cerro das Irmandades	2
Total	21

Fonte: Elaboração própria, 2012.



Figura 6 - Entrevista realizada no bairro Carvalho.
Autor: Cristiano Gehrke, 2011.

Nesta etapa procurou-se entrevistar pessoas que tenham posições sociais e profissionais, faixa etária e escolaridade diversas. Entre as indagações previstas, o roteiro semi-estruturado propunha mapear a existência de participação social nas ações de preservação do patrimônio e entender o modo como os moradores se

³⁶ As entrevistas foram realizadas de 11 a 16 de dezembro de 2011.

relacionam com a atividade turística e com o patrimônio cultural presentes na cidade (Apêndice A).

As entrevistas foram gravadas e posteriormente degravadas, no ato da entrevista também se utilizou um caderno de campo, onde foram anotados os principais aspectos da entrevista. Após a transcrição, criaram-se categorias de análise, ou seja, os principais temas que remetem ao aporte teórico. De acordo com Duarte (2010, p.79):

Categories são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionados. Em cada categoria, o pesquisador aborda determinado conjunto de respostas dos entrevistados, descrevendo, analisando, referindo à teoria, citando frases colhidas durante as entrevistas e a tornando um conjunto ao mesmo tempo autônomo e articulado.

A partir da leitura das entrevistas, foram selecionadas algumas categorias, tais como: turismo; desenvolvimento econômico; patrimônio cultural; participação social; preservação; arquitetura, dentre outras que também remetem ao aporte teórico.

Como forma de entender o contexto cultural da década de 1980, pesquisou-se nos jornais *A Folha*, conservados na Biblioteca Pública de Jaguarão, do período de 1980-1984. A escolha deste recorte temporal ocorreu devido ao contexto histórico de criação do Projeto Jaguar. Este trabalho foi importante, na medida em que através do jornal, um grupo de pessoas expressava suas angústias em relação à preservação do patrimônio arquitetônico da cidade, o que auxiliou também no mapeamento dos possíveis entrevistados. As notícias foram organizadas cronologicamente e com vistas às categorias de análise.

Os trabalhos técnicos, como projetos e dossiê, de cada ação igualmente foram analisados, com o objetivo de entender a justificativa de cada proposta, os agentes envolvidos, a metodologia utilizada e as delimitações arquitetônicas circunscritas ao território. Desta forma, foram analisados os seguintes documentos: Projeto Jaguar (1982); Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão (1987); Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (1991) e Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão (2011).

2.2. A trajetória das ações de preservação em Jaguarão (1982-2011)

2.2.1 Projeto Jaguar

A primeira³⁷ ação referente à preservação do patrimônio cultural de Jaguarão, mapeada neste trabalho, é o Projeto Jaguar³⁸, de 1982. A ideia surgiu quando dois moradores de Jaguarão, Jorge Garcia e Valdo Nunes, estudavam arquitetura na Faculdade Ritter dos Reis, em Porto Alegre. Durante as discussões na disciplina de Arquitetura Brasileira, ministrada na época pelo professor Nestor Torelli Martins, os dois alunos perceberam que Jaguarão tinha uma arquitetura representativa.

Valdo Nunes lembra que na época a cidade, assim como hoje, possuía uma arquitetura preservada, devido à estagnação econômica e à valorização dos prédios enquanto herança familiar, nas palavras dele: “(...) *acabou se acendendo essa luz no fim do túnel, a gente tem um conjunto aqui importante, e a partir daí foram se agregando pessoas (...)*” (Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

No entanto, ao falar sobre o objetivo do projeto, Jorge Garcia comentou que algumas pessoas de maior poder aquisitivo viam a arquitetura da cidade como “coisa velha”, de acordo com ele:

(...) *era um problema não poder mexer na casa, preservar, lógico, tu tens o custo de manutenção de uma casa antiga, então o que acontece? É coisa velha. Em compensação eles iam pra Europa e ficavam fascinados com o patrimônio (...)* (Entrevista de Jorge Arismendi Garcia, 2011).

No ano de 1982, Jorge e Valdo organizaram suas ideias e, com o auxílio de Janice Castelar³⁹, redigiram o Projeto Jaguar (Anexo A): “(...) *todo mundo foi se apaixonando pela ideia, e foi sempre acontecendo uma história de muita paixão,*

³⁷ No texto do Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão (1987), os autores citam publicações anteriores ao Projeto Jaguar que, de certa forma, contribuíram no plano cultural da cidade, a saber: “Apontamentos Para Uma Monografia de Jaguarão” – 1912; “Jaguarão no Centenário da Independência da Pátria” – 1923. Também são lembrados os trabalhos “Origens de Jaguarão”, de Sérgio da Costa Franco; “Jaguarão Ontem e Hoje” de Noeli Schiller Cechin; e múltiplos textos redigidos nos jornais locais, sobretudo no semanário “A Folha”, por diversos interessados pela história da cidade.

³⁸ O nome Jaguar se justifica da seguinte forma no texto do Projeto: “A 31 de janeiro de 1812; um alvará do Governo Imperial, criava a Freguesia do Divino Espírito Santo em Jaguarão, vocábulo que seria aumentativo português da palavra tupi - Jaguar, onça, segundo alguns; ou a corruptela de Jaguarenhenção, onça brava, segundo outros”.

³⁹ Janice trabalhava na Empresa Porto-Alegrense de Turismo (EPATUR), em Porto Alegre, e conheceu o grupo através de Enio, que na época era ligado à TV Educativa de Porto Alegre (TVE).

porque a gente era muito apaixonado e as pessoas se contaminavam, então começou a formar uma coisa ao redor disso (...)”(Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

O objetivo geral do projeto centra-se no desenvolvimento de atividades que poderiam devolver à comunidade jaguareense “(...) suas características dinâmicas de expressão, tornando exequíveis suas potencialidades e suas expectativas política - sócio - econômico – cultural (*sic*) (...)” (PROJETO JAGUAR, 1982, s.p).

O conteúdo do projeto é abrangente, do ponto de vista da diversidade de bens que se relacionam com a ideia de preservação: arquitetônico, imaterial (artesanato em lã e memória oral), artístico (literatura), natural (rio Jaguarão e sua biodiversidade). Em relação às instituições de preservação do patrimônio cultural, também se encontra referência no texto ao estímulo ao Museu Carlos Barbosa e ao Instituto Histórico e Geográfico da cidade.

O incentivo a equipamentos de lazer também está incluído dentre os objetivos, através da criação de um camping municipal e da reativação do Teatro Esperança. Valdo lembra como foi o processo de organização do projeto: “(...) *a gente tinha muitas ideias, a visão era ampla, e é uma visão que enfim, parece até atual, continua atual, mas aí a gente procurou se concentrar em algumas coisas (...)*” (Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

Durante a elaboração do projeto, no primeiro semestre de 1982, a TVE gravou um programa em Jaguarão. Na oportunidade, também estavam presentes os colegas de faculdade de Jorge e Valdo, da Ritter dos Reis, bem como professores de cursos de arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). De acordo com Valdo:

O programa da TVE foi estratégico porque foi um programa que ficou bem acabado, ficou bem produzido, fizeram várias imagens na cidade, toda a história, a parte da natureza, aspectos naturais, do rio e da cidade e dos prédios. Ficou um programa muito bom e muito material, porque na verdade o tema estava muito rico (...) foi ao ar na TV, na época, 82, não era o que é hoje, a gente levou todas as escolas da cidade para assistir o programa (...) (Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

Em 1983, ocorreu o Encontro de Escolas de Arquitetura (Figura 7), promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e pelo Projeto Jaguar. Nesta oportunidade estavam presentes os arquitetos José Albano Volkmer (ao centro da Figura 8), então presidente do IAB/RS, e o arquiteto Nestor Torelly Martins (na

Figura 8 está à esquerda de Volkmer). O evento contou com atividades em locais estratégicos, com o objetivo de chamar a atenção da população e do poder público para a preservação do patrimônio.

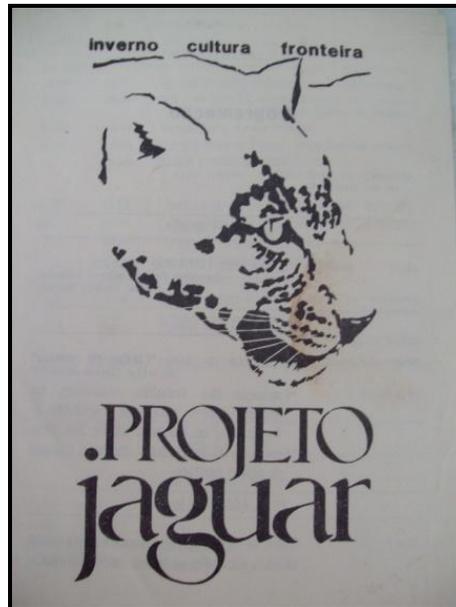


Figura 7 - Capa da programação do evento.
Fonte: Documento pertencente a Valdo Nunes.

No Mercado Público, ocorreu um almoço para os participantes e, ainda, exposição de artesanato e manifestações livres. No Cine Regente, o Grupo Jaguar⁴⁰ reproduziu ao público filmes nacionais ganhadores de prêmios. Na Biblioteca Pública, ocorreram palestras sobre o patrimônio histórico, conferidas pelos pesquisadores: Leandro Telles, Albano Volkmer e Nestor Torelly Martins. No mesmo local, ainda houve a exposição de trabalhos dos alunos do curso de Arquitetura da Faculdade Ritter dos Reis, cujo tema era a arquitetura de Jaguarão.

⁴⁰ A partir de agora se usará o termo Grupo Jaguar ao invés de Projeto Jaguar, pois é assim que os entrevistados se referem ao movimento.



Figura 8 - Encontro de Escolas de Arquitetura realizado em Jaguarão.
Fonte: Acervo pessoal de Ana Oliveira.

No Teatro Esperança, peças de teatro e músicos jaguarenses e da região se apresentaram. É importante lembrar que o Teatro estava passando por um processo complexo, pois a Sociedade Imobiliária e Comercial de Jaguarão Ltda. (SOJAL), empresa que o administrava, planejava transformá-lo em um estacionamento. Valdo conta como foi o movimento do Grupo:

(...) a gente recolocou os panos no teatro, colocou o pano de fundo e aqueles panos laterais, e reativou o teatro, mudou uma ideia que existia, talvez até de fazer uma garagem de automóvel. Foi muito marcante na comunidade, porque foi na verdade uma grande propaganda da cidade, um despertar, abrir de olhos pro conjunto que a cidade tinha e pra riqueza que ela tinha em cima do patrimônio arquitetônico e da história, do momento da história (...) (Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

De acordo com os entrevistados, os moradores e os empresários contribuíram com doações de dinheiro e de materiais para a realização deste evento. No caso específico do Teatro Esperança, os tecidos do palco foram doados por uma loja que trabalha neste ramo, outro estabelecimento doou os canos de metal para a estrutura. Em relação à operacionalização, Jorge lembra:

(...) as pessoas, da nossa geração, estudantes, amigos da gente, se engajaram também, de botar uma máquina de costura dentro do Teatro Esperança. Uma das gurias sabia costurar ficou costurando pano, o pessoal ajudava (...) (Entrevista de Jorge Arismendi Garcia, 2011).

Uma consequência deste evento foi a realização do levantamento arquitetônico de alguns prédios de Jaguarão, como nos lembra Ana Oliveira⁴¹:

(...) então a gente meio que loteou Jaguarão, cada faculdade, cada curso ficou responsável por um bem. Nós ficamos responsáveis pelo Mercado, o pessoal da Ritter acho que fez a parte de urbana, com o desenho das fachadas, e tiveram outros que fizeram de determinados prédios (...)
(Entrevista de Ana Lúcia Costa de Oliveira, 2011).

O Grupo Jaguar atuou também na antiga Enfermaria Militar de Jaguarão⁴². A reivindicação era o tombamento do prédio e a construção de um parque no terreno em frente às ruínas, que na época, pertencia à Fundação Carlos Barbosa, como se pode observar em um dos objetivos do Projeto Jaguar (1982, s.p): “Preservar as ruínas da ENFERMARIA, prova da fundação militar que a cidade já estabeleceu; preservar também o cerro onde está assentada a ruína, bem como a vista da cidade”.

De acordo com Jorge, existia um projeto de loteamento da área em frente à enfermaria,

(...) O que a gente reivindicava? Preservação, que não deixassem terminar, que as pessoas não continuassem tirando tijolos, que alguém fiscalizasse (...) porque a gente queria preservar a propriedade que ela tem em si de ser um belvedere da cidade. Se tu vais lá tu contempas toda a cidade, de repente, no outro lado da rua constrói uma moradia, tu acabas com a vista
(Entrevista de Jorge Arismendi Garcia, 2011).

Como forma de sensibilizar as autoridades e a população, o grupo organizou vigílias musicais na enfermaria. A primeira aconteceu no dia 29 de maio 1982⁴³. De acordo com Valdo Nunes, alguns jovens levaram seus violões para a enfermaria e lá fizeram uma fogueira. Pedro Bartolomeu Ribeiro, na coluna Crônicas da Cidade, de 5 de junho de 1982, do jornal *A Folha*, relata como foi o evento: “Além do número expressivo de jovens que permaneceram até ao sol alto de domingo, muitos senhores e senhoras visitaram, ouviram músicas e deram um corte no churrasco de cordeiro”.

⁴¹ Ana Lúcia Costa de Oliveira participou do evento representando a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

⁴² Para maiores informações sobre o histórico do prédio, ver item 2.4 deste capítulo.

⁴³ Informação obtida na coluna Crônicas da Cidade, redigida por Pedro Bartolomeu Ribeiro, em 5 de junho de 1982, no jornal *A Folha*.

Em 24 de fevereiro de 1984⁴⁴, o grupo organizou outra vigília, que contou com a participação de aproximadamente mil pessoas. No palco havia uma faixa que dizia “Mais área para o parque”. Os equipamentos de som e iluminação foram pagos com o auxílio de diversas lojas e empresas da cidade. Mais de 25 cantores e instrumentistas de Jaguarão, Pelotas e Uruguai passaram pelo palco. Ao manusear a planta do evento durante a entrevista, Valdo lembra:

Isso aqui tudo é Festival da Enfermaria, envolvia Melo, envolvia Trinta e Três, envolvia os castelhanos, envolvia Rio Branco. Sabes que tu fazias um movimento, um alvoroço, e tinha parceria de fora da cidade, foi uma coisa realmente, uma coisa forte (...) (Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

No local, havia um bar e uma banca vendendo camisetas, que levavam a foto da Enfermaria estampada e o dizer “Il Vigília pela Enfermaria”. E ainda, complementa Valdo, *“tinha um folderzinho daqueles de gráfica, tudo da época, que a gente panfletava com aquilo e desse movimento de mais área para o parque veio de fato (...)”* (Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

Em nota no jornal, Valdo justifica a perseverança do grupo frente à causa da seguinte forma:

(...) Estamos trabalhando arduamente por esta causa que acreditamos representar uma transformação tanto cultural como sócio-econômica para as pessoas que moram nesta cidade, isto porque o povo brasileiro ainda está em busca de uma identidade que às vezes parece não existir, porque é procurada em 8.511.000 Km² e não entre o espaço que temos até o fim de nossa rua ou de nossa cidade. Precisamos encontrar nossos valores dentro de nós mesmos e das coisas que nos rodeiam. (...) (A Folha, 7 de abril de 1984, p.4).

A terceira Vigília Musical (Figuras 9 e 10) ocorreu no dia 24 de janeiro de 1987, e também contou com músicos da região e do Uruguai e, de acordo com Valdo Nunes, o expoente máximo foi a apresentação da banda gaúcha Engenheiros do Hawai.

⁴⁴ Informação obtida no jornal *Folha da Tarde*, matéria especial do dia 28 de fevereiro de 1984.



Figura 9 - III Vigília Musical na Enfermaria.
Fonte: Acervo pessoal de Valdo Nunes.

Sobre o apoio financeiro para a realização das vigílias, Valdo comenta que, nesta época, já existiam verbas provisionadas na prefeitura: “o *Projeto Jaguar* já era uma coisa da cidade funcionando com verba do município (...)”. Mas, de um modo geral, de acordo com os entrevistados, sempre houve uma articulação tanto com o comércio, com a gestão pública⁴⁵ e com os moradores.

É o que afirma Valdo:

(...) a gente teve apoio sempre, éramos um grupo mobilizado (...) eles tinham que apoiar, porque era muito forte, as pessoas estavam com a gente. O grupo era muito grande, de 30, 40, 50 pessoas e tudo gente de 20 anos, 18 anos, 17 anos, e está o pai, está a mãe, tudo acontecendo, aquele burburinho todo, então não tinha como não apoiar (...)(Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

Complementa Jorge:

(...) a partir do momento que tu tens o apoio da comunidade, da população em si, tu despertas o poder público por interesse político, é uma coisa que a minha comunidade está querendo, então eu vou trabalhar em cima disso porque isso vai me render politicamente, eu não vou fazer nada que a população não queira. Isso é normal (...) (Entrevista de Jorge Arismendi Garcia, 2011).

⁴⁵ O Projeto Jaguar foi desenvolvido durante os mandatos do prefeito Aldo Rosa.

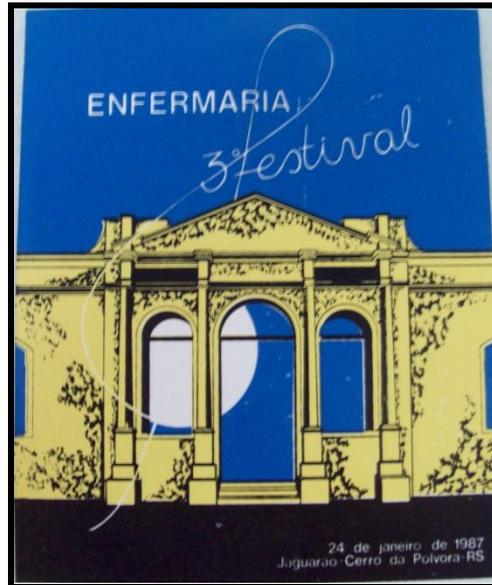


Figura 10 - Adesivo do III Vigília Musical na Enfermaria.
Fonte: Acervo pessoal de Valdo Nunes.

A III Vigília, de certa forma, marcou os integrantes do grupo, pois naquela época, as pessoas do movimento já estavam tomando outros caminhos, alguns já haviam mudado de cidade, como Jorge Garcia⁴⁶. Ao comentar sobre esse processo de desfragmentação do grupo, ele lembra que no início era uma fase de “ser universitário”, estar cheio de ideias, tempo, e havia incentivo financeiro dos pais. Depois veio a fase de “viver em sociedade”, como todos, trabalhar e constituir família.

Lembra Valdo,

(...) em cada momento também, as pessoas umas entravam umas saíam. No processo que a gente conduziu isso aqui, foi de 82 quando começamos até 87 que foi o Festival da Enfermaria, que foi pra nós o último ato. Nesse momento, nessa casa aqui no fundo aqui, nós viemos fazer as faixas, a Ana Ó [Ana Oliveira] e o Maurício [Maurício Seibt], sempre aqui. Foram eles que pintaram as faixas, as faixas ficavam na frente do palco lá e fizeram nessa casa (...) (Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

No Inventário do Patrimônio Arquitetônico, os autores chamam a atenção para este contexto:

Mas, nos parece que o movimento do Projeto Jaguar está atualmente debilitado seja por falta de uma entidade concreta, oficial como uma fundação, com uma estrutura administrativa que sustente um plano

⁴⁶ O entrevistado reside atualmente em Passo Fundo (RS) e não visitava Jaguarão há três anos.

detalhado, seja por falta de líderes, uma vez que os que iniciaram não se encontram mais participando ativamente (IPAJ, 1988, p. 16).

Para Valdo Nunes, o Projeto Jaguar é a materialização das ideias de desenvolvimento do turismo e preservação do patrimônio, que continua a mesma, já o movimento do Grupo Jaguar não existe mais como era na época, complementa o entrevistado: *“Nós tínhamos uma veia vibrando. Foi maravilhoso fazer isso aqui. Foi uma viagem, e foi uma viagem de um bando, então foi legal”* (Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

As ações realizadas pelo Grupo Jaguar trouxeram algumas consequências importantes. Primeiro, em relação à tomada de consciência, individual, a respeito da preservação do patrimônio arquitetônico, lembra Jorge:

(...) teve casas aqui que as pessoas substituíam uma janela por uma cortina de plástico, uma janela mais moderna. Diminuíam a abertura e retomaram isso, botaram as antigas de novo, até teve gente que mandou fazer com as características que era e restauraram por conta deles mesmo (Entrevista de Jorge Arismendi Garcia, 2011).

No que concerne os objetivos circunscritos ao projeto, Valdo comenta que se redigiram vários aspectos e ao final trabalharam-se pontualmente alguns bens, como o Teatro Esperança e a Enfermaria Militar, que hoje se encontram envolvidos em obras de reforma e refuncionalização, como podemos observar no trecho,

(...) acho que foi o que salvou o teatro de certa forma, poderia ter tomado outro rumo bem desastroso. Hoje o teatro está restaurado, é posse da prefeitura, quer dizer, o ano que vem vai fazer 30 anos disso. Ao longo desse tempo todo eu acho que só tem tido evoluções, lentas, mas tem tido evoluções (Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

Jorge Garcia, ao avaliar a trajetória do grupo, emocionou-se, ao perceber que o Teatro Esperança não se transformou em estacionamento, e as reivindicações para antiga Enfermaria Militar, como mais área para o parque e seu restauro foram atendidas:

(...) a gente plantou uma semente, alguém regou essa planta que brotou. Eu já não fiz parte dessa turma que continuou regando, que manteve viva, isso tem muito a ver com o Valdo. Isso que está acontecendo acho que é o primeiro fruto, vamos dizer assim, dessa árvore e o que eu espero é que os outros frutos venham (Entrevista de Jorge Arismendi Garcia, 2011).

Com a saída de muitos integrantes do Grupo, Ana Oliveira e Mauricio Seibet assumiram as atividades do Projeto. Conforme Valdo: *“eles entraram com força, com muita força, com muita vontade e botaram, tocaram pra frente o negócio. Tiveram muitos trabalhos a partir disso que foram fundamentais. Hoje, então eu te diria que isso aqui é um círculo virtuoso”* (Entrevista de Valdo Dutra Alves Nunes, 2011).

2.2.2 IPAJ e PRU

Em outubro de 1986, o SPHAN destinou verba à Prefeitura Municipal de Jaguarão para realizar o Inventário do Patrimônio Cultural do Município. No entanto, em função de questões físicas de tempo hábil, optou-se por fazer o inventário somente do patrimônio arquitetônico urbano, executado em janeiro de 1987. De acordo com o inventário, a realização do IPAJ era consenso dentre as instituições envolvidas com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano⁴⁷, feito em 1978 pela Secretaria de Desenvolvimento e Obras/Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal. Cabe salientar também que a proposta de realização do inventário estava prevista no Projeto Jaguar (1982, s.p), como podemos observar em um dos seus objetivos:

Conservar e manter as características das construções físicas da comunidade que, algumas isoladamente, e outras pelo conjunto arquitetônico, remontam seu passado histórico e caracterizam a função já desempenhada pela comunidade.

Valdo Nunes, então representante do Grupo Jaguar, convidou a professora Ana Oliveira, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, para a realização do inventário, pois na época era a instituição com corpo técnico mais próximo a Jaguarão.

A equipe de professores e alunos aplicou a mesma metodologia do Inventário Arquitetônico de Características Neoclássicas, realizado em 1983 na cidade de Pelotas. Como primeira etapa do trabalho, utilizou-se um levantamento fotográfico, em preto e branco, com cadastramento em fichas que continham itens que observaram:

⁴⁷ Este Plano Diretor delimitava a área urbana em zonas, tais quais: comercial, residencial e industrial.

- dados gerais de construção;
- situação e ambiência;
- aspectos arquitetônicos;
- dados históricos;

A forma de como foram executadas as fotos consistiu na subdivisão da área urbana em cinco setores (A, B, C, D e E) (Figura 11) onde três equipes de quatro pessoas varreram a área levantando os bens imóveis não descaracterizados⁴⁸, durante 15 dias. Nesta etapa, foram preenchidas fichas relativas a aproximadamente 600 prédios da área urbana de Jaguarão.



Figura 11 - Mapa dos setores.
Fonte: OLIVEIRA & SEIBT, 1988, p.25.

De acordo com a entrevistada, além das pesquisas históricas, em material do Instituto Histórico e Geográfico e na Biblioteca Pública da cidade de Jaguarão, a equipe também investigou os elementos formais e estilos em arquitetura. Essa análise resultou numa subdivisão em módulos, que consistem em prédios afins, por época de construção, elementos formais semelhantes ou por serem significativos pelo seu valor histórico e ou arquitetônico, estando alguns em conjunto e outros

⁴⁸ De acordo com o IPAJ (1988), para posterior análise de como se processa o fato de descaracterização foram fotografados alguns prédios descaracterizados como documentação.

isolados do seu contexto inicial. Desta forma, os módulos foram criados de acordo com alguns critérios de análise: **período histórico, características tipológicas, elementos formais e linguagens formais, densidade de exemplares por zona e função original do prédio.**

Na terceira etapa, organizaram-se as fichas, bem como mapas dos setores registrando os quarteirões, com o número de cadastro do inventário, juntamente com o número de cadastro municipal⁴⁹.

Terminado o inventário, Ana Oliveira lembra que o envolvimento da Faculdade de Arquitetura com a cidade de Jaguarão prosseguiu. Outros projetos de pesquisa e extensão foram surgindo, como a criação de um Parque na área da Enfermaria Militar. Por volta de 1990, o prefeito em exercício, João Alberto, solicitou a Ana Oliveira e Maurício Seibt, a organização de uma legislação que pudesse isentar alguns prédios históricos do IPTU, com base no IPAJ.

Deste pedido surgiu a necessidade de elaborar um Programa de Revitalização Integrada para Jaguarão (PRIJ), tendo em vista experiências de outros locais brasileiros, como por exemplo, o Corredor Cultural do Rio de Janeiro⁵⁰ e o tombamento de Antônio Prado, dentre outros. A ideia se fundamentou no conceito de “conservação integrada”⁵¹ de bens culturais, ou seja, a responsabilidade de preservar não seria somente do poder público e órgãos competentes, mas incluiria também, a comunidade e a iniciativa privada.

De acordo com Oliveira e Seibet (2005), o PRIJ visa a determinar uma série de instrumentos urbanísticos, através de critérios de análise do acervo arquitetônico inventariado. O que se buscava com a elaboração deste programa era a orientação das futuras obras de conservação e intervenção nas Zonas de Preservação e a criação de níveis de isenções tributárias conforme a caracterização dos imóveis. De acordo com Ana:

(...) nós tínhamos que classificar se essa casa tinha interesse para preservação e se ela estava íntegra na sua tipologia, na sua caracterização então nós criamos os graus de descaracterização (...) se tu cruzares nível

⁴⁹ O material original está disponível no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

⁵⁰ Ana lembra que, durante a ditadura militar, muitos arquitetos, exilados, fizeram seus cursos de pós-graduação na França, Itália e nos Estados Unidos. Quando voltaram, nos anos 1980, organizaram seminários de arquitetura e urbanismo que visavam a discutir a conservação integrada. Destes eventos surgiram iniciativas como o corredor cultural, cujo modelo era uma zona de preservação central, uma de transição e uma zona de preservação da natureza.

⁵¹ O PRIJ, assim como o IPAJ, aponta alguns itens do *Manifesto de Amsterdam* relativos à “Conservação Integrada”, juntamente com os dez itens da *Carta de Veneza*.

de preservação com grau de descaracterização tu das uma isenção de IPTU ou não (Entrevista de Ana Lúcia Costa de Oliveira, 2011).

Os instrumentos urbanísticos propostos foram: zoneamento, regime de usos do solo, índices urbanísticos e critérios de intervenção e construção nas zonas de preservação. O zoneamento foi utilizado para delimitar as áreas de preservação, na tentativa de manter a harmonia na evolução da paisagem urbana.

Esta delimitação foi realizada com base na análise dos módulos constantes no Inventário de Patrimônio Arquitetônico. A área urbana do município foi dividida em Zonas de Preservação, tanto natural como cultural, que contemplam módulos, que se subdividem em **Zona de Preservação Histórica Arquitetônica (ZPHA)** e a **Zona de Preservação Histórica Natural (ZPHN)** (Tabela 4 e Figura 12).

Tabela 4 - Delimitação das Zonas de Preservação.

Zona	ZPHA	ZPHN
Características	Núcleo original da cidade, de expansão do final do século XIX e determinadas áreas que possuam referências históricas.	Áreas físicas, com ou sem vegetações relevantes, que formam as principais vistas da cidade, os locais de contemplação mais importantes e os espaços que representam as áreas verde necessárias quando do desenvolvimento da cidade
Delimitação	Partindo da margem do Rio Jaguarão pelo eixo da Rua Dr. João Alêncio de Azevedo, rumo ao norte até o eixo da Rua Barão do Rio Branco, rumo leste até o eixo da Rua Uruguai, rumo norte até o eixo da Rua Barbosa Neto, rumo leste até o eixo da Rua Júlio Prates de Castilhos, rumo norte até o eixo da Rua Independência, rumo leste até o eixo da Rua Marechal Deodoro, rumo norte até o eixo da Rua da Paz, rumo leste até o eixo da Rua das Andradas, rumo ao sul até a Avenida 20 de setembro, fechando o polígono com as margens do Rio Jaguarão.	ZPHN I - Cerro das Irmandades (Cemitério das Irmandades); ZPHN II - Cerro da Pólvora (Pedreiras e Enfermaria Militar); ZPHN III - Chácara do Galo; ZPHN VI - Estação Ferroviária, Vila RFFSA e Estádio Mackinley Rosa; ZPHN V - Parque Urbano (Sindicato Rural, CTG Rincão da Fronteira e Estádio Navegantes); ZPHN VI - Lar de Meninas; ZPHN VII - Margem do Rio Jaguarão; ZPHN VIII - Hospital de Caridade e Vila Militar; ZPHN IX - As principais praças de valor histórico turístico são: a) Praça Dr. Alcides Marques e Largo das Bandeiras; b) Praça Paysandú e Praça do Desembarque; c) Praça Comendador José Maria de Azevedo; d) Praça Dario de Almeida Neves; e) Praça Bento Gonçalves. f) Praça Dr. Hermes Pinto Affonso

Fonte: Elaboração própria com base em Oliveira e Seibt (2005).

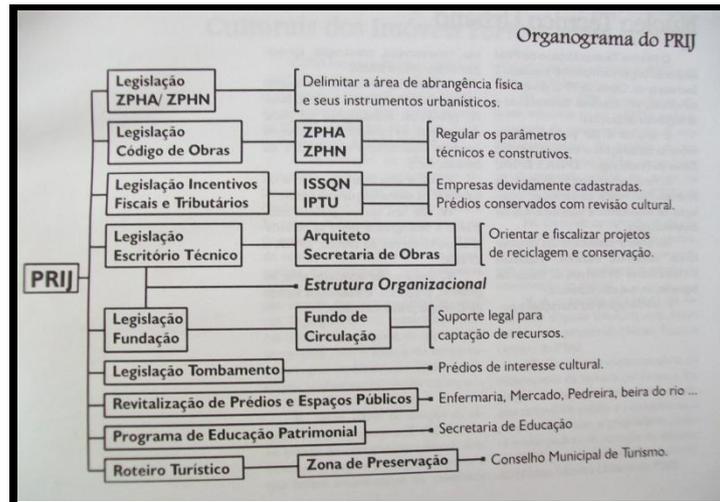


Figura 13 - Organograma do PRIJ.
Fonte: Oliveira e Seibt, 2005, p.83.

O PRIJ estabeleceu também os Critérios de Intervenção e Construção nas Zonas de Preservação, como forma de harmonizar as intervenções em áreas históricas e/ou novas construções com o patrimônio existente e a paisagem urbana local. Estes critérios abrangem: **método, técnicas, posturas das construções e intervenções urbanas**. A saber:

I. Arqueológico:

a) Aceita somente a pura consolidação de ruínas, não admitindo recomposições fantasiosas ou imitativas, mas aceita aproveitamento de espaços através de obras modernas;

II. Científico

a) Proíbe reconstruções de ruínas e o uso de seus espaços disponíveis. Obriga que as obras de consolidação sejam de modo visível e claro quanto ao uso de materiais e recursos da nova tecnologia ali empregadas;

b) A reconstrução dos monumentos danificados deverão ser de modo harmônico, mas jamais deverão imitar os originais;

III. Artístico ou de Reintegração Estilística:

a) Este se faz da combinação dos métodos arqueológico e científico, dando ênfase aos seus aspectos plásticos, principalmente aqueles de adequação estética do meio ao monumento.

No último Plano Diretor Participativo, foram aprovadas, algumas medidas legais referentes à preservação do patrimônio arquitetônico da cidade, como a Lei nº 4682/2007 (Anexo B), que traz em praticamente todo o seu conteúdo o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão, alguns dos seus objetivos também se vinculando ao Projeto Jaguar.

A diferença entre o PRIJ e a lei está na nomenclatura das Zonas de Preservação que passam a incluir também o nome “Turístico”, por exemplo, ZPPHAT, assim como na atribuição da aprovação de projetos que na lei passa a ser da Secretaria de Planejamento e Obras. Mas, de modo geral, assim como o PRIJ, estabelece os instrumentos urbanísticos de regulamentação propondo zoneamento, definição dos usos e índices, e também normas de intervenção.

Destacam-se aqui, de acordo com o Art.2º, algumas diretrizes da lei de preservação:

- I. Promover e incentivar a conservação, preservação e revitalização dos bens de valor histórico, arquitetônico, paisagístico e turístico;
- IV. Valorizar a memória da cidade através de programas de educação e conscientização da preservação do patrimônio cultural nos estabelecimentos de ensino no município;
- VI. Promover a sensibilização da comunidade na conservação cultural do município.

Essa lei estabelece a redução de alíquotas de IPTU⁵². Para isso, o proprietário de um imóvel inventariado dentro das zonas de preservação deve solicitar à Secretaria Municipal da Fazenda a redução, que varia de 60 % a 20%, dependendo de critérios, tais como: **valor cultural da edificação, características tipológicas, linguagem formal, materiais e técnicas construtivas, época da construção, estado de conservação e grau de descaracterização**. Além de vincular-se a esta lei, o PRIJ inseriu-se também nos Seminários de Ecletismo em Jaguarão, que serão comentados no Capítulo IV.

2.2.3 Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão

No ano de 2009 foi criado em Jaguarão, na Secretaria de Cultura e Turismo, o cargo de Diretor de Patrimônio Histórico⁵³, então exercido por Alan Dutra Melo⁵⁴, com a missão de elaborar projetos para a preservação do patrimônio⁵⁵. De acordo

⁵² De acordo com a lei, os níveis de redução da alíquota tributária sobre IPTU serão efetivas pelo período de 2 anos, renováveis conforme o estado de conservação do imóvel.

⁵³ Cargo extinguido em 2010, no entanto as funções continuam sendo realizadas, atualmente, por Andréa da Gama Lima, assessora de Patrimônio e Turismo. Andréa é graduada em artes visuais e Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL).

⁵⁴ Alan é Bacharel em Direito e Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL).

⁵⁵ O trabalho qualificado na área de Memória Social, realizado por Alan e Andrea, contribuiu significativamente para que projetos fossem elaborados e executados com financiamento do município, estado e governo federal.

com Alan, nesses primeiros anos, buscou-se potencializar o trabalho na área do patrimônio histórico e sua relação com a mudança da matriz produtiva da cidade, que passou a incluir o turismo. Desta forma, em função da recessão no setor agropecuário, a atividade turística passou a ser vista como uma oportunidade de desenvolvimento econômico.

O fator econômico também está presente no que o prefeito Cláudio Martins chama de “reidentificação histórica cultural do município”. Jaguarão, assim como outros municípios situados na zona de fronteira, por muito tempo ficou fora do eixo de investimentos, estadual e federal. De acordo com Cláudio, “*é uma espécie de esquecimento*”. O prefeito justifica o termo “reidentificação” da seguinte forma: “(...) *essa é uma dívida econômica e, de certa forma social do Governo Federal, porque custou, sob ponto de vista socioeconômico, custou muito caro pra cidade, foi a muito custo que se manteve esse patrimônio*” (Entrevista de José Cláudio Ferreira Martins, 2011).

A situação econômica de Jaguarão historicamente se vincula ao comércio, de característica instável, pois depende da cotação das moedas (peso uruguaio, real e dólar). Antigamente, os moradores de cidades uruguaias como Melo e Rio Branco, compravam muito em Jaguarão, pois a economia estava favorável para isso. No momento em que a cotação da moeda uruguaia ficou menos valorizada que o real, instaurou-se a crise no comércio de Jaguarão. Desta forma, o período de recessão econômica teria resultado numa descapitalização das elites locais e teria tornado a cidade pouco atrativa para novos investimentos. De acordo com os entrevistados, não havia indústria nem empresas que pudessem movimentar a economia da cidade.

No contexto nacional, outras cidades (dos anos 60 aos 80) foram transformadas, pelo progresso e pelo concreto, a modernização urbana avançou sobre as áreas em que situavam os prédios antigos, diferentemente de Jaguarão. Assim, por falta de recursos para novas construções, uma das consequências, hoje positivas, é que os prédios antigos se preservaram. Exemplo disso é que nos poucos casos em que havia capital, de origem externa, os prédios antigos foram demolidos para a construção do Banco do Brasil, do Banrisul, da Caixa Econômica Federal e do hotel Sinuelo, todos localizados no centro da cidade.

No ano de 2009 o município foi contemplado com o PAC das Cidades Históricas e recebeu verbas do Governo Federal que foram aplicadas na reforma da

cobertura do Teatro Esperança e na elaboração do Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão⁵⁶, considerado aqui como a quarta ação sob análise.

A proposta está dividida em dois documentos: o Dossiê, que caracteriza historicamente a arquitetura da cidade e inclui as justificativas para seu tombamento, e ainda o documento Diretrizes para Gestão, onde são indicadas as normas para cada área incluída na delimitação de proteção. A pesquisa foi desenvolvida entre janeiro de 2009 e agosto de 2010, através da contratação de uma equipe composta por profissionais da região, com formação em áreas diversificadas como arquitetura, história e artes, sob orientação e supervisão do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM/IPHAN).

De acordo com o Dossiê (2010), em 2009 realizou-se a primeira etapa do trabalho, relativa ao cadastramento dos edifícios de interesse na área central de Jaguarão. Foram cadastrados aproximadamente 124 quarteirões e 3083 prédios. As informações obtidas nesta fase foram: implantação, gabarito, linguagem arquitetônica, tipologia, usos, estados de caracterização e conservação dos imóveis. Dos edifícios estudados, 627 foram elencados como de interesse histórico ou cultural, sendo que os exemplares mais significativos se localizam, em sua maioria, na área formada pelo tecido mais antigo, com alguns exemplares isolados em seu entorno.

A metodologia utilizada no cadastramento seguiu as orientações das fichas do **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão**, em que, de um modo mais geral, foram levantados os elementos que caracterizam a cidade e que influenciaram na sua conformação ao longo da ocupação do território, como seus componentes históricos, físicos e atuais formas de uso. De um modo mais específico, foram adotados critérios para análise e setorização do sítio, de acordo com a dinâmica de ocupação do território, do bem e das áreas de entorno (DOSSIÊ, 2010, p.230):

- aspectos históricos e geográficos;
- evolução e traçado urbano;
- referenciais urbanos e eixos visuais e perspectivas;
- bens de interesse;

⁵⁶ Tombamento aprovado em 3 de maio de 2011.

- implantação (identificação de áreas com predominância das mesmas relações entre edificação e lote, lote e quadra, e quadra e cidade);
- gabarito (identificação das áreas com predominância de gabaritos semelhantes);
- usos e linguagens arquitetônicas;
- estado de conservação e de caracterização dos imóveis;
- vias de acesso e comunicação.

Segundo o Dossiê (2010), após a análise dos aspectos históricos e geográficos e da situação atual, a área de estudo foi dividida em **dez setores**, a partir de suas características morfológicas diferenciadas (Tabela 5). Quatro setores foram considerados de relevância, e inserem-se na poligonal como **área proposta para tombamento**, pois mantêm preservada a leitura de continuidade do conjunto urbano. A área de **entorno** abrange seis setores, que, segundo os pesquisadores, apresentam menor predominância de bens de interesse e rupturas na leitura de continuidade do conjunto urbano.

No entanto, em função da sua importância paisagística ou referencial, de usos, de alto potencial de impacto sobre o centro histórico, entre outros motivos, a área de entorno também foi definida como setor de proteção. É o caso do setor correspondente ao Cerro da Pólvora e à antiga estação ferroviária, que, apesar de descontínuos em relação à área de entorno, se configuram como setores isolados de preservação. É o que nos aponta o Dossiê (2010, p.212):

(...) esta poligonal tem como principal função estabelecer uma área de transição entre os setores protegidos e o restante da cidade (...), ou seja, funcionando como uma área de “amortecimento” de impactos sobre o patrimônio cultural do município.

Tabela 5 - Delimitação dos setores de preservação no tombamento do conjunto.

Setor	Caracterização	Localização	Bens destacados	Nível de Preservação
Núcleo Original	Área corresponde ao núcleo formador, demarcada por volta de 1815 para ordenar o construído e projetar a cidade a ser edificada.	Compreende o entorno da Praça Alcides Marques.	Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, Antigo Fórum (Casa de Cultura).	PR1

Setor	Caracterização	Localização	Bens destacados	Nível de Preservação
Primeira expansão	Segunda área corresponde à primeira expansão urbana ou “segundo loteamento”, iniciada na década de 1840, que também visava a organizar o ambiente construído e projetar a cidade.		Teatro Esperança, Museu Carlos Barbosa, Igreja Imaculada Conceição.	PR2
Orla do Rio Jaguarão	Terceira área corresponde aos acréscimos no traçado existente. Ocorreram na década de 1960, nas direções norte e leste.	Compõe a Praça do Desembarque, a Avenida Vinte de Setembro, que atravessa o setor paralelamente ao rio.	Mercado Público, Municipal Ponte Internacional Mauá.	PR3
Enfermaria Militar	Faz parte da primeira expansão urbana ocorrida por volta de 1846, e tem como marco histórico as ruínas do prédio da Enfermaria Militar.	A área deste setor está localizada no Cerro da Pólvora.	Enfermaria Militar	PR4
Entorno do Núcleo Original	Corresponde, em sua quase totalidade, à primeira expansão urbana, ocorrida por volta de 1846.		Santa Casa de Misericórdia.	PC1
Entorno da Primeira Expansão			Prédio da escola João Caetano da Silva, o antigo cinema Regente e o antigo Engenho Olinda.	PC2
Rua Uruguai	Possui características semelhantes ao setor de entorno adjacente (1ª expansão). Parte deste setor (até a Rua Maurity) corresponde à primeira expansão urbana, ocorrida por volta de 1846, e outra parte é resultante da ocupação ao longo de antigas estradas de acesso ao município, fruto do parcelamento de antigas chácaras suburbanas.	Corresponde à transição entre a orla (parte baixa) e o cerro da Pólvora (parte alta).	Chácara do Galo, Rua Uruguai, antiga Rua dos Pescadores, via de acesso a Ponte Internacional Mauá.	PC3

Setor	Caracterização	Localização	Bens destacados	Nível de Preservação
Cerro da Pólvora			Formado pelo parque, pela pedreira e pelas ruínas da antiga Enfermaria Militar.	PC4
Entorno do Cerro da Pólvora	Abrange parte da área do cerro da Pólvora, correspondendo ao entorno da Enfermaria Militar (setor 4) e das pedreiras (setor 8).			PC4
Estação Ferroviária	Abrange a região em torno do prédio da antiga Estação Ferroviária.		Estação Ferroviária	PC4

Fonte: Elaboração própria com base no Dossiê de Tombamento (2010).

Durante os levantamentos, as edificações foram avaliadas de forma a dimensionar sua contribuição para a preservação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, e as consideradas relevantes foram classificadas em três grupos (DOSSIÊ, 2010, p. 220):

C1 – Conservação Rigorosa: imóveis de grande importância histórica e/ou arquitetônica que, no momento do tombamento do conjunto, ainda mantêm a maioria das características originais, ou que apesar de terem sofrido alterações ao longo do tempo, são passíveis de restauro ou recomposição.

C2 – Conservação Intermediária: imóveis de relevância histórica e/ou arquitetônica que, no momento do tombamento, se detectou que já sofreram alterações significativas, principalmente internas, que não são mais passíveis de recomposição, mas que externamente ainda preservam grande parte das características originais. Estas edificações permitem uma maior flexibilidade nos projetos de adaptação, mas devido à sua volumetria e características arquitetônicas significativas para a caracterização da paisagem urbana do conjunto, externamente devem ser preservadas com rigor.

C3 – Conservação Volumétrica (imóveis de acompanhamento): imóveis importantes para a leitura do conjunto urbano proposto para tombamento, mas que não apresentam mais condições de autenticidade e/ou originalidade que justifique um maior rigor na análise das intervenções propostas visando a preservar as características intrínsecas ao imóvel. Nestes casos os imóveis devem preservar a

sua volumetria, mas a análise das propostas de intervenção pode se respaldar nas diretrizes gerais para o setor, visando à preservação da leitura do conjunto urbano e sua valorização.

De acordo com o Dossiê, apesar das intervenções urbanas, ainda é possível perceber o processo evolutivo da malha urbana da cidade, distinguindo a área mais antiga, que seria a zona central e seu entorno imediato, caracterizando-se como:

(...) uma retícula regular e homogênea, formada por ruas e quarteirões de tamanhos variados, onde é possível identificar três momentos distintos no processo evolutivo da cidade: o núcleo formador, uma primeira ampliação (ou segundo loteamento), e ainda uma expansão mais recente, já do século XX (ou terceiro loteamento) (...) (DOSSIÊ, 2010, p.149).

Como dito anteriormente, a cidade de Jaguarão é conhecida por suas construções horizontais preservadas. Segundo a pesquisa que consta no Dossiê de Tombamento, 95% das edificações são térreas ou com dois pavimentos, sendo incomuns edifícios com mais de quatro pavimentos. Outra característica diferencial deste conjunto é a predominância do uso residencial (cerca de 65,2%), influência da atividade agropecuária, uma vez que muitos latifundiários possuíam uma residência na cidade e outra no campo.

No documento “Diretrizes para gestão”, inserido no Dossiê de Tombamento, os pesquisadores evidenciam que o conjunto arquitetônico central possui um alto grau de integridade e conservação de seu acervo, “caracterizado principalmente por edificações de linguagem eclética e proto-moderna (2010, p.245)”.

Após a delimitação dos setores, os pesquisadores criaram diretrizes que visaram à preservação do conjunto e deverão ser utilizadas nas novas propostas para as áreas em questão, como intervenções sobre os bens e ações de requalificação, e ainda poderá auxiliar no planejamento dos investimentos públicos.

A definição de Diretrizes para a Preservação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão foi elaborada com base nas fichas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (Módulo 2 – Gestão). Na ficha M2-01 foi apontado não apenas o que deve ser evitado no sítio, mas também ações necessárias a sua requalificação de forma a potencializar essas vocações dentro da cidade. Na ficha M2-02, cada setor previamente identificado foi descrito, e para cada um foram definidos os aspectos relevantes para a preservação de Jaguarão.

Os setores situados na área proposta para tombamento serão considerados como de **Preservação Rigorosa**, pois é onde estão concentrados os bens cujo valor motivou a proteção da área. Já os situados na área de entorno funcionarão como **Áreas Complementares** (de impacto visual ou amortecimento). Para estes locais devem ser canalizados investimentos em revitalização e inserção de novos equipamentos, e priorizados projetos de valorização do ambiente natural.

Para nortear os projetos e planos de desenvolvimento para a região, sejam eles Planos Diretores Urbanos, Planos de Preservação, projetos de requalificação ou de investimentos privados, foram definidas diretrizes gerais que deverão ser seguidas em todos os setores. Também, foram identificadas algumas linhas de investimento prioritárias para toda a área (DOSSIÊ, 2010, p.246):

- Valorização da dinâmica urbana através da manutenção da ocupação da área com o uso residencial, complementado por outras atividades, como comercial, institucional e prestação de serviços, e utilizando parte dos recursos do financiamento de imóveis privados para obras, reformas e restauração.
- Fortalecimento e incentivo ao desenvolvimento através da valorização das atividades locais, como artesanato e culinária, gerando renda e sustentabilidade.
- Implantação de equipamentos culturais qualificados, como museus, cinemas, escola de arte, atraindo um público diferenciado a estes locais.
- Qualificação dos espaços públicos de vivência, como praças, largo, etc.
- Realização de estudos de mobilidade urbana, visando à qualificação do trânsito através da priorização do uso de transportes coletivos (que devem ser planejados de forma a não impactarem as vias de maior concentração de edifícios de interesse de preservação) e alternativos, além da acessibilidade em vias, calçadas e edifícios.
- Preservação e valorização do ambiente natural através da implantação de um parque urbano ao longo da margem do rio Jaguarão, protegendo a vegetação existente, permitindo o acesso público ao arroio, qualificando espaços para lazer e valorizando áreas hoje pouco utilizadas.
- Incentivo à compatibilização das políticas existentes de preservação do patrimônio, como por exemplo, Plano Diretor, Lei de Usos e Ocupação do Solo, Código de Obras e Posturas, com as futuras normas e critérios a serem propostos.

- Identificação, localização e caracterização dos bens históricos dispersos, fora da área de abrangência deste estudo e ainda não mapeados, apontando estratégias para a sua proteção.

Para cada setor, foram indicadas normativas que, segundo os pesquisadores, auxiliam no planejamento. Foram observados alguns aspectos, tais como: ordenamento territorial (traçado urbano, espaços urbanos, paisagismo e sistema de áreas verdes); relação quadra, lote e edificação (parcelamento do solo); edificações de interesse (edificações de interesse histórico-cultural e novas edificações); sistema viário (sistema viário, circulação/fluxo e pavimentação); regime de uso do solo (usos); ações de gestão e planejamento (arqueologia histórica, paisagismo e mobiliário urbano) e infraestrutura urbana.

A análise dos projetos de intervenção estava a cargo da Secretaria de Planejamento e Obras, que conta com dois engenheiros e três arquitetas em seu corpo técnico. Com o tombamento do conjunto em nível federal, os projetos deverão também passar pela análise do IPHAN⁵⁷.

A cidade encontra-se em processo de expansão urbana, não só em função do grande fluxo de turistas que usam a infraestrutura, mas também por conta do ingresso de universitários no campus da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Por tal motivo, o grande desafio do planejamento urbano será compatibilizar a preservação e ao mesmo tempo a construção ou refuncionalização de prédios para moradia e serviços. Alan Melo se posiciona a respeito das novas normativas da seguinte forma:

(...) uma jornalista um dia me perguntou: “Ah! mas as pessoas não são contra o tombamento? O tombamento não vai ter restrições...?” E eu respondi (também me baseando na experiência que eu tive na Secretaria de Urbanismo em Pelotas): “Bom, a cultura da ilegalidade da Constituição irregular edilícia no Brasil, ela acontece em todas as cidades, então isso não é problema de patrimônio”. Querer construir uma peça a mais, sem passar na Prefeitura, querer extrapolar um índice, querer abrir uma janela, uma porta, isso não é um problema de patrimônio. Isso é um problema do Brasil, isso é um problema de todas as cidades (Entrevista de Alan Dutra de Melo, 2011).

O prefeito Cláudio Martins, em entrevista, ao falar sobre as ações de preservação no centro histórico de Jaguarão, embasa a resposta a partir de sua

⁵⁷ O projeto arquitetônico do Centro de Interpretação do Pampa prevê uma sala para o escritório técnico do IPHAN em Jaguarão.

experiência pessoal: morador de um bairro da periferia da cidade, que não via muito sentido na preservação dos prédios antigos. Nas palavras dele: “(...) o centro histórico de Jaguarão era uma casa de bonecas inatingível”. Com o passar dos anos, e com a vivência na militância política, também na área cultural, aclara que mudou seu olhar: “*Eu passei a dizer algo que é o que eu efetivamente acredito, ou seja, esse potencial extraordinário, sob ponto de vista histórico, cultural, arquitetônico, turístico (...)*” (Entrevista de José Cláudio Ferreira Martins, 2011).

Os quatro entrevistados, que possuem ou possuíram relação direta com a atual gestão pública, utilizaram na entrevista a expressão “Casa de Boneca”. Tal frase foi empregada no sentido de crítica, de que o centro histórico não pode ser algo somente bonito e congelado, “para turista ver”.

Alencar Porto esclarece a ideia central desta expressão:

(...) pegar o patrimônio histórico para montar uma casinha de boneca do centro, para ter segurança privada para não deixar menino de periferia virar trombadinha na beira dos turistas. Não funciona! Os trombadinhas têm que estar na escola, têm que estar trabalhando no hotel, tem que ir para a universidade, isso tem que ser viabilizado (...) (Entrevista de José Alencar de Oliveira Porto, 2011).

Para Alencar o processo de preservação necessita estar interligado à educação e à inclusão social, continua ele:

(...) É muito bonito esse prédio aqui, mas qual é a história dele? (...) Esse conhecimento tem que ser espalhado para nossa população, ele tem que estar atrelado sim à geração de emprego. O hotel Sinuelo tem que estar cheio de turistas, de hóspedes, mas aquele cidadão que está desempregado da zona mais periférica de mais alta vulnerabilidade social tem que ter acesso a esse emprego, ele tem que ter acesso ao curso técnico. O ensino médio dele tem que ter um cuidado especial, tem que ter uma segurança maior para concluir o ensino médio, ingressar na universidade, continuar no técnico se quiser ser um técnico. Ter uma oportunidade de emprego que ele se desenvolva como ser humano, esse é o norte principal (...) (Entrevista de José Alencar de Oliveira Porto, 2011).

O discurso do secretário expressa a ideia de sistema, onde diferentes setores da sociedade necessitam de políticas públicas, para que ocorra o desenvolvimento local. Ou seja, são necessárias políticas relacionadas ao patrimônio cultural, mas ao mesmo tempo, complementa o secretário, a população espera, do poder público, ações imediatas em relação à qualidade de vida, bem estar social e necessidades básicas, tais como saneamento, saúde e pavimentação.

2.2.4 Refuncionalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar

O Cerro da Pólvora é uma elevação geográfica, situado no território de Jaguarão, de onde se tem uma ampla visão da paisagem. Por tal motivo, este local historicamente foi considerado um ponto estratégico. Em 1845, o local chamou a atenção de Duque de Caxias, que projetou construir uma fortaleza na elevação para proteger a fronteira (FRANCO, 2001). A pesquisa arqueológica (PEIXOTO et al., 2011) realizada no local, não encontrou evidências de sua fundação.

No mesmo Cerro, em 1880, iniciou-se a construção de uma Enfermaria Militar, com a finalidade de atender oficiais e praças do exército local e da região (FRANCO, 2001). Sua localização é afastada da parte central da cidade, o que se explica pelo medo que se tinha na época da disseminação de doenças.

A pesquisa histórica, com base em memórias orais, realizada no âmbito da pesquisa arqueológica (PEIXOTO et al., 2011), aponta que o prédio foi utilizado como Enfermaria Militar até meados da década de 1950. Por volta de 1960, abrigou uma escola assistencial com uma capela, enquanto algumas peças, simultaneamente, alojavam famílias de militares. Há relatos também que, durante a ditadura militar, o porão foi usado como prisão. No início da década de 1970, a construção foi rapidamente depredada, o que gerou um processo de deterioração contínua.

A história do início da depredação do prédio normalmente é suscitada no diálogo entre um morador de Jaguarão e um visitante. Contam que muitos populares retiraram da antiga enfermaria telhas, tijolos, aberturas, e outros elementos, diante da informação de que os militares haviam liberado para uma pessoa a retirada de material do prédio. Assim, a enfermaria, depredada, foi compartilhada, por meio de seus pedaços, que se espalharam pela cidade.

A percepção de tempo deste episódio, segundo alguns informantes, é de um dia, para outros de uma noite, mas todos concordam que foi um evento muito rápido: “pareciam formiguinhas”. Após o saque, o exército enviou militares para realizarem ronda no local, como forma de impedir mais saques. No entanto, há um sentimento de indignação em relação a este episódio, por parte das pessoas que frequentam o local, pois a enfermaria ficou à margem das políticas públicas durante muito tempo.

Após o saque, a antiga enfermaria entrou num processo de ruína. Tal fato mobilizou grupos da cidade, que passaram a reivindicar o espaço, como podemos

observar na coluna, “Crônicas da Cidade”, redigida por Pedro Bartolomeu Ribeiro, em 24 de abril de 1980, no jornal *A Folha*:

No topo do cerro da pólvora, temos um enorme prédio tipo “FORTE” que foi construído no século passado, para servir de Hospital Militar, onde muitos ilustres homens foram ali medicados nos tempos conturbados desta fronteira. Gostaríamos que o Patrimônio Histórico Nacional, reconstruísse e a comunidade mantivesse ali, nosso Instituto Histórico e Geográfico que funciona atualmente num pequeno imóvel cedido. Maiores subsídios para justificar este pedido, existem em ofícios enviados e mesmo nos anais do Exército.

Em 1982, com a formação do Grupo Jaguar e a realização das Vigílias na Enfermaria, o movimento de reivindicação foi crescendo, e como dito no item 2.2 deste capítulo, as pessoas cobravam do poder público medidas para que o local fosse transformado em um parque municipal, que o prédio fosse restaurado e que a Fundação Carlos Barbosa cedesse a área em frente ao prédio.

De acordo com uma nota publicada no jornal *A Folha*, em 1984 o prefeito em exercício, Aldo Rosa, declarou na imprensa pelotense que estava esperando a assinatura de um convênio com o Governo Federal a fim de restaurar a antiga enfermaria e transformá-la num Centro de Cultura Municipal. De acordo com o autor do texto abaixo transcrito, a notícia causou estranheza para algumas pessoas:

ESTRANHEZA por existir um projeto do Grupo Jaguar que visa dotar a antiga Enfermaria de um centro de lazer e conservar as poucas paredes que ainda existem, isto a um custo bem menor do que edificar o prédio novamente (*A Folha*, 17 de novembro de 1984, p. 2 Editorial).

Em 1990, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) tombou a Enfermaria Militar de Jaguarão como patrimônio do Rio Grande do Sul. No ano seguinte, a prefeitura municipal criou o Parque Fernando Ribas na área das ruínas, onde havia brinquedos para as crianças e diferentes atividades recreativas, fruto das reivindicações do Grupo Jaguar. Em seguida, caiu no esquecimento e abandono público, ao mesmo tempo havendo intenso uso pelos moradores⁵⁸.

Atualmente o cotidiano do Cerro da Pólvora possui aspectos rurais, pois preserva característica da trajetória de seus moradores que migraram das fazendas situadas no interior, principalmente após a aposentadoria, para a cidade. A maioria

⁵⁸ O abandono institucional possibilitou outros usos, como o início das inscrições e pinturas nas paredes do prédio, de 1972 até os dias atuais, mas com maior ênfase entre 1990 e os anos 2000.

das casas representa o estilo “cachorro sentado”⁵⁹, onde moram famílias de baixa renda. Algumas construções possuem materiais subtraídos à antiga enfermaria, como tijolos, telhas, portas, pisos, louça sanitária, dentre outros.

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) firmou no dia 20 de janeiro de 2010 um convênio com a Prefeitura Municipal de Jaguarão e com a empresa Brasil Arquitetura⁶⁰, visando ao desenvolvimento do projeto arquitetônico e da concepção museológica e museográfica⁶¹, que contou com a consultoria de Aldyr Schlee, que, para Alan Melo:

(...) é uma pessoa fundamental na cidade de Jaguarão, como escritor, como intelectual e que acabou se somando ao projeto do Centro de Interpretação. Ele é a alma do projeto, uma das pessoas que foi contratada para dar consultoria e para pensar que Pampa é esse, esse pampa da fronteira (Entrevista de Alan Dutra de Melo, 2011).

Alan ressaltou que a grande dificuldade nas cidades de pequeno e médio porte é a escassez de corpo técnico especializado para elaboração de projetos e captação de recursos. Essa conjuntura, ainda que balizada pela resistência ao investimento em áreas como patrimônio arquitetônico e turismo, levou, no caso de Jaguarão, a contratação de profissionais externos.

Nas palavras de Alan Melo:

(...) Acho que em relação ao Município eu friso isso, teve muita responsabilidade, muita ousadia em contratar esses projetos [Centro de interpretação do Pampa e Mercado Público] tendo em vista a dificuldade geral que os municípios têm. O município poderia ter feito, por exemplo, como, ao que me consta, Bagé trabalhou, com a captação via Rouanet. Então fazem uma parte do projeto, os arquitetos da prefeitura fazem uma parte, bom, depois pode chamar um arquiteto, aí vai pagá-lo quando captar o recurso. Enfim, acho que são questões. São formas diferentes de trabalho (Entrevista de Alan Dutra de Melo, 2011).

No início do segundo semestre de 2010, o Instituto de Memória e Patrimônio foi contratado, através de licitação, pelo IPHAN, para a realização do salvamento arqueológico da área em questão (edificação e entorno imediato), cujos recursos

⁵⁹ De acordo com Oliveira e Seibt (2005, p.30), cachorro sentado é uma construção popular cuja característica principal consiste na cobertura em uma única água, cujo caimento é da frente do lote para os fundos. Por causa disso o pé-direito das peças vai diminuindo à medida que se chega aos fundos da casa.

⁶⁰ O arquiteto responsável pelo projeto é Marcelo Ferraz, autor de alguns projetos de intervenção no Brasil, como o Museu do Pão (RS).

⁶¹ De acordo com Alan Melo, já nos seis primeiros meses de governo a prefeitura decidiu investir 100 mil reais no projeto de refuncionalização da antiga Enfermaria Militar. A Universidade Federal do Pampa aportou posteriormente 250 mil reais no projeto arquitetônico e expográfico.

foram liberados em dezembro, permitindo o início dos trabalhos de salvamento somente em janeiro de 2011.

Ao justificar a criação do Centro de Interpretação do Pampa, Marcelo Ferraz (2011, p.147), profissional responsável pelo projeto arquitetônico, salienta que o tema central é a singularidade da paisagem física e humana do que se chama Pampa, no quadro da experiência brasileira. Para ele o Centro de Interpretação “significa aquilo que se escolhe e que se quer mostrar, se seleciona e que vai ser mostrado” (informação verbal)⁶². Para o arquiteto, o museu⁶³ será vivo, no qual os visitantes poderão interagir com as especificidades locais.

De acordo com ele:

O objetivo maior é fazer com que as pessoas mergulhem no universo do Pampa, através da vivência de experiências afetivas e intelectuais relacionadas aos diferentes âmbitos da vida e da cultura daqui. Que se surpreendam e descubram aspectos da região – bem como da sua importância para a formação do país em que vivem – nos quais nunca haviam pensado antes. Que se espantem ao descobrir que o Pampa tem tantos aspectos ocultos (FERRAZ, 2011, p.147).

Ferraz (2011, p.147) aponta, ainda, quais seriam os elementos que despertariam o deslocamento das pessoas até o museu para conhecer a “cultura irrepetível”. Esses elementos estariam divididos em eixos temáticos: o primeiro deles é a singularidade da paisagem natural do Pampa, com seus ecossistemas; o segundo eixo é a antiguidade da ocupação da região, habitada sucessivamente por povos e culturas desde a pré-história; o terceiro aspecto é a mestiçagem genética e simbólica que se deu no Pampa; o quarto, a questão da fronteira e a constituição de uma identidade, ao mesmo tempo singular e nacional.

De acordo com Ferraz (2011), o edifício da antiga enfermaria será recuperado, mantendo seu aspecto de **ruína**. Acrescenta que haverá **novas instalações** que abrigarão o Centro de Interpretação. “Toda a força simbólica da ruína no imaginário da comunidade de Jaguarão e região deverá ser utilizada e potencializada num projeto que irá contar uma história chamada Pampa” (FERRAZ, 2011, p.148).

⁶² Frase da palestra proferida no *Fórum: Jaguarão Cidade Patrimônio*.

⁶³ Também se usará a denominação Museu do Pampa em alguns momentos, seguindo o modo como se fez a referência no momento da fala ou escrita.

Ao explicar o projeto, Marcelo afirma que será uma construção contemporânea em concreto e vidro, que irá recompor o que o tempo destruiu, e ressalta ainda que, a partir da **recuperação** da edificação histórica, haverá sua refuncionalização.

Por fora o “fantasma” solene, abandonado na paisagem a intrigar o visitante, desafiando-o a entrar e descobrir seu interior; dentro, com a mais moderna tecnologia expositiva, uma viagem ao pampa, sua natureza e seu imaginário. Estímulos calcados na arqueologia, na história, geografia, antropologia e no mito farão da visita uma experiência singular (FERRAZ, 2011, p.148).

Essa nova função, de acordo com o arquiteto, será pautada na convivência, tendo como foco principal o grande público, que de acordo com o objetivo exposto no texto é “o grande número de pessoas que passam por Jaguarão”. A entrada do prédio, até o momento, ocorria pela frente; no entanto, o projeto arquitetônico prevê que o visitante ingresse pela parte lateral (Figura 14), justificada pela questão da acessibilidade (informação verbal). Haverá também um espelho d’água cruzando o pátio interno, que representa o Rio Jaguarão e a ideia de fronteira.



Figura 14 - Lateral em que ficará a futura entrada do prédio e vista da cidade e Rio Jaguarão.
Fonte: A Autora, janeiro de 2011.

Para Ferraz (2011, p.149), há uma estratégia educativa e de comunicação contida na estrutura do futuro prédio (Figura 15). Por tal motivo, o Centro de Interpretação contará com um “caminho ideal” e “completo” para a visita, onde o

olhar estará sujeito ao percurso delimitado no projeto, mas que, de acordo com o arquiteto, o visitante poderá percorrer livremente.

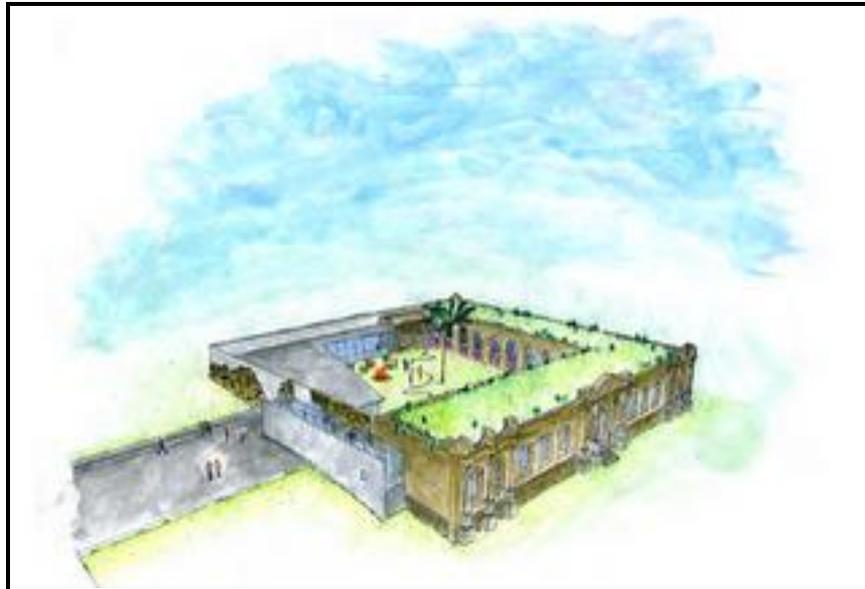


Figura 15 - Croqui do Centro de Interpretação do Pampa.
Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguarão.

De acordo com o prefeito, existe um projeto de “revitalização” do Cerro da Pólvora, incluído no PAC-2. Através do investimento 197 famílias receberão regularização fundiária e esgotamento sanitário individual. Destas famílias, dez serão beneficiadas com moradias realocadas e 86 com moradias reformadas.

Ainda é prevista a construção de um espaço de lazer, utilizando a área das pedreiras, com praça (brinquedos, palco para eventos, banheiros e espaço para reuniões da comunidade) e área esportiva, com campos de futebol e quadra de vôlei. Também serão feitas sinalização, drenagem, construção de calçadas e pavimentação.

Complementa o prefeito: “(...) porque se eu sair todos os dias, botar o pé na lama, tiver o esgoto a céu aberto, não tenho área de esporte e lazer, enxergo um museu ali, vamos combinar que é duro” (Entrevista de José Cláudio Ferreira Martins, 2011). Segundo Cláudio, não existe previsão de início das ações, pois o projeto está sendo analisado pelo Governo Federal.

Todos entrevistados no período de 2009 a 2011 reconheceram que as iniciativas de preservação do patrimônio, isolado ou em conjunto, vêm de uma trajetória que remete ao Projeto Jaguar e ao Inventário do Patrimônio Arquitetônico

da cidade. Também comentaram as incorporações de outros projetos na elaboração de ações atuais, como no exemplo lembrado por Alan Melo:

(...) no Instituto Histórico a gente encontra os desenhos do Projeto Jaguar, a pedreira que está próximo à enfermaria, como uma concha acústica. O arquiteto Marcelo Ferraz teve acesso a esse material e resolveu incorporar à proposta do Centro [de interpretação do Pampa] a repartição da pedreira. Então se vê que é um movimento que acabou contribuindo e está contribuindo exatamente com esses projetos novos (...) (Entrevista de Alan Dutra de Melo, 2011).

O secretário de cultura Alencar Porto comentou que quando estava em Brasília, no momento em que saiu a aprovação do Tombamento de Jaguarão, comunicou via celular algumas dessas pessoas que atuaram na trajetória das ações de preservação:

(...) foi um momento muito emocionante, umas pessoas que choravam, foi muito legal. Mas a gente deve isso a eles, alguém começou de uma forma despretensiosa, num momento muito bom da vida. Hoje a gente está colhendo o fruto que foi plantado (Entrevista de José Alencar de Oliveira Porto, 2011).

Desta forma, o ciclo de ações de preservação sob análise neste trabalho se encerra com a refuncionalização das ruínas da antiga Enfermaria Militar da cidade. Foi o ponto de partida no Projeto Jaguar e agora, em outra conjuntura política, passa novamente a ser foco da ação. O Centro de Interpretação abrigará diferentes aspectos do bioma Pampa, elementos selecionados por especialistas que conduzirão o olhar do visitante. Além de estar vinculado a uma universidade e à expectativa de ser um espaço educativo, é visto pela gestão pública como uma oportunidade de incremento da oferta turística e, portanto, de sua atratividade. Uma ação cujo resultado pretendido também é a fixação do turista que circula pela cidade em função dos *Free Shops* da cidade de Rio Branco.

3 O olhar dos moradores: patrimônio cultural, turismo e participação social

Este capítulo apresenta os dados sistematizados nas entrevistas realizadas com moradores de Jaguarão, cujo objetivo centrava-se no diagnóstico da existência de participação social nas ações de preservação do patrimônio. Buscou-se também entender a relação das pessoas com o patrimônio e o turismo presentes na cidade. Para complementar a análise, inicialmente serão apresentadas experiências de campo de duas ações educativas realizadas em Jaguarão, o MEMORIAR e o CAEP.

Desta forma, nesta sessão, haverá um diálogo entre os dados sistematizados das atividades educativas e as entrevistas e observações realizadas no âmbito do projeto de mestrado (2010-2011). Cada conjunto de dados guarda suas especificidades, de método e análise, mas no contexto nos mostram importantes indicadores que auxiliam na interpretação dos dados.

3.1 Diferentes metodologias de educação patrimonial: MEMORIAR e CAEP

No ano de 2005, iniciou na cidade de Jaguarão o Programa de Educação Patrimonial – MEMORIAR, inserido no Projeto de Mapeamento Arqueológico da Região Sul do Rio Grande do Sul, realizado no âmbito do cumprimento da legislação de obtenção da licença ambiental por parte da empresa Votorantim Celulose e Papel.

A metodologia de trabalho previa a organização de um “banco cultural” de cada cidade⁶⁴ envolvida no projeto. Desta forma, a equipe, composta por alunos e profissionais de diferentes áreas, passou a se deslocar com frequência à cidade de Jaguarão entre os anos de 2005 e 2008. Além da realização da pesquisa histórica, foram aplicados questionários, com o objetivo de mapear os principais lugares de referência no município, seguidos da organização de um banco de imagens.

⁶⁴ O convênio foi firmado em 2005 e abrangeu as cidades de: Aceguá, Arroio Grande, Bagé, Candiota, Capão do Leão, Cerrito, Jaguarão, Herval, Hulha Negra, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Piratini, as quais fazem parte da área de plantio da VCP.

De acordo com Cerqueira et al. (2010), optou-se pela utilização do questionário (Anexo C) como instrumento de pesquisa, pois o objetivo da coleta de dados era abranger o maior número de pessoas possível, uma vez que o patrimônio cultural compreende múltiplos e diferentes tipos de bens e olhares. Foram aplicados questionários sobre um universo da população, estimado em aproximadamente 0,6% do seu total⁶⁵. A escolha da amostragem por estratificação em gênero, idade e escolaridade foi aleatória, com pessoas que frequentavam diferentes espaços, como praças, eventos municipais, escolas, estabelecimentos comerciais, órgãos públicos e até mesmo residências.

A primeira etapa do questionário, que corresponde às perguntas fechadas de múltipla escolha, direcionou-se ao entendimento da concepção, da posse e da salvaguarda do patrimônio cultural. A segunda etapa possibilitou respostas livres, uma vez que as perguntas abertas solicitavam que a pessoa citasse três exemplos de patrimônio no âmbito local e global, além de eleger um símbolo para sua cidade.

Outra forma de se buscar entender a relação das pessoas com a cidade foi na escola, durante as atividades lúdicas. No terceiro encontro⁶⁶, os educandos recebiam uma folha de cartolina, sendo orientados a desenhar, em grupo ou individual, o que para eles significava patrimônio cultural. Durante a realização do mesmo, a equipe questionava-os a respeito do que estavam desenhando, como por exemplo: De quem é essa casa? Quem são essas pessoas? Por que você desenhou uma ponte? O relato dos educandos nesse caso foi de extrema importância para a análise, pois a interpretação iria se basear no relato e não no desenho em si⁶⁷.

No ano de 2009, os dados dos questionários e os desenhos produzidos em sala de aula foram sistematizados no trabalho de conclusão de curso⁶⁸: **Atrativos Turísticos e Patrimônio Cultural na Fronteira Meridional do Rio Grande do Sul:**

⁶⁵ Obteve-se este percentual com base no número de habitantes de Jaguarão em 2007 (27.944).

⁶⁶ De acordo com Cerqueira et al (2010), o Programa MEMORIAM é formado por cinco encontros. O primeiro e o segundo encontros são realizados com os professores da rede municipal, o terceiro encontro é realizado com os educandos e professores das escolas tendo como objetivo a sensibilização para a valorização e preservação do Patrimônio Cultural local, através da apresentação do Teatro de Fantoche, da realização da Dinâmica do Objeto e do Desenho do Patrimônio. O quarto encontro tem como tema a arqueologia, apresentada a partir de atividades lúdicas para os educandos com o objetivo de contextualizar a história local e prática arqueológica. O quinto é uma avaliação dos encontros e das atividades realizadas.

⁶⁷ Em alguns desenhos pode-se perceber mais de uma temática, isso porque os educandos nem sempre desenhavam em conjunto, mesmo compartilhando a mesma folha. Sendo assim, ora os desenhos mostraram-se como uma composição formada por uma única temática, ora como uma exteriorização individual inserida em um desenho em grupo, por isso não necessariamente o número de composições correspondem ao número de elementos desenhados pelos educandos.

⁶⁸ Curso de Bacharelado em Turismo, da Universidade Federal de Pelotas.

O Olhar do Poder Público e da Comunidade Local nos Municípios de Bagé e Jaguarão. Essa pesquisa buscou analisar a relação que se estabelece entre os principais atrativos turísticos municipais e a entendimento de patrimônio cultural por parte da população local, partindo do comparativo exploratório entre os municípios de Bagé e Jaguarão, ambos situados na fronteira com o Uruguai (ZORZI, 2009).

Foram analisados 175 questionários aplicados em Jaguarão, junto à população local⁶⁹, nas praças da cidade, nos órgãos públicos, nas escolas, no comércio e nas edições XIX e XX da Fenovinos⁷⁰. Em relação ao perfil dos 175 respondentes do questionário, 85 (48%) eram do sexo feminino e 80 (46%) do sexo masculino, sendo que 10 pessoas (6%) não responderam a pergunta.

Em relação à escolaridade, percebe-se através da Tabela 6 que, 65 (37%) possuíam Ensino Médio completo e 46 (26%) possuíam Ensino Fundamental completo.

Tabela 6 – Escolaridade dos respondentes dos questionários do MEMORIAR.

Escolaridade	Número Absoluto	Percentual
Fundamental Incompleto	7	4%
Fundamental Completo	46	26%
Ensino Médio Incompleto	23	13%
Ensino Médio Completo	65	37%
Superior Incompleto	4	3%
Superior Completo	17	10%
Não Respondeu	11	6%
Nunca Estudou	2	1%
Total	175	100%

Fonte: ZORZI, 2009, p.97

De acordo com a Tabela 7, a faixa etária predominante dos respondentes está entre 22 a 60 anos, representada por 80 pessoas (46%) e a faixa etária de 13 a 21 anos composta por 79 pessoas (45%).

⁶⁹ Os questionários foram aplicados durante os anos de 2007 e 2008.

⁷⁰ A Fenovinos é um dos eventos mais tradicionais da ovinocultura, que reúne produtores e expositores do Estado e dos países vizinhos.

Tabela 7 - Faixa etária dos respondentes dos questionários do MEMORIAR.

Faixa Etária	Número Absoluto	Percentual
0-12 anos	1	1%
13-21 anos	79	45%
22-60 anos	80	46%
Mais de 61 anos	11	6%
Não Respondeu	4	2%
Total	175	100%

Fonte: ZORZI, 2009, p.98.

Em julho de 2010 o Instituto de Memória e Patrimônio foi contratado via licitação pelo IPHAN para realizar o Projeto de Salvamento Arqueológico da antiga “Enfermaria Militar”. Este projeto incluiu a elaboração e execução do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Patrimonial (CAEP)⁷¹. As atividades do mesmo iniciaram no mês de setembro de 2010⁷² com professores de três escolas municipais: Marcílio Dias, Castelo Branco e Manuel Pereira Vargas.

O Curso ocorreu efetivamente por meio de dois módulos⁷³, divididos em temáticas que foram compartilhados através de palestras e atividades práticas. Também houve um encontro de preparação e definição das etapas e outras duas atividades de avaliação. Cada módulo aconteceu uma vez por semana, no espaço cedido pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcílio Dias. Participaram os educadores das disciplinas de Português, História, Geografia e Artes de três escolas municipais da cidade de Jaguarão, através de orientações teóricas e práticas de profissionais habilitados na área de gestão do patrimônio cultural.

O curso teve como princípio norteador a metodologia da Educação Patrimonial. Cada professor recebeu no início das atividades um material impresso, contendo os principais temas que viriam a ser trabalhados nos módulos. Ao final de cada módulo, os educadores optaram pela realização, ou não, em sala de aula, da proposta de atividade correlacionada à temática trabalhada. As atividades propostas foram:

⁷¹ O CAEP foi elaborado e executado por Fábio Vergara Cerqueira, Luciana Peixoto e Mariciana Zorzi.

⁷² Cabe salientar que as atividades de educação patrimonial, iniciaram depois da pesquisa histórica e antes da pesquisa arqueológica.

⁷³ O projeto apresentado ao IPHAN, em julho de 2010, era formado por cinco módulos. Esse formato sofreu alterações, pois na apresentação do projeto, os professores participantes do Curso solicitaram a redução do número de módulos, devido às limitações impostas pelo calendário escolar. Desta forma, o curso passou a abranger três módulos, contendo os mesmos conteúdos do formato original, porém com redução de carga horária. O terceiro módulo (visita dos participantes às escavações na Enfermaria Militar) não pode ser realizado, pois as escavações, diferentemente do planejado, iniciaram tão somente no mês de janeiro, período de férias escolares.

1. **Proposta de Atividade Módulo I:** Os professores solicitariam aos alunos que entrevistassem pessoas que pudessem contar histórias do bairro onde vivem, da escola onde estudam ou que tiveram uma relação com um bem cultural específico, como por exemplo, a antiga Enfermaria Militar. O roteiro da entrevista seria elaborado no decorrer do primeiro módulo. Os alunos deveriam ainda apresentar em sala de aula um objeto que poderia ter uma relação com a pessoa entrevistada (caso a mesma quisesse disponibilizar) ou ainda, um objeto relacionado à história da cidade ou a sua história, sendo que cada aluno deveria preencher uma ficha contendo dados do objeto.
2. **Proposta de atividade Módulo II:** Os professores solicitariam aos alunos a escolha de um lugar localizado no município de Jaguarão, com o qual os mesmos têm uma relação de identificação. Em seguida, os alunos deveriam justificar a escolha e realizar uma pesquisa abrangendo o perfil do frequentador, os dados históricos e as características do lugar escolhido, bem como seu estado de conservação e as pessoas ou instituições responsáveis pela preservação do lugar escolhido.

Cada grupo de professores poderia escolher a melhor forma de desenvolver as atividades propostas, conforme os conteúdos programáticos e o calendário escolar. Também ficou a critério de cada escola escolher as turmas e séries que desenvolveriam as propostas de atividades. Das três escolas⁷⁴ que participaram do curso, duas desenvolveram no ano de 2010 as atividades inseridas na metodologia da Educação Patrimonial: a escola Manuel Pereira Vargas e a escola Marcílio Dias.

3.2 De volta a campo

Inicialmente, no projeto de seleção para o PPG Memória Social e Patrimônio Cultural, o objetivo das entrevistas com os moradores centrava-se no entendimento da percepção que os mesmos teriam em relação ao patrimônio cultural e à dinâmica da cidade. O avanço da pesquisa apontou, todavia, que o conceito de percepção, na epistemologia da geografia humana, envolve postulados teóricos e procedimentos

⁷⁴ A escola Castelo Branco não pode desenvolver em função das obrigações impostas pelo calendário escolar.

metodológicos, preocupados com a dimensão sensorial, da percepção por meio dos sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar), que não estão compreendidos em nossa proposta de trabalho⁷⁵. Não obstante, como se sentiu a necessidade de conhecer as especificidades da realidade local, a dinâmica dos bairros e o pensamento de alguns moradores, como forma de contrapor e ouvir o “outro lado”, para não nos limitarmos aos discursos oficiais, gerados no campo político, acadêmico e intelectual, neste capítulo focamos dados que expressem opiniões sobre o universo estudado levantadas junto à população.

As entrevistas com os moradores foram realizadas em dezembro de 2011, como terceira etapa da pesquisa. Nas idas a campo que antecederam essa etapa, também se buscou observar a dinâmica social e, ainda, organizar elementos que pudessem facilitar a realização das entrevistas, tais como: a participação em eventos (conferências de cultura, fóruns de turismo e patrimônio), o mapeamento de bairros, conversas informais com moradores, e, por fim, a sistematização das outras fases da pesquisa com entrevistas.

Pesquisou-se em 12 bairros diferentes: Boa Esperança, Carvalho, Centro, Cerro da Pólvora, Cerro das Irmandades, Kennedy, Lucas, Mayer, Mutirão, Pindorama, Vencato e Vila Branca. Na Figura 16 pode-se visualizar a distribuição dos bairros no mapa urbano.

⁷⁵ Após a qualificação da dissertação, optou-se por não utilizar o termo percepção, pois esse envolve métodos e técnicas de pesquisa que, de acordo com alguns pesquisadores, não se restringem ao uso de entrevistas.

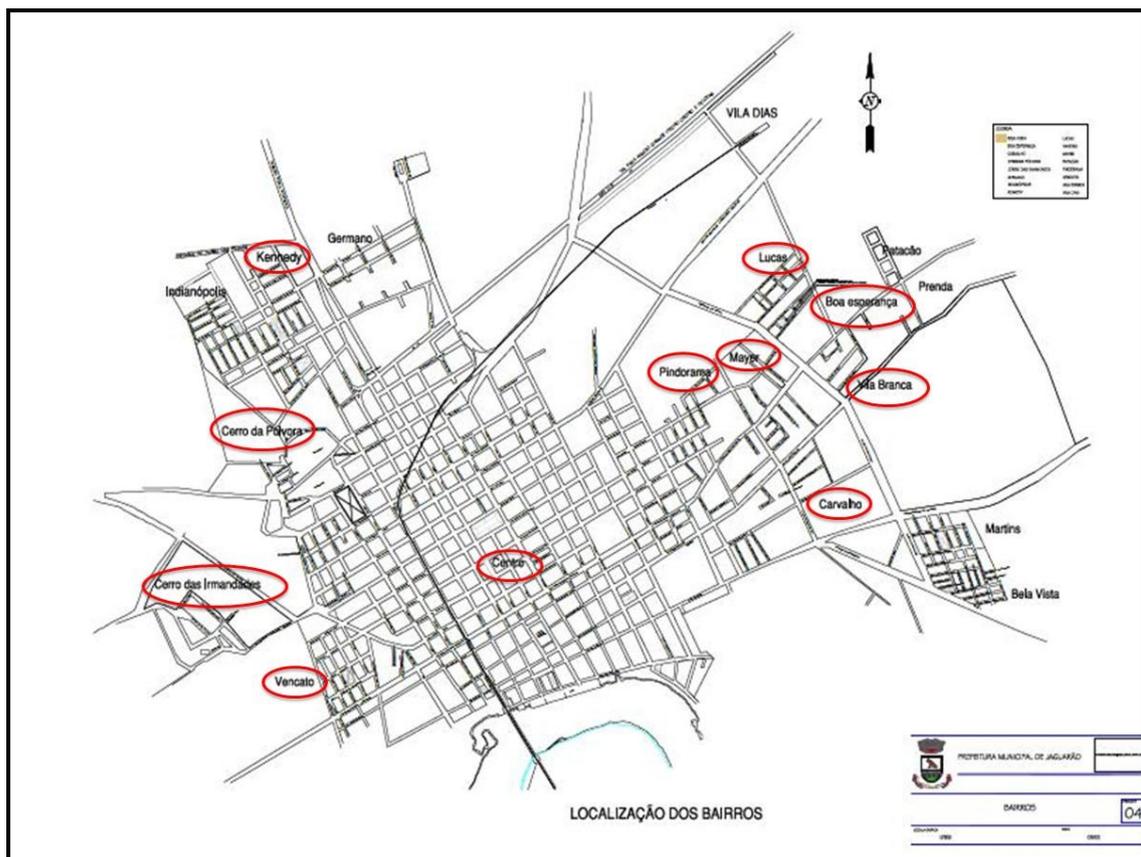


Figura 16 - Mapa de localização dos bairros da área urbana, áreas pesquisadas em destaque.
Fonte: Modificado a partir do Plano Diretor Urbano, 2012.

Dos 21 entrevistados, 33% são do sexo feminino e 67% do masculino, a maioria das pessoas possuindo o nível de escolaridade fundamental incompleto (33%) (Tabela 8). A faixa etária predominante é de 45 a 65 anos (48%) (Tabela 9).

Tabela 8 - Escolaridade dos entrevistados.

Escolaridade	Número Absoluto	Percentual
Fundamental Completo	4	19%
Fundamental Incompleto	7	33%
Ensino Médio Completo	3	14%
Ensino Médio Incompleto	0	0%
Superior Completo	3	14%
Superior Incompleto	2	10%
Pós-graduado	1	5%
Nunca estudou	1	5%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Tabela 9 - Faixa etária dos entrevistados.

Faixa Etária	Número Absoluto	Percentual
15-24	3	14%
25-44	5	24%
45-65	10	48%
Acima de 65	3	14%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Quanto à procedência dos entrevistados (Tabela 10), prevaleceram nascidos em Jaguarão (81%); entrevistaram-se 4 pessoas com naturalidade de outros municípios, que residem em Jaguarão há mais de 15 anos.

Tabela 10 – Naturalidade dos entrevistados.

Naturalidade	Número Absoluto	Percentual
Jaguarão	17	81%
Porto Alegre	1	5%
Arroio Grande	2	9%
Pinheiro Machado	1	5%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Quanto à renda dos entrevistados, predominou a remuneração de um salário mínimo (38%) (Tabela 11). As profissões que apresentaram maior incidência foram de comerciante, estudante e aposentados (Tabela 12).

Tabela 11 – Renda dos entrevistados.

Renda	Número Absoluto	Percentual
1 SM	8	38%
Até 4 SM	5	24%
4 a 6 SM	2	9%
6 a 8 SM	0	0%
8 a 10 SM	0	0%
Não informou	6	29%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Tabela 12 – Profissões dos entrevistados.

Profissão	Número Absoluto	Percentual
Agente ADM	1	5%
Aposentado	3	14%
Autônomo	2	9%
Comerciante	4	19%
Do lar	1	5%
Estudante	3	14%
Pedreiro	2	9%
Professora	1	5%
Serviços gerais	1	5%
Taxista	1	5%
Técnica em contabilidade	1	5%
Vigilante	1	5%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração própria, 2012.

3.3 Lugares em comum

No âmbito da pesquisa de mestrado, para cada pessoa foram perguntadas oito questões. A primeira solicitava que o entrevistado falasse quais locais ele frequenta em Jaguarão em seu tempo livre, no momento de lazer. Como podemos observar na Tabela 13, dos 21 entrevistados, 12 responderam que têm o costume de frequentar a beira do rio Jaguarão (Figura 17), pois acreditam que o lugar transmite paz e tranquilidade. Algumas pessoas relacionaram o motivo ao ato de levar os cães para passear e de tomar chimarrão com os amigos. Podemos observar algumas dessas motivações no trecho abaixo transcrito:

Ah! Porque, primeiro eu acho assim: a nossa Ponte [Internacional Mauá] não existe outra igual, pela tranquilidade, pela paz na beira do rio, a gente consegue refletir, tu consegue ir colocar os teus pensamentos em dia. Eu tenho uma cachorra, eu passeio com ela, então eu fico horas e horas e isso me dá uma paz, uma tranquilidade, eu acho que tu te renova (Entrevista de Alcinda Porto, 2011).



Figura 17 - Beira do rio Jaguarão.
Fonte: A Autora, abril de 2011.

Outros locais também foram citados, com incidência de relevância, são eles: Praça Alcides Marques (5 entrevistados) e o Largo das Bandeiras (5) (Figura 18); Praça Comendador Azevedo, também conhecida como Praça do Regente (5) (Figura 19) e o Clube Social 24 de Agosto (4). Estes locais estão associados principalmente à categoria “observar o movimento”, pois o são considerados “ponto de encontro” e local para tomar chimarrão e descontraír.



Figura 18 - Largo das Bandeiras.
Fonte: A Autora, maio de 2011.



Figura 19 - Praça Comendador Azevedo.
Fonte: A Autora, maio de 2011.

A antiga Enfermaria Militar (3 entrevistados) foi citada como local para tomar chimarrão, descansar e principalmente observar a paisagem, pois assim como o

Cerro das Irmandades (2), o Cerro da Pólvora possui uma vista ampla da cidade e do lado uruguaio do rio Jaguarão.

A categoria “outros” apresenta bens com menor incidência (1 citação) e se vinculam a locais como o Teatro Esperança, que está sendo reformado e o Cine Regente, que eventualmente acolhe atividades como a apresentação de documentários e curta metragens. Nesta categoria também foram citadas cidades como Pelotas (RS) e Arroio Grande (RS).

Tabela 13 – Locais frequentados pelos entrevistados.

Local	Quantificação
Outros	10
Beira do Rio	12
Praça Alcides Marques	5
Largo das Bandeiras	5
Praça Comendador Azevedo (Regente)	5
Clube 24	4
Antiga Enfermaria Militar	3
Free Shops	2
Festas	2
Carreiras	2
Cerro das Irmandades	2
Nenhum lugar	1

Fonte: Elaboração própria, 2012.

A questão (5) do questionário utilizado na formação do banco cultural do programa MEMORIAR solicitava aos respondentes que citassem três exemplos de patrimônio cultural de sua cidade⁷⁶.

Os bens mais citados foram: **a Ponte Internacional Mauá (80 pessoas), o Museu Carlos Barbosa (77), a Antiga Enfermaria Militar (54), a Praça Dr. Alcides Marques (38), o Teatro Esperança (36), a Casa da Cultura (21)**, os prédios antigos (19), a Prefeitura Municipal (15), a Igreja Matriz Divino Espírito Santo (11), as Igrejas (10), a arquitetura (09), a Biblioteca Pública Municipal (09), o Cine Regente (08), a Igreja Imaculada Conceição (08), o Rio Jaguarão (06), as portas antigas (05), o Instituto Histórico e Geográfico (04) e a Praça do Regente (04).

Alguns bens foram citados em menor escala, e se diferenciam da concepção de patrimônio enquanto somente um prédio histórico ou monumento, e se

⁷⁶ Dos 175 entrevistados, 4 não citaram os três exemplos de patrimônio e 17 pessoas não citaram nenhum.

aproximam da face imaterial. Como exemplos, podem-se citar: o CTG (5 pessoas), o gaúcho (2), o trabalho artesanal com lã (2), as danças típicas (1), o cotidiano na fronteira (1) e a cultura regional (1). Duas outras categorias foram citadas, também em menor escala: as casas tombadas e os pontos turísticos da cidade, as quais nos remetem a ideia de que o patrimônio está atrelado a bens legitimados, reconhecidos a ponto de serem tombados ou transformados em atrativos turísticos.

Em relação à questão 7, que solicitava que o respondente citasse três exemplos de patrimônio cultural de forma geral, 19 pessoas não citaram os três exemplos e 18 não responderam a questão.

Os bens mais citados como patrimônio cultural a nível global foram: A Ponte Internacional Mauá (46 pessoas), os museus (36)⁷⁷, a Antiga Enfermaria Militar (35), o Cristo Redentor (28), as praças (25), os prédios antigos (24), a Casa de Cultura de Jaguarão (16) o Museu Carlos Barbosa (14) e o Teatro esperança (11). Com base nesses dados pode-se perceber que, dentre os bens mais citados como patrimônio cultural geral, estão os bens localizados em Jaguarão⁷⁸, sendo que a Ponte Internacional Mauá foi a mais citada em ambas as questões (5 e 7). Prevaleceu a noção de patrimônio atrelada aos monumentos e à arquitetura, e em menor escala aos costumes da cultura regional, como, por exemplo, a culinária, as danças típicas, a arte, o CTG, o gaúcho, a linguagem, a literatura, a tradição, a fronteira Brasil-Uruguaí, o chimarrão e a música.

Nos desenhos produzidos pelos educandos de duas escolas municipais⁷⁹, durante o terceiro encontro do programa MEMORIAR, também se encontra referência ao entendimento de patrimônio cultural. As 31 composições (Tabela 14) nos mostram que a Ponte Internacional Mauá foi o bem patrimonial mais desenhado, seguida da antiga Enfermaria Militar e da bandeira do Brasil⁸⁰.

⁷⁷ Três categorias aparecem como amplas, sem especificação de nome ou localização: os museus, as praças e os prédios antigos, que se configuram como espaços distintos e que podem ter sido citados com base em diferentes motivações.

⁷⁸ Na questão 7, os patrimônios locais aparecem também dentre os menos citados, porém em maior escala de diversidade. São eles: o Clube Harmonia, a Praça Dr. Alcides Marques, a Igreja Imaculada Conceição, a Igreja Matriz Divino Espírito Santo, o Mercado Público, a Biblioteca Pública, o Cine Regente, o Rio Jaguarão, a Prefeitura Municipal, o Clube Jaguarense, as portas antigas, a Praça do Regente, a Santa Casa e o Instituto Histórico Geográfico.

⁷⁹ Em Jaguarão, a aplicação do programa se deu na E.M.E.F Castelo Branco, na zona urbana, e na E.M.E.F Lauro Ribeiro, na zona rural, abrangendo as turmas de do 1º ao 4º ano do ensino fundamental.

⁸⁰ É importante salientar que os desenhos foram produzidos durante a Semana da Pátria, o que de certa forma influenciou a escolha dos educandos.

Tabela 14 – Elementos desenhados pelos educandos de duas escolas de Jaguarão no 3º encontro do programa MEMORIAR.

Elementos desenhados	Quantificação
Ponte Internacional Mauá	8
Antiga Enfermaria Militar	7
Bandeira do Brasil	4
Casa	3
Cerros	3
Igrejas	3
Museu Carlos Barbosa	3
Igreja do Divino espírito Santo	2
Personagem de desenho animado	2
Outros	20

Fonte: ZORZI, 2009, p.96.

Ao desenhar a ponte, as crianças comentavam algumas de suas características, tais quais: monumentalidade, beleza e seu caráter de representatividade, de símbolo de Jaguarão. Em relação à antiga Enfermaria Militar, seu estado de ruína foi associado às histórias de fantasmas, motivo pelo qual os grupos a elegeram como tema dos desenhos.

Encontrou-se na composição de um grupo de crianças (Figura 20) a representação dos três bens mais citados nos questionários: a Ponte Internacional Mauá, a antiga Enfermaria Militar e o Museu Carlos Barbosa. Nesta ilustração há ainda a figura de um casal vestido com indumentárias gaúchas dançando e a Igreja do Divino Espírito Santo.



Figura 20 - Desenho produzido pelos educandos da E.M.E.F. Lauro Ribeiro.
Fonte: Acervo Programa MEMORIAR.

No desenho ilustrado pela Figura 21, evidencia-se um felino, que, de acordo com os autores do trabalho, representa a lenda que originou o nome da cidade. Assim como nos discursos proferidos sobre a antiga Enfermaria Militar, a expressão o “monstro Jaguar” diz do imaginário das crianças em relação a essa lenda.



Figura 21 - Desenho produzido pelos educandos da E.M.E.F. Castelo Branco.
Fonte: Acervo Programa MEMORIAR.

Em novembro de 2010, os alunos e professores da escola Manuel Pereira Vargas apresentaram o resultado das atividades do Curso de Aperfeiçoamento em

Educação Patrimonial (Figura 22). Os professores das disciplinas de História, Geografia, Artes e Português da oitava série desenvolveram as duas propostas com os alunos e utilizaram os resultados como avaliação do bimestre: alguns alunos desenvolveram a atividade em dupla e outros em grupo.



Figura 22 – Apresentação da escola Manuel Pereira Vargas.
Fonte: Acervo do IMP.

O primeiro grupo apresentou a pesquisa realizada na **Igreja Matriz Espírito Santo**. Os alunos convidaram um representante da Igreja, Carlos Magno, para falar sobre a história do local escolhido. O objeto apresentado foi um vaso pertencente à Senhora Idelema, que segundo ela, foi utilizado na Igreja.

De acordo com os alunos, a escolha da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo se deveu a que gostariam de conhecer mais sobre sua história. Segundo eles, não houve dificuldades para a realização do trabalho.

Nós íamos fazer sobre a Enfermaria, só que corremos atrás e não conseguimos muita coisa, quase nada, daí resolvemos fazer da igreja, além de ser muito bonita, o padre, as pessoas que trabalham lá dentro, a forma, a fachada. A escada, os santos, achei muito interessante (Depoimento do aluno Nataniel, 2010).

Durante a palestra, Magno, ex-aluno da escola, apresentou a história da igreja para os alunos, destacou as características arquitetônicas do prédio e terminou sua palestra dando ênfase importância que Jaguarão tem, pra ele e para quem busca conhecer a história: *“Não existe um complexo arquitetônico no Brasil, de casa como é em Jaguarão. Nós andamos em ruas que são praticamente museus*

abertos, agente precisa conhecer e valorizar isso” (Depoimento de Carlos Magno, 2010).

A segunda etapa da apresentação contemplou a explicação do objeto que o grupo trouxe para sala de aula (Figura 23) e a descrição de fotos que eles fizeram da igreja e entorno. Ao final, os alunos fizeram uma avaliação em que revelaram ter achado que a atividade despertou um novo olhar sobre os bens culturais, ao mesmo tempo em que não a consideraram cansativa ou enfadonha.



Figura 23 – Apresentação do objeto.
Fonte: Acervo do IMP.

O segundo grupo escolheu o **Mercado Público Municipal**, porque nenhum dos participantes conhecia a história do prédio. Os alunos falaram sobre o contexto histórico do local escolhido, dos detalhes arquitetônicos do prédio e da praça onde ele está localizado. Analisaram o estado de conservação do edifício, dos usos comerciais que nele ocorrem e debateram o fato de, na sua percepção, o prédio ter caído no esquecimento por parte das políticas públicas. *“O cara que vende sorvete continua ali porque é aposentado”*, disse um dos alunos. O grupo também fez um desenho do prédio do Mercado Público (Figura 24).



Figura 24 – Apresentação da pesquisa sobre o Mercado Público.
Fonte: Acervo do IMP.

O terceiro grupo, composto por quatro meninas, pesquisou a **Ponte Internacional Mauá**. Na introdução do trabalho, as alunas salientaram que o objetivo da investigação é aprimorar o conhecimento sobre a “belíssima cidade de Jaguarão”. O trabalho inclui a pesquisa histórica sobre a ponte, descrição estrutural, curiosidades e assuntos que estão relacionados aos aspectos políticos, como os tratados entre Brasil e Uruguai e o projeto de construção da segunda ponte e reforma da antiga. Além dessa pesquisa bibliográfica, o grupo desenhou a ponte (Figura 25) e montou uma maquete (Figura 26). Através da parte textual do trabalho, foi possível perceber que o grupo de alunas, além de pesquisar em jornais, também realizou uma entrevista com o ex-coordenador do Departamento de Patrimônio Histórico, Alan Melo.

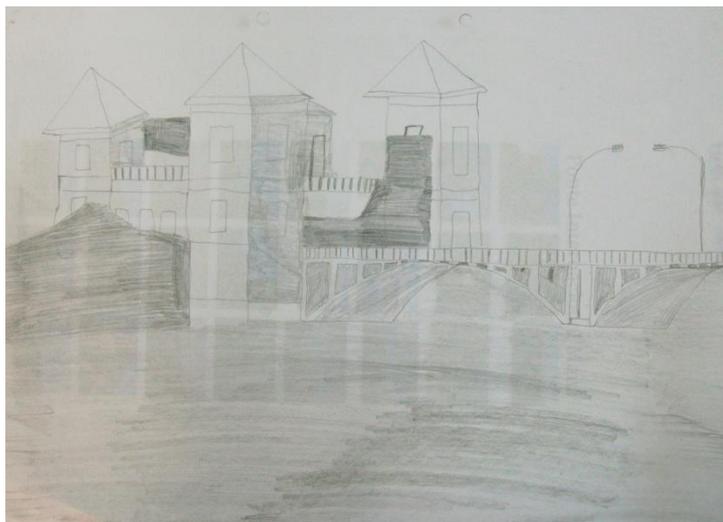


Figura 25 – Desenho realizado pelas alunas da E.M.E.F Manuel Pereira Vargas.
Fonte: Acervo do IMP.



Figura 26 – Maquete confeccionada pelas alunas da E.M.E.F Manuel Pereira Vargas.
Fonte: Acervo do IMP.

Em dezembro de 2010, a escola Marcílio Dias realizou a Feira de Ciências. Os professores que participaram do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Patrimonial aproveitaram a oportunidade para expor os trabalhos realizados pelos alunos das 6^a, 7^a e 8^a séries. Cada grupo desenvolveu a pesquisa em duas etapas: a primeira compreendeu a atividade de observação, registro e exploração do objeto⁸¹; a segunda, a investigação do local escolhido. Envolveram-se diretamente nas atividades propostas 50 alunos.

Foram registrados pelos grupos 30 objetos, que não se vinculam necessariamente aos locais escolhidos. Os objetos que apresentaram maior incidência foram: moeda, ferro a brasa, máquina de costura e disco de vinil.

⁸¹ Na Etapa I, cada grupo deveria escolher um objeto e preencher a ficha de registro, entregue aos professores no módulo I. Para a realização da atividade, sugeriu-se que os alunos observassem algumas características do objeto, tais como: **Aspectos físicos; Processo construtivo; Função do objeto e Significado atual.**

A Etapa II compreendeu a pesquisa de um local escolhido pelo grupo de alunos. Os professores que participaram do curso elaboraram uma ficha para facilitar o trabalho de campo dos alunos, constando dos seguintes dados: nome oficial e popular, endereço, pontos de referência, motivo de construção, função inicial e atual do lugar, características gerais do espaço em que o lugar foi construído, a trajetória do local (alterações no uso e função), reformas e intervenções realizadas, estado de conservação, motivos de depredação (caso haja). Como pode ser observado na Tabela 15, foram pesquisados 6 lugares. A 7ª série não realizou esta etapa.

Tabela 15 – Locais pesquisados pelos alunos da E.M.E.F Marcílio Dias.

Local escolhido	Quantificação	Série
Enfermaria Militar	2	6ª e 8
Igreja Matriz Divino Espírito Santo	2	6ª e 8ª
Teatro Esperança	2	6ª e 8ª
Centro de apoio sócio educativo	1	6ª
Mercado Público	1	8ª
Cais do Porto	1	8ª

Fonte: Elaboração própria, 2011.

Os alunos explicaram aos visitantes da Feira de Ciências as etapas I e II do trabalho, através de cartazes (Figuras 27 e 28) que continham a ficha e a foto do objeto escolhido e, em outro painel, o local elegido para a investigação, representado com fotos e dados da pesquisa.

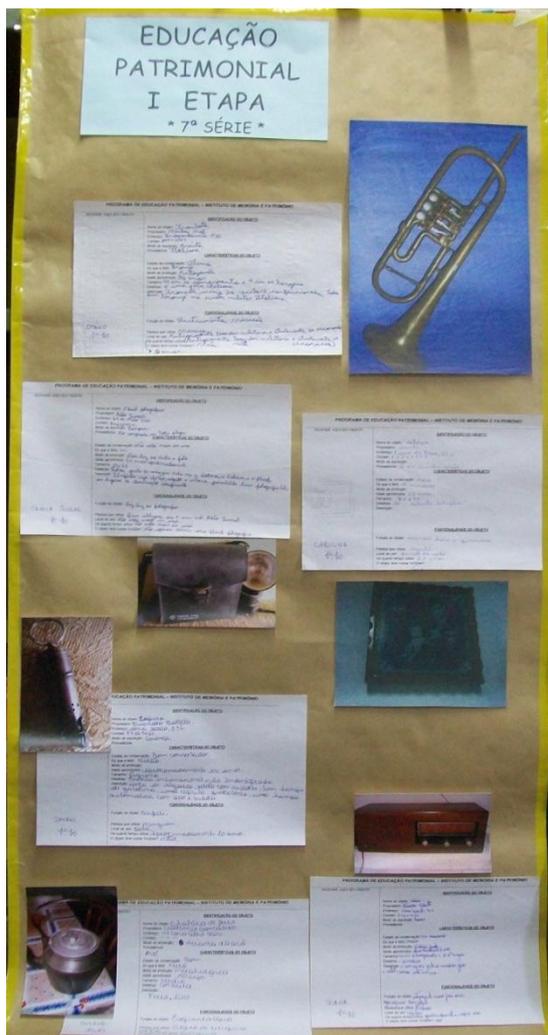


Figura 27-Etapa I.
Fonte: Acervo do IMP.

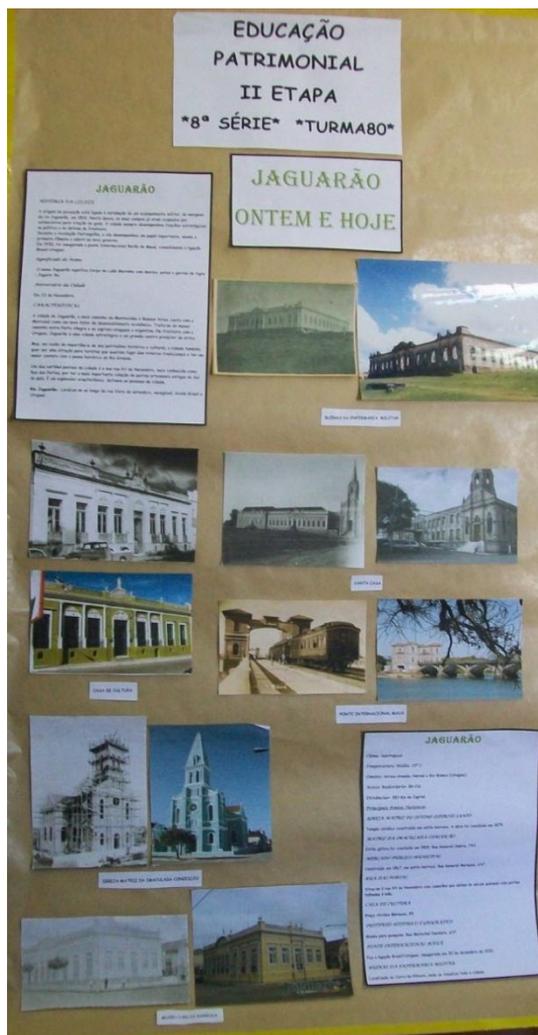


Figura 28 – Etapa II.
Fonte: Acervo do IMP.

Um dos métodos usados pelos alunos da 8ª série, na Etapa II, foi colocar lado a lado fotos antigas e atuais dos prédios identificados como bens patrimoniais. Isto propicia o desenvolvimento de um olhar crítico sobre as transformações e até mesmo degradação do patrimônio, assim como possibilita, pela observação do entorno, induzir usos pretéritos e atuais do bem.

3.4 O turismo na cidade, a cidade de turismo?

Um dos principais objetivos da entrevista com os moradores de Jaguarão centrou-se na relação que os mesmos têm com o turismo. Para isso, foram elaboradas quatro questões, cujos dados sistematizados serão apresentados neste subitem.

A primeira (questão 2) solicitava que o respondente opinasse a respeito da existência ou não de turistas na cidade de Jaguarão. Dos 21 entrevistados, 15 (71%) responderam que sim, que existem turistas visitando Jaguarão (Tabela 16). A maioria da afirmativa “sim” foi complementada com a justificativa de que este turista não está em Jaguarão em função de sua atratividade, como podemos observar no relato que segue: “(...) até tem, mas não pela cidade e sim pelos Free Shop, aproveitando nosso lugar muito pouco (...) sobram os respingos dos Free Shop, os turistas passam por aqui, só passam” (Entrevista de Jamili Cruz, 2011).

Tabela 16 – Opinião dos entrevistados sobre o fluxo de turistas na cidade.

Opinião	Número Absoluto	Percentual
Sim	15	71%
Não	5	24%
Não Sabe	1	5%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração própria, 2012.

A pergunta número três apresentava uma situação em que o entrevistado deveria indicar, a um turista, locais interessantes para ele visitar (Tabela 17). Dentre os locais mais citados estão a Enfermaria Militar (15 entrevistados), o Museu Carlos Barbosa (11), o Largo das Bandeiras (5) e a Ponte Internacional Mauá (5).

Os entrevistados que citaram a Enfermaria Militar e a Ponte Internacional Mauá, complementam a fala com a conjunção “se”, no sentido de que estes locais poderiam ser atrativos se fossem restaurados. A indicação de que poderia ser atrativo “se” tivesse mais estrutura e oferta turística é vinculada à escolha do Rio Jaguarão (4).

Com menos de uma citação a categoria outros (17 entrevistados) contempla locais tipologicamente diversos, como prédios (Casa de Cultura, Estação Férrea), elementos decorativos (Portas da rua XV de Novembro), aspectos geográficos (Cerros da Irmandade e da Pólvora), dentre outros.

Tabela 17 – Atrativos turísticos segundo os entrevistados.

Locais	Quantificação
Enfermaria Militar	15
Museu Carlos Barbosa	11
Largo das Bandeiras	5
Ponte	5
Beira do Rio Jaguarão	4
Teatro Esperança	4
Igreja Imaculada	3
Igreja Matriz	3
Praça do Regente	3
As portas da xv	2
Mercado Público	2
Nada	2
Praça da Matriz	2
Prédios	2
Outros	17

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Na questão 4, o entrevistado deveria expressar como vê o turismo em Jaguarão atualmente. A maioria das respostas se relaciona com o grande desafio de fixar o turista em Jaguarão. Alguns entrevistados prevêem que as obras de reforma do Teatro Esperança e da Enfermaria Militar poderão auxiliar nesta problemática. Outros entrevistados apontaram ainda que a cidade necessita de limpeza pública, melhoria da pavimentação das ruas e maior envolvimento das pessoas no desenvolvimento do turismo.

Ao perguntar sobre como era o turismo, há seis anos (questão 5), a maioria dos entrevistados considera este período pior em relação ao atual, pois nesta época não havia os *Free Shops*, o turismo era praticamente inexistente. Alguns entrevistados citam como indicador da situação a hotelaria: “*Horrível, não tinha pousada, não tinha nada*” (Entrevista de Nita Machado, 2011). Outros, porém, não souberam responder a esta pergunta.

No trecho abaixo transcrito, a moradora acrescenta à discussão um comparativo entre como era a preservação dos prédios e como é atualmente:

(...) eu vejo que o pessoal que mora em Jaguarão também está valorizando a moradia, porque antes as casas não eram muito pintadas. Hoje eu vejo Jaguarão mais colorido, o próprio proprietário também está valorizando bem o que ele tem, [agora faz] pintura nas casas. De seis anos para cá teve uma

avanço bem significativo e vejo também que essa administração também está valorizando muito isso (Entrevista de Alcinda Porto, 2011).

A pergunta seis, ainda no bloco de questões relacionadas à atividade turística, solicitava aos entrevistados que indicassem locais que possuam potencialidades, mas que, no entanto, não são considerados oficialmente atrativos turísticos. A Tabela 18 nos indica que a maioria dos entrevistados considera que a Enfermaria Militar poderia ser um atrativo (8 pessoas). Ao apontar este local, alguns entrevistados expressaram conhecimento de que havia um projeto previsto para o local, mas não sabiam exatamente no que consistia e uma minoria citou o Centro de Interpretação do Pampa.

O Rio Jaguarão (6 pessoas) também é apresentado como um local que poderia obter um grau de atratividade se trabalhado para a atividade turística. A seguir um morador expressa suas ideias a respeito disso:

Como eu disse, o Rio, colocar uma lancha aí, seja para ir pra lá e para cá. A quantia de gente. Eu já fui até Santa Vitória de barco, mas tem pessoas que não conhecem e que gostariam de conhecer. Eles [a gestão pública] têm um atrativo, como diziam os antigos, tem o pão, a faca e o queijo na mão, mas não se vê investimento a respeito (Entrevista de Geraldo Carvalho, 2011).

Uma parcela considerável de entrevistados (5 pessoas) não respondeu a esta pergunta. A categoria outros (9), apresentou locais situados na zona rural da cidade, como Capela São Luís e o Sindicato Rural, e ainda, bens isolados, como o Presídio de Jaguarão e o Cine Regente.

Tabela 18 – Locais que poderiam ser atrativos turísticos segundo os entrevistados.

Poderiam ser atrativos	Quantificação
Enfermaria Militar	8
Rio Jaguarão	6
Não sei	5
Museu Carlos Barbosa	2
Ponte Internacional Mauá	2
Sindicato rural	2
Outros	9

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Na pesquisa realizada através de questionários do programa MEMORIAR, as pessoas citaram o que para elas era considerado patrimônio cultural, a nível local e global. Com base na Tabela 19, é possível visualizar que todos os locais considerados turísticos pelo poder público foram citados no questionário como sendo patrimônio cultural local (questão 5), sendo a Ponte Internacional Mauá o atrativo mais citado (80).

Dentre os mais citados destacam-se também o Museu Carlos Barbosa (77) e a Antiga Enfermaria Militar (54). O Mercado Público, possivelmente pelo seu atual estado de conservação e uso, apresentou-se como sendo o atrativo turístico que menos foi citado como exemplo de patrimônio local.

Tabela 19 - A relação entre os principais atrativos turísticos de Jaguarão e os bens culturais/naturais citados nos questionários.

Atrativos Turísticos	Nº de citações
Ponte Internacional Mauá	80
Museu Carlos Barbosa	77
Antiga Enfermaria Militar	54
Praça Dr. Alcides Marques	38
Prédio do Teatro Esperança	36
Prédio do Antigo Fórum (Casa de Cultura)	21
Igreja Matriz do Divino Espírito Santo	11
Igreja Imaculada Conceição	8
Rua das Portas	7
Rio Jaguarão	6
Mercado Público Municipal	3

Fonte: ZORZI, 2009, p.98.

3.5 Participação Social

Em 2005, quando da pesquisa realizada em Jaguarão, no âmbito do programa MEMORIAR, a maioria dos respondentes, 139 pessoas (67%), consideraram que o patrimônio cultural da cidade pertence a todos os cidadãos que nela habitam. Já 39 pessoas (19%) achavam que o patrimônio é posse da Prefeitura Municipal.

Na elaboração do roteiro semi-estruturado das entrevistas para a execução do projeto de mestrado, buscou-se inserir uma questão que pudesse averiguar como

os moradores se posicionam em relação ao fato de morar em uma cidade com prédios antigos, considerada patrimônio nacional.

Alguns entrevistados responderam a questão ressaltando que Jaguarão é uma cidade boa para viver, pois é segura e tranquila, onde se tem qualidade de vida. Em relação à arquitetura legitimada enquanto patrimônio obteve-se respostas como, *“já é nosso, essa cultura das casas antigas (...)”*, *“a história é importante”*, *“adoro coisas antigas”*, *“é legal morar numa cidade que é reconhecida pelo seu patrimônio”*, *“a arquitetura conta a nossa história”*.

Averiguou-se que a maioria dos respondentes se considera privilegiada, pois é uma *“das poucas cidades que tem essa cultura, esses prédios antigos”*, e ainda, consideram a arquitetura importante e bonita.

Jaguarão é conhecida como cidade heroica, devido a sua história. Esta característica também aparece dentre as respostas: *“Eu gosto, acho importante pela cultura, pela história que tem Jaguarão, por ser cidade heroica, por ter esses prédios”* (Entrevista de Lucas Feijó, 2011), *“Eu até observo bastante, mas tem que conscientizar muito que Jaguarão é cidade heroica e antiga, poderia aproveitar muito mais”* (Entrevista de Valdir Cruz, 2011).

Nesta questão também é suscitado o estado de conservação dos prédios. No trecho a seguir transcrito o adolescente afirma gostar e não gostar de prédios históricos: *“(...) no centro, por exemplo, a igreja e o clube estão caindo, bom porque preserva a história e por outro lado ruim porque acabam caindo, é triste”* (Entrevista de Airton Morales, 2011).

A Igreja Matriz Divino Espírito Santo e o Clube Jaguareense, citados pelo jovem, aparecem como exemplos nesta questão, pois um mês antes da realização das entrevistas o telhado do prédio do Clube Jaguareense havia desabado por conta de um forte vento e a Igreja Matriz iniciou uma campanha de doações para a reforma do prédio. Em outras entrevistas a questão também aparece: *“É um lugar calmo, acho importante, é um patrimônio, mas no centro tem um prédio caindo, isso é um horror, a igreja está condenada também”* (Entrevista de Antônio Gonçalves, 2011).

A antiga Enfermaria Militar igualmente é citada nesta questão, pois se encontra em ruínas: *“Acho maravilhoso, mas lá onde era a Enfermaria e o Clube Jaguareense, pena que estão caindo aos pedaços”* (Entrevista de Nita Machado, 2011).



Figura 29 – Fachada do Clube Jaguarense apoiada pela cimbalha.
Fonte: A Autora, dezembro de 2011.

Alguns entrevistados associaram a importância dos prédios antigos e da história de Jaguarão ao turismo e ao desejo de desenvolvimento econômico:

Ah sim, a história é sempre importante, todos os lugares. Por que algumas cidades atraem o turismo? Por causa do patrimônio histórico. As ruas pequenas, o patrimônio histórico que ela tem já é algo que atrai o turismo. Acho importante (Entrevista de Geraldo Carvalho, 2011).

De modo geral, pela análise das respostas, evidenciou-se que não houve nenhuma objeção em relação à preservação do patrimônio. O sentimento de viver em uma cidade considerada patrimônio nacional relaciona-se a aspectos positivos e diversos. No entanto, alguns entrevistados frisaram o fato de que algumas pessoas não observam esse “patrimônio”: *“Me sinto orgulhosa, às vezes não prestamos muita atenção nos prédios, demorou muito pra se preservar”* (Entrevista de Tânia Mendes, 2011).

Nas apresentações dos trabalhos realizados pelos alunos da escola Manuel Pereira Vargas, esse tema também veio à tona. Após a realização da palestra do Carlos Magno, a professora Andrea avalia a atividade da seguinte forma:

(...) ele foi nosso aluno por muito tempo, 8 anos, e hoje ele vem contar uma parte da história que eu, professora Andrea da Silva Rodrigues, com toda humildade, digo que não tenho conhecimento. E a gente não tem conhecimento muitas vezes porque não quer, a gente não busca. Mas a nossa cidade está crescendo em relação a isso. As pessoas estão vindo de fora. É o que eu tenho falado pra eles (...) é um primeiro passo que a gente está dando aqui dentro da escola com muita vontade que isso cresça. Porque, como é importante saber! A gente saber sobre a nossa cidade, nossa história, nossos pontos, nossas igrejas! E não se sabe. Não é só eles [alunos] que não sabem, nós professores muitas vezes não sabemos porque não faz parte do nosso currículo, a gente deixa de lado. Mas está na hora de mudar isso. E o ponto forte foi realmente ter um ex-aluno dando uma aula para eles e para nós professores também. A gente só tem a agradecer (Depoimento de Andrea Rodrigues, 2010).

Como afirma a professora Andrea da Silva Rodrigues, “é um primeiro passo, e com vontade que cresça”. E é este o propósito de se realizar a capacitação com professores: semear, dando um primeiro passo, para que cresça (CERQUEIRA et al., 2011). Através das entrevistas e dos questionários foi possível perceber que as pessoas se identificam com o conjunto arquitetônico. No entanto, na escola, com base nas atividades de educação patrimonial, identificou-se que os educandos e educadores gostariam de conhecer a histórias dos prédios e da cidade, inclusive em razão das “pessoas que estão vindo de fora”.

No questionário aplicado junto aos moradores de Jaguarão, havia uma pergunta sobre a atribuição do dever de cuidar do patrimônio. A maioria dos entrevistados, 136 pessoas (55%) consideram que a população como um todo deve ser responsável pela preservação do patrimônio cultural local, já 71 respondentes (28%) atribuíram a responsabilidade ao prefeito e aos vereadores. A alternativa **você**, que se refere ao respondente, apresentou apenas 6% de incidência.

A alternativa **outros** (4%) demonstra as demais entidades apontadas pelos respondentes que deveriam se responsabilizar pelo patrimônio cultural local, como: o Governo do Estado, órgãos específicos, os turistas, fundação, as ONGs e os CTGs.

Na questão 4, onde o respondente deveria citar quem realmente cuida do patrimônio, 98 pessoas (46%) responderam que o prefeito e os vereadores são as pessoas que cuidam do patrimônio cultural local, já a população da cidade foi apontada por 53 respondentes (25%).

Os artistas e intelectuais tiveram uma porcentagem significativa (15%), diferente da questão anterior, em que 7% delegaram a responsabilidade de cuidar do patrimônio a essa categoria. A alternativa “E” (outros) foi marcada por 16

respondentes que apontaram que a Casa de Cultura, o Instituto Histórico e Geográfico, os proprietários dos prédios, e os turistas são as pessoas e instituições que protegem o patrimônio da cidade atualmente.

Diante deste contexto, durante a elaboração dos roteiros semi-estruturados, inclui-se uma pergunta a respeito das formas de participação social. O entrevistado deveria responder se já foi convidado, pela sua associação de bairro ou SECULT, através de jornal ou rádio, a discutir em reuniões algum projeto que envolvesse os assuntos referentes ao patrimônio, arquitetura ou turismo, ou até mesmo se teria participado de Conferências de Cultura, Fórum sobre Patrimônio Cultural e Turismo.

Dos 21 entrevistados, 16 não viram nenhuma notícia na mídia sobre isso. Cinco pessoas afirmaram ter visto chamadas para participar de eventos sobre esses temas, sendo que desta parcela, apenas duas pessoas participaram da apresentação do projeto do Centro de Interpretação do Pampa, na antiga Enfermaria Militar.

Para os que não participaram de nenhuma atividade envolvendo esses temas, perguntou-se se gostariam de participar, caso fossem convidados pela associação de bairros ou SECULT, de reuniões ou outros eventos. Das 19 pessoas, 18 afirmaram que sim e apenas uma não soube responder. As afirmativas contemplam respostas como *“Às vezes sinto vontade de ouvir o debate deles, ver o que eles pensam de fazer”* (Entrevista de Ernesto Morais, 2011), *“Participaria, [para] escutar o que eles pretendem fazer”* (Entrevista de Antônio Gonçalves, 2011).

Os entrevistados comentam que os eventos deveriam ser abertos para comunidade discutir e que não ocorressem apenas quando a depredação ou a destruição estivesse em curso:

(...) Eu acho que quando tem um evento dessa conjunção, tem que ser sempre divulgado no jornal, na rádio. E chamar a população, porque eu acredito que tenha muita gente interessada em participar, ajudar. A somar (Entrevista de Alcinda Porto, 2011).

Durante a realização das entrevistas os moradores apresentaram uma série de reclamações vinculadas ao saneamento básico e à saúde. De fato constatou-se no trabalho de campo que as condições de infraestrutura de praticamente todos os bairros, exceto o centro, são problemáticas (Figura 30).

Ao final da entrevista, os moradores foram consultados sobre a existência de uma associação no bairro onde reside. Alguns não souberam responder e outros

denunciaram o fato de que antigamente a associação de moradores era representada por um líder comunitário escolhido por votação. Nesta gestão, os representantes são indicados pela prefeitura, desta forma, as reivindicações dos moradores não chegam até a esfera maior, em função da política partidária.



Figura 30 - Esgoto sem duto de canalização, bairro Cerro da Pólvora.
Fonte: A Autora, dezembro de 2011.

3.6 Interpretando interpretações

Muito embora as duas ações de educação patrimonial (MEMORIAR e CAEP) possuíssem metodologias diferentes, ambas centraram-se na identificação dos locais significativos para os moradores como forma de subsidiar as atividades e propor a reflexão a respeito da categoria do patrimônio cultural.

Os bens mais citados como patrimônio cultural nos questionários também aparecem nas produções dos desenhos em sala de aula, onde os alunos livremente poderiam desenhar o que para eles era importante na cidade. No CAEP, a proposta do módulo II direcionava-se à escolha de algum local com que os alunos tivessem uma relação de identificação. Mais uma vez, alguns bens citados na metodologia do MEMORIAR aparecem através da escolha da Ponte Internacional Mauá, do Mercado Público e da Igreja Matriz. Um dado importante dessa atividade é a justificativa da escolha, que não só é vinculada à noção de identificação, pertencimento, mas sobretudo pela curiosidade de conhecer a história desses locais.

Nas perguntas fechadas do questionário, ao perguntar a quem pertence o patrimônio cultural da cidade, a maioria dos respondentes indica que o patrimônio cultural é de todos, mas uma parcela considerável afirma que esses bens são posse da prefeitura. A análise das 21 entrevistas realizadas com os moradores de diferentes bairros nos mostrou que: a) não houve qualquer tipo de objeção à preservação do patrimônio cultural, b) as pessoas se sentem privilegiadas por morarem em uma cidade que tem sua arquitetura preservada e c) possuem uma relação de pertencimento, que é expressa nos termos “já é nosso”, “faz parte da cidade”, dentre outros.

A realização das entrevistas coincidiu com o período em que houve o desabamento do telhado do Clube Jaguareense e a campanha de pedido de ajuda financeira por parte da Igreja Matriz, em prol da reforma do telhado. Isso suscitou respostas que mais uma vez indicam a relação de afetividade das pessoas com esses lugares e com a paisagem cultural do centro da cidade.

Em outro sentido, alguns entrevistados associaram os prédios históricos ao desenvolvimento do turismo, ou seja, que a preservação é importante para que a cidade receba mais turistas e assim se desenvolva economicamente.

O fato de viver em uma cidade que possui uma arquitetura reconhecida pelos “outros”, mas que não é vista por “nós”, também é suscitado nas respostas. Esse apontamento vem de encontro com a fala da professora Andrea, ao avaliar o Curso de Educação Patrimonial e as atividades geradas por ele em sala de aula, onde ressalta que os moradores necessitam conhecer a história da cidade.

Nesse sentido, os dados sistematizados nos questionários apontam que os respondentes indicam que a população é responsável por cuidar do patrimônio de sua cidade, mas quem de fato cuida é o prefeito. Tal fato nos mostra que para participar também é necessário conhecer a história da cidade, estar envolvido com o que acontece na cidade.

Um número expressivo de entrevistados afirma que não viram nenhum tipo de notícia ou convite para participarem de reuniões ou eventos sobre os temas do patrimônio cultural e do turismo. Os poucos que viram foram a um evento na Enfermaria Militar de apresentação do Centro de Interpretação do Pampa, que não envolvia a interferência dos participantes. Por outro lado, a maioria das pessoas diz ter interesse em participar das discussões sobre esses temas e denunciam a ineficácia das associações de moradores.

A escolha do que é patrimônio cultural a nível local e global, nos questionários, nos mostra que prevalece a noção material e em menor escala são citados bens que se relacionam com a imaterialidade do patrimônio. Nos desenhos, a ponte e a enfermaria são descritas pelas crianças como algo grandioso, monumentos que se destacam na paisagem. Por outro lado, através dos relatos foi possível perceber que as crianças guardam histórias de fantasmas e lendas no seu imaginário.

Nas entrevistas, os lugares que as pessoas frequentam se relacionam ao conceito de paisagem cultural. Como foi observado no trecho transcrito sobre a beira do Rio Jaguarão, a entrevistada associa seu estado de espírito à qualidade visual da paisagem, em que a Ponte Internacional Mauá está incluída.

Nos questionários, mesmo quando o respondente tinha a possibilidade de eleger patrimônios a nível global, a maioria ratifica o que foi dito na questão anterior, citando novamente esses bens: a Ponte Internacional Mauá, a antiga Enfermaria Militar, a Casa de Cultura, o Museu Carlos Barbosa e o Teatro Esperança.

No que tange ao turismo, para os moradores o marco histórico é a criação dos *Free Shops* na cidade uruguaia de Rio Branco, pois com isso Jaguarão passou a acolher esses turistas com sua infraestrutura. No entanto, os moradores entrevistados afirmam que este turista não está visitando Jaguarão, mas sim comprando nos *Free Shops* em Rio Branco.

Nas entrevistas as pessoas indicam locais que os turistas deveriam conhecer como a antiga Enfermaria Militar, o Rio Jaguarão e a Ponte Internacional Mauá, mas chamam a atenção para o fato de que esses locais necessitam de melhorias para que isso aconteça. Nesse sentido, os entrevistados apresentaram expectativas boas em relação ao desenvolvimento do turismo, por conta da criação do Centro de Interpretação do Pampa e da reforma do Teatro Esperança, pois acreditam que esses locais poderão se tornar atrativos e contribuir na fixação do turista na cidade.

Cabe salientar que os locais citados pelos entrevistados como atrativos turísticos são também espaços de lazer. Em 2009, na pesquisa de conclusão de curso, ao cruzar os dados respeitantes aos bens mais citados nos questionários com os dados dos locais considerados turísticos da cidade, concluiu-se que os bens mais citados como patrimônio cultural são os principais atrativos turísticos da cidade. Nas

entrevistas, igualmente os locais mais frequentados pelos entrevistados são os principais atrativos da cidade.

Essa constatação aponta aspectos importantes que os gestores deverão levar em consideração ao tomarem suas decisões, pois esses locais considerados recursos turísticos são para os moradores espaços de convivência, de lazer e de qualidade de vida, não são bens que possui um único fim, usos plurais que podem, mediante ao planejamento, se tornarem espaços de múltiplos usos e significados.

4 A participação social e a influência das ações de preservação na constituição da atratividade turística de Jaguarão (RS)

Nos capítulos anteriores buscou-se descrever as ações de preservação do patrimônio cultural e retratar através de um conjunto de dados o modo como os moradores da cidade se relacionam com o turismo e com o patrimônio cultural locais. Neste capítulo a trajetória será analisada com o objetivo de entender de que modo o turismo e o desenvolvimento econômico estão representados nessas ações de preservação e em que medida elas influenciaram na constituição da atratividade turística do município. Buscar-se-á também, com auxílio das discussões teóricas do capítulo I, averiguar a existência de participação social nas ações de preservação do patrimônio em curso e também o modo como os moradores participaram das ações de décadas passadas, tendo como recorte temporal o período de 1982 a 2011.

4.1 A participação social nas ações de preservação do patrimônio

Com base na análise da trajetória das ações de preservação do patrimônio em Jaguarão, foi possível perceber que a iniciativa de todo movimento partiu de dois jovens moradores da cidade que entraram em contato com as discussões sobre patrimônio e preservação, no contexto da década de 1980, no momento em que se deslocaram à capital do estado para estudar arquitetura. Jaguarão, nesta época, assim como hoje, possuía um conjunto arquitetônico preservado, devido à estagnação econômica. Apenas alguns bens isolados estavam em processo de depredação e degradação, tais como a antiga Enfermaria Militar, o Teatro Esperança, o Mercado Público, a Ponte Internacional Mauá e o Cine Regente. Por tal motivo, as principais ações diretas do movimento criado pelos estudantes vincularam-se a esses bens.

Tal contexto corrobora a afirmação de Holtorf (2006) de que a perda e a destruição não são o oposto de patrimônio, pois podem contribuir para o sentimento de pertencimento e reivindicação social.

As atividades resultantes das ideias do projeto, no período de 1982 a 1987, foram intensas e contaram com a ajuda e participação dos moradores, de pequenas empresas e da prefeitura. Por isso o movimento passou a ser um grupo, unido pela causa da preservação. As ideias foram expressas no Projeto Jaguar, de forma ampla abrangendo não só os bens materiais como também imateriais, o lazer, o planejamento turístico e a gestão do patrimônio cultural.

Diversas atividades foram realizadas, destacando-se algumas, comentadas anteriormente, tais como: gravação de programa de TV, eventos que contaram com a presença de importantes pesquisadores do campo da arquitetura no Rio Grande do Sul, atividades culturais, como as vigílias musicais na enfermaria, entre outras.

Essas atividades causaram ressonância (GONÇALVES, 2003) junto a diferentes grupos da cidade e expressam a ideia de patrimônio enquanto construção social (POULOT, 2008).

O conjunto de posses, formado por alguns bens isolados, que estavam em perigo de destruição, e a arquitetura preservada, foram identificados como transmissíveis por um grupo, inicialmente composto por estudantes e posteriormente misto, que reconheceu os bens como seu e demonstrou sua coerência. Nesse processo há também um conjunto de valores políticos que permitiu articular os legados do passado à espera de um futuro, com o objetivo de promover algumas mudanças e ao mesmo tempo afirmar uma continuidade. A mutação seria o desenvolvimento econômico através do turismo.

No entanto, contrariando boa parte das discussões teóricas que versam sobre a escolha do que é patrimônio cultural, percebe-se que em Jaguarão, sobretudo neste período inicial, os bens não foram selecionados pelas instituições de preservação. Ainda que o despertar tenha surgido no meio acadêmico, o Grupo Jaguar buscava atrair o olhar do poder público para a preservação de locais que estavam esquecidos. Uma ampla parcela dos moradores se apropriou da ideia e num segundo momento houve a interferência da pesquisa e das instituições de preservação.

As consequências da ação do grupo, em curto prazo, foi a tomada de consciência por parte de alguns proprietários de prédios antigos no centro da cidade; assim como a proteção do Teatro Esperança, que poderia ser transformado em estacionamento, e, por fim, a criação do Parque Fernando Ribas, na Enfermaria Militar.

Este período de mobilização social, de atividades que contaram com a intensa participação de moradores, criou as bases para o início de outras duas etapas, de características mais técnicas.

O IPAJ e o PRIJ evocaram o conceito de conservação integrada presente no *Manifesto de Amsterdam*, para embasar a necessidade de que a população atuasse em conjunto no sistema de preservação. No entanto, justamente pelo caráter técnico da primeira ação, o inventário, isso não foi possível. Já a segunda ação, o Programa de Revitalização Integrada, dialogou com alguns grupos sociais, pois o conjunto de normativas que estava sendo elaborado necessitava da aprovação desses grupos:

(...) a gente tinha que convencer as pessoas da cidade a comprar a ideia. Então a gente fez muitas reuniões. A gente chamava a população. Chamou assim: às vezes a gente fazia específico, só pra Associação de Engenheiros, só pro pessoal do comércio. E fazia no salão da Biblioteca Pública de Jaguarão; às vezes, no Gabinete do Prefeito. Mas eu me lembro que nós fizemos muitas (Entrevista de Ana Lúcia Costa de Oliveira, 2011).

Alguns proprietários tiravam proveito dessas reuniões, como lembra Ana Oliveira ao comentar sobre um caso específico, “*(...) ele foi bem espertinho. Ele viu, assistiu tudo. [Ele viu] que a gente estava proibindo três andares. Ele foi lá e fez o terceiro andar. E fez tudo que a gente disse que não podia fazer*” (Entrevista de Ana Lúcia Costa de Oliveira, 2011).

Ao explicar os critérios de isenção do IPTU, a entrevistada lembra que foi um processo complexo, pois envolvia diferentes interesses e a escolha de quais critérios iriam determinar o nível de isenção. Isso causou uma série de conflitos. Citamos aqui, como exemplo, o de um senhor, dono de alguns prédios históricos da área central da cidade, que questionou, perguntando por que uma casa receberia a isenção e outra não. Ana lembra que essas discussões foram importantes, pois a partir delas foram surgindo os critérios e suas justificativas.

Após essa primeira fase de mobilização social e trabalhos técnicos na área de preservação do patrimônio arquitetônico, em 2009, num contexto político diferente, inicia-se outra fase, caracterizada pela elaboração de projetos e pela captação de recursos para o desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio cultural.

De 2009 a 2011, muito se falou em patrimônio cultural de Jaguarão e em Jaguarão. Alguns projetos foram retomados, como o de reforma do Teatro Esperança e do Mercado Público, o Tombamento do Conjunto Arquitetônico e a

refuncionalização da antiga Enfermaria Militar – essas sob análise neste trabalho. Diferentemente desta primeira fase de cunho técnico, as ações em curso trazem um impacto maior para o cotidiano dos moradores e, inclusive, sobre a própria ideia de paisagem, principalmente no projeto pré-aprovado de refuncionalização do Mercado Público e no projeto em execução do Centro de Interpretação do Pampa nas ruínas da Enfermaria Militar.

Com base nisso, buscou-se pesquisar de que forma os moradores ou frequentadores desses locais teriam participado do processo, sobretudo de refuncionalização da Enfermaria Militar. Vimos no capítulo III que a maioria das pessoas não sabia ao certo o que estava sendo construído nas ruínas da antiga Enfermaria Militar, e um número maior de pessoas não vira qualquer notícia ou chamada para participar de reuniões sobre esse tema, provavelmente em virtude do difícil acesso a determinados meios de divulgação, como a internet, por exemplo. Apenas duas pessoas participaram da apresentação do projeto, a qual que se configurara como uma ação apenas informativa. Com base nesse contexto, apresenta-se a seguir as visões da gestão pública.

De acordo com os entrevistados, ao se lançar a ideia do Centro de Interpretação do Pampa, houve, em 2009⁸², uma mobilização social que foi o abraço às ruínas da Enfermaria Militar (Figura 31). O Prefeito Cláudio Martins contextualiza a ação da seguinte forma:

Muitas das pessoas que estavam ali eram pessoas de lá de dentro do bairro, alguns deles eram quebradores de pedra ali em cima, pra vender no dia-a-dia. Passaram a compreender que esse projeto ia ter importância pras suas vidas, que ali poderia estar o trabalho, poderia se criar condições, alternativas de serviços (...) (Entrevista com José Cláudio Ferreira Martins, 2011).

⁸² De acordo com blog da SECULT, o abraço aconteceu no dia 8 de agosto de 2009.



Figura 31 - Abraço às ruínas da antiga Enfermaria Militar.
Fonte: SECULT

Em relação à pergunta sobre como ocorreu o processo participativo durante a elaboração dos projetos supracitados de preservação do patrimônio cultural, Alan se posiciona da seguinte forma:

(...) tenho ouvido muita demagogia, no sentido que não teve uma participação assim, ou não teve uma participação assado, como se aquilo fosse alterar radicalmente o que estava posto. Não se pode ter ingenuidade com a participação. Me parece que ela pode contribuir com o processo, ela pode contribuir quase nada com o processo, e ela pode não contribuir em nada, e ela pode prejudicar o processo. Então eu acho que a gente não pode ter uma visão ingênua dos processos participativos (Entrevista com Alan Dutra de Melo, 2011).

Para Alan, “nem toda participação contribui”. Nesta fala e no trecho acima transcrito, ele se refere à participação de políticas partidárias no processo. Continua ele: “(...) eu acho que a gente está numa arena política (...)”.

Em relação à participação de modo geral ele questiona:

Será que é um processo perfeito, se as pessoas entrassem, fizessem uma votação pra decidir se a enfermaria deveria ser um hotel, um restaurante, um parque, um museu? Eu acho que isso é absolutamente irresponsável. (...) Poderíamos ter feito uma votação pra decidir o que seria feito na enfermaria e a votação poderia ter dado que ali deveria ser um hotel, e aí não tinha um investidor pra fazer um hotel, como é que nós íamos fazer? (Entrevista com Alan Dutra de Melo, 2011)

Ao perguntar sobre a participação da comunidade na elaboração e aprovação do projeto do Mercado Público, o Secretário de Cultura e Turismo, Alencar Porto, respondeu que haverá uma audiência pública para decidir:

(...) os namorados que vão ao mercado, como é que eles enxergam? Eles enxergam bem aquelas figueiras, eles acham que tem o que eles acham? Como é que tem que ser? Pessoas que passam todo o dia? Isso é fundamental. Isso é um eixo do governo municipal essa questão da participação, não tem como fugir (Entrevista com José Alencar de Oliveira Porto, 2011).

De acordo com o entrevistado, não será uma audiência pública montada. Ele denuncia o fato de que em algumas cidades ou em determinados casos, grupos de interesse montam audiências públicas para que se consiga o resultado esperado.

(...) Pega um governo que tem 100 pessoas de confiança do prefeito, cada um leva 20, tu montas bela audiência pública com a ata pronta já. Tu mostras um PowerPoint e dá para a pessoa assinar. Todo mundo acha maravilhoso, e tu cumpres a legislação, teve audiência pública em data tal. Mas isso é audiência pública? (Entrevista com José Alencar de Oliveira Porto, 2011).

O Prefeito Cláudio Martins cita como exemplo de participação social em Jaguarão a realização do Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD).

O PNUD em parceria com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) selecionou as cidades⁸³ de Abaetetuba (PA), Barbalha (CE), Jaguarão (RS) e Marliéria (MG) para fazerem parte do Projeto de Fortalecimento de Capacidades para o Desenvolvimento Humano Local. O investimento para os quatro municípios é de US\$ 1,8 milhão, mas de acordo com o site oficial do programa, não se tem uma definição do valor aplicado em cada cidade. Basicamente, o dinheiro será usado para capacitar funcionários das prefeituras, do setor privado e do terceiro setor, para elaborar e pôr em prática políticas e projetos que contribuam para melhorias socioeconômicas inclusivas e sustentáveis na cidade (CAPACIDADES, 2011).

O projeto se baseia nos oito objetivos de desenvolvimento do Milênio, com uma série de metas que países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se comprometeram a atingir até 2015, abrangendo temas como renda, educação, saúde, meio ambiente e igualdade entre os sexos.

A metodologia da seleção de áreas prioritárias foi realizada por meio de cartografias compostas de mapas temáticos acompanhados de um quadro de legendas explicativas e relato síntese complementar sobre as condições gerais da

⁸³ O critério de seleção das cidades teve por base o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As quatro cidade estão abaixo da média nacional, que é 0,792, o IDH de Jaguarão é 0,764.

estrutura e conjuntura do município (urbano e rural). As cartografias se relacionam a sete temas, sendo que Jaguarão priorizou o **turismo** e a agropecuária sustentável como temas.

Os entrevistados também citaram como formas de participação social os eventos realizados entre 2009-2011, cujos motes se relacionam com as temáticas analisadas nesta investigação. Destacamos aqui o Fórum do Patrimônio Histórico e Cultural de Jaguarão (2009) (Figura 32), o Fórum de Turismo Cultural⁸⁴ (2010), a Conferência Binacional de Cultura (2010), o Fórum Binacional de Turismo (2011) e o Fórum Jaguarão: Cidade Patrimônio (2011).



Figura 32 - Material de divulgação do Fórum Patrimônio Histórico e Cultural de Jaguarão (2009)
Fonte: SECULT

Cita-se como exemplo o Fórum Jaguarão: Cidade Patrimônio (Figura 33). Este evento contou com a participação de representantes do IPHAN, IPHAE, Prefeitura Municipal de Jaguarão, alunos de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e alunos dos cursos de Turismo e História da UNIPAMPA (Jaguarão), dentre outros interessados.

Na abertura do evento, foi feita a apresentação de vários projetos relativos a patrimônio: o Centro de Interpretação do Pampa; a refuncionalização do Mercado Público Municipal (arquiteto Marcelo Ferraz); o restauro da Ponte Internacional Mauá e do Teatro Esperança (arquiteto Willian Pavão); e o Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico Paisagístico de Jaguarão (arquiteta Simone Neutzling). Houve

⁸⁴ Como resultado deste evento destaca-se a formação da Associação das Cidades Históricas do Rio Grande do Sul, com a participação das Cidades de Bagé, Caçapava do Sul, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Rio Grande e Santa Tereza. São cidades integrantes do PAC das Cidades Históricas IPHAN/MINC. A Associação é presidida pelo prefeito de Jaguarão, Cláudio Martins.

ainda a apresentação do trabalho “Somos o Suco do Carnaval!” A Marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto (historiadora Juliana dos Santos Nunes).



Figura 33 - Conferência de abertura do Fórum Jaguarão: Cidade Patrimônio.
Fonte: A Autora, maio de 2011.

Em meio às perguntas sobre os projetos arquitetônicos, surgiu uma discussão interessante sobre os conflitos inerentes à categoria patrimônio cultural, suscitadas pelo leilão do Clube Social 24 de Agosto⁸⁵.

Uma dívida inicial de R\$ 2.801,61 por direitos autorais com o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) resultou no leilão do prédio histórico que foi arrematado por R\$ 44 mil por um dono de supermercado da cidade. Como forma de reivindicação foi realizada uma petição pública contra o leilão do Clube 24. No dia 15 de maio de 2011, também houve um abraço ao clube (Figura 34).

⁸⁵ De acordo com o blog oficial, o Clube Social 24 de Agosto foi fundado por negros operários na cidade de Jaguarão, em 1918, com o intuito de criar um espaço para o divertimento e sociabilidade dos afro-descendentes recém saídos da escravidão. Ainda em funcionamento, realiza festas e promove discussões sobre o patrimônio do negro na cidade de Jaguarão.



Figura 34 - Abraço ao Clube Social 24 de agosto.

Fonte: SECULT

No Fórum Jaguarão: Cidade Patrimônio, um grupo composto por professores da UNIPAMPA (Jaguarão), frequentadores do clube, representantes da SECULT, dentre outras pessoas, apresentaram tal problemática aos representantes do IPHAN e IPHAE, como forma de solicitar ajuda para impedir tal processo. Na oportunidade também se solicitou informações a respeito de qual era a situação do clube no Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico. Perguntou-se ainda se não haveria como impedir tal processo por meio de instrumentos legais, em âmbito federal. No dia 6 de dezembro de 2011 o Clube 24 fez a entrega da documentação exigida no processo de tombamento estadual, junto ao IPHAE, e, no início de janeiro, foi publicada no Diário Oficial do Estado a Portaria de nº 004, que traz em seu texto o primeiro tombamento de um clube social negro, no Rio Grande do Sul.

Através das entrevistas e das observações de campo, foi possível averiguar que, nas atuais ações de refuncionalização do patrimônio cultural, não existem mecanismos de participação direta nos processos. Tanto as audiências públicas, eventos, programas como o PNUD, são considerados, de acordo com o referencial teórico adotado nesta pesquisa, como participação consultiva informativa. Também averiguou-se, que de modo geral, o conflito e o dissenso sempre estiveram presentes nos processos, sobretudo relacionados à normatização e às diferenças

ideológicas. Para Ribeiro (2008), o único universal possível é o processo de negociação democrático e a manutenção dos equivalentes em tensão.

4.2 O turismo nas ações de preservação do patrimônio

Em todo o conteúdo do Projeto Jaguar, percebe-se que a ideia de desenvolver o turismo está atrelada à atuação da coletividade, como na instalação de um sistema de botes turísticos para passeios no rio. A proposta do projeto é de que o empreendimento seja administrado pelo Sindicato da Colônia de Pescadores, como forma de incrementar a renda dos trabalhadores. No item nove da justificativa de viabilidade turística da cidade, também se encontra referência ao turismo de base local, da seguinte forma:

A comunidade manifesta-se com interesse de organizar-se, não pelo caminho de introduzir comportamentos e/ou atrativos alheios a seu contexto, mas reativando, deixando-se descobrir do véu do constrangimento e dinamizando seu potencial (PROJETO JAGUAR, 1982, s.p.).

Ao avaliar o projeto, os autores dizem que em relação ao patrimônio houve uma conscientização, mas em relação ao desenvolvimento do turismo não, muito em função da falta de interesse dos empresários e do trabalho em equipe, embasado no diálogo.

As duas ações técnicas que surgiram depois do Projeto Jaguar seguem seus preceitos, porém avançando no sentido normativo, a partir da proposta de estabelecimento de uma legislação de preservação, da realização de ações de educação patrimonial e, ainda, tombamento e revitalização de prédios e espaços públicos. De fato, criou-se uma série de normativas, bem como a delimitação das zonas de preservação. Porém, este material não havia sido articulado com o turismo.

Essa conjuntura muda, com a interferência de um agente externo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)⁸⁶. A inserção desta instituição no município de Jaguarão ocorreu em 2002, a partir de contatos

⁸⁶ Entidade privada de interesse público que se propõe a estimular o espírito empreendedor e promover a competitividade e o desenvolvimento auto-sustentável dos pequenos negócios. É composto por 27 unidades descentralizadas, uma em cada Estado da Federação e Distrito Federal, formando uma rede com de 750 postos de atendimento, 4.400 colaboradores e 9.000 consultores externos, em todo território nacional. Informações obtidas no site da instituição: <http://www.sebrae-rs.com.br/institucional.aspx>. Acesso em 12 de novembro de 2011.

realizados em um Fórum de Educação e Cultura, na cidade de Porto Alegre (RS). Com a parceria formada, a entidade passou a trabalhar em Jaguarão, com verba da Prefeitura Municipal. Carmen Lúcia Corrêa Passos, que na época era diretora da Casa de Cultura, afirma: “(...) o SEBRAE foi a entidade que nos mostrou o caminho para o turismo, e para nos ajudar a conseguir conscientizar a comunidade de que esse era o caminho para Jaguarão” (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

Em abril de 2005, o SEBRAE instituiu a Agência de Desenvolvimento da Costa Doce⁸⁷, com a finalidade de organizar uma estrutura regional para dinamizar o turismo e atuar, através do planejamento, execução e monitoramento de programas e medidas, no desenvolvimento do turismo do Arranjo Produtivo Local Costa Doce⁸⁸. Os principais focos estratégicos da Agência são o ambiente empresarial, as lideranças regionais e a formulação de políticas regionais. De acordo com o site oficial, a Agência tem como objetivos:

Desenvolver, difundir e consolidar a Costa Doce como destino turístico, viabilizando o fortalecimento da governança regional, a criação de um ambiente favorável às empresas turísticas, a atração de investimentos, a qualificação dos produtos, serviços e profissionais do arranjo produtivo, o aumento da capacidade inovativa da região e o estímulo à responsabilidade ambiental, cultural e social dos atores envolvidos.

Nesta perspectiva, foram elaborados alguns produtos turísticos nas cidades envolvidas. Em Jaguarão, ainda em 2005, Jussara Cruz Argoud, consultora do SEBRAE, apresentou um diagnóstico das potencialidades do município, cujo destaque foi a arquitetura. Carmen comenta como foi o processo:

(...) ela trouxe uma equipe pra Jaguarão pra fazer o primeiro roteiro arquitetônico do município (...) durante essa história toda, eles sentados assim na Praça, olhando, vendo o que iam fazer, como é que iam fazer esse roteiro, (...) nós tínhamos que ter alguma coisa pra oferecer de potencial de Jaguarão pra trazer pra cá, e então eles começaram a fazer o roteiro, porque nós temos oitocentas casas catalogadas, dessas oitocentas eles precisavam fazer um roteiro que pudesse ser feito a pé (...) (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

⁸⁷ A Agência de Desenvolvimento do Turismo na Costa Doce é uma organização privada, sem fins econômicos (associação), formada por empresários, entidades de classe, organismos públicos e universidades da Região Turística Costa Doce.

⁸⁸ As cidades que participam do Arranjo Produtivo Local são: Arambaré, Barra do Ribeiro, Camaquã, Canguçu, Chuí, Guaíba, **Jaguarão**, Mariana Pimentel, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes e Turuçu.

O resultado foi a elaboração do roteiro arquitetônico, *Ecletismo no Sul*⁸⁹, nome que remete ao estilo arquitetônico do “ecletismo historicista”⁹⁰. O roteiro engloba 39 prédios históricos, 37 situados na parte central e 2 afastados (Enfermaria Militar e Casa de Torrões), podendo ser realizado a pé ou em carro. O roteiro foi elaborado por uma equipe técnica, que contou com a participação de arquitetos. A base de dados na qual os especialistas se basearam para a delimitação do roteiro foi o Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão (IPAJ).

Antes da parceria firmada com o SEBRAE, a cidade já possuía material de divulgação (*folder*). Com o novo roteiro o SEBRAE, dentro da proposta de consultoria, modificaram-se alguns aspectos:

(...) então quando eu mostrei o nosso folder, louca de faceira, achando que era lindo, maravilhoso, aí eles olharam, olharam, para cá e pra lá, e eles disseram assim: “Lucinha”⁹¹, mas este folder é muito misturado, é muito poluído”. (...) se tu queres mostrar a arquitetura, que é a proposta agora, a arquitetura e as casas, tu não podes mostrar um folder desses pro turista que vem, porque tu não vais conseguir vender nada. Tens tudo isso e não tens nada ao mesmo tempo, porque não tinha nada formatado (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

⁸⁹ A marca do conjunto de roteiros arquitetônico das cidades da região se chama Arquitetura da Costa Doce.

⁹⁰ Santos (2009) identificou dois momentos distintos no ecletismo da fronteira meridional do Brasil. O primeiro foi caracterizado como “consolidação” do novo estilo arquitetônico (1870-1889), desenvolveu-se durante o regime imperial, quando se firmou na área uma sociedade latifundiária e escravista, enriquecida pela criação de gado e pela exploração e exportação dos produtos das charqueadas. O segundo momento do ecletismo historicista é, para o autor, de “desenvolvimento” do estilo na arquitetura das cidades (1889-1931). Iniciou com a Abolição da Escravatura e se desenvolveu durante a Velha República e contou com a mão-de-obra remunerada.

⁹¹ Carmen Lúcia Corrêa Passos e conhecida na cidade como “Lucinha”.

ARQUITETURA da COSTA DOCE
Jaguarão

ECLETISMO NO SUL

Venha conhecer e se encantar com Jaguarão, uma cidade situada no extremo meridional do Brasil no Estado do Rio Grande do Sul, próxima a Pelotas e Rio Grande, na fronteira com o Uruguai, e que preserva o mais homogêneo conjunto do ecletismo no sul do Brasil.

Numa aula viva de arquitetura urbana, você poderá reconhecer as características formais, as linguagens, os sistemas e as técnicas construtivas do ecletismo historicista além do luso-brasileiro ou colonial, neo-colonial, proto-racionalista, kitsch e do modernismo.

Você também irá descobrir detalhes que revelam o toque pessoal de antigos proprietários e construtores, como os vasos, compoteiras e pinhas - que eram utilizadas na tradição portuguesa como símbolos de boas vindas, os pisos em xadrez branco e preto, dos vestíbulos, indicativos da ordem maçônica e ainda reconhecer uma diversidade de elementos decorativos em diferentes técnicas e materiais, além dos diferentes tipos de pisos, forros, gradis, lambrequins, cariátides e curiosas grimpas, que precisam ser descobertos no exercício de observação direta proposto pelo roteiro guiado.

Como um destaque especial, podemos observar as enormes portas entalhadas em madeira, uma peculiaridade de Jaguarão. Imperdível é visitar o bellissimo Museu Dr. Carlos Barbosa e o artesanato em lã, além de degustar os deliciosos doces de Jaguarão, que mostram as fachadas dos principais prédios históricos da cidade.

Atendimento do roteiro: sob reserva antecipada.
Universidade e grupos especiais: fornece-se, previamente, um material descritivo de todos os prédios que compõem o roteiro ECLETISMO NO SUL (sob solicitação).

Informações e reservas - Prefeitura Municipal de Jaguarão
Secretaria de Turismo e Cultura - Praça Alcides Marques, 89
Fone (53) 261 5100 - ccultura@focuspro.com.br
Jaguarão - RS - Brasil

COSTA DOCE

01 Casa de Cultura
02 Obelisco
03 Largo das Bandeiras
04 Clubes e Hotel Sinuelo
05 Conjunto da Igreja
06 Igreja Matriz
07 Banco do Brasil
08 Casa das Pilastras
09 Casa do Pica-pau
10 Loja Maçônica
11 Casa Colonial
12 Casa da Camponesa e das Cariátides
13 Casa Art Déco
14 Círculo Operário
15 Casa "Californiana"
16 Casa tipo "Vila Inglesa"
17 Escola Est. Carlos A. Ribas
18 Conjunto da Praça
19 Caixa Econômica Federal
20 Prefeitura Municipal
21 Centro Comercial
22 Chalé
23 Passeio com ladrilhos hidráulicos
24 Teatro Esperança
25 Correios
26 Casas geminadas
27 Museu Dr. Carlos Barbosa
28 Edifício Tiarajú
29 Sociedade Cultural Joaquim Caetano da Silva
30 Conjunto lado par
31 Casa da grimpa
32 Clube Valorosos Pitangueiros
33 Casa de azulejos
34 Sobradinho
35 Casa dos arcos trilobados
36 Mercado Público
37 Ponte Internacional Barão de Mauá
38 Enfermaria Militar
39 Casa de Torrões

Figura 35 – Folder do Roteiro Arquitetônico.

Fonte: Acervo pessoal de Ana Oliveira.

Sobre a reação dos moradores a esse novo contexto de turismo na cidade, Carmen comentou que no início as pessoas não acreditavam muito na ideia de desenvolver o turismo na cidade, mas mesmo assim os integrantes da Casa de Cultura incentivavam os proprietários de prédios históricos a pintarem suas casas.

Relatou a situação da seguinte forma: “(...) *‘Lucinha quem é que vai vir pra Jaguarão olhar as portas?’*, *‘quem que vai olhar arquitetura?’*, *‘quem vai sair de Porto Alegre, do Rio ou São Paulo, pra vir olhar porta e arquitetura no município?’*, e nós tínhamos que mostrar isso” (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

Na época da elaboração do roteiro não havia em Jaguarão pessoas especializadas na área do turismo, nem agências que pudessem trabalhar com turismo receptivo. Desta forma, os funcionários da Casa de Cultura realizavam diferentes atividades, como nos lembra a entrevistada: “(...) *então a gente, na Casa de Cultura, era guia, fazia os jantares no CTG Rincão da Fronteira, que foi um grande parceiro da prefeitura (...), a gente cozinhava, então a gente era tudo*” (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

A divulgação do roteiro ocorria em várias cidades, como em Gramado (RS) e São Paulo (SP). Nesses eventos, os representantes levavam o prato chamado “Quarto a Escabeche⁹²”, que foi idealizado como prato típico de Jaguarão. Carmen conta como foi a apresentação do prato em um evento:

(...) e tu sabes que ovelha tu tens que comer quente (...). Nós tínhamos um carpinteiro que trabalhava conosco na casa, a bandeja era um quarto de ovelha, então nós levávamos um quarto inteiro e o outro picado pras pessoas provarem, então se encantavam, nós levávamos a receita, eu ia na frente, com os doces, com o bem-casado, que nós servíamos depois de sobremesa e depois ia um funcionário, o motorista da prefeitura, com o isopor pra carne, pra chegar quente pra podermos mostrar, o desespero que nós queríamos mostrar o que a gente tinha na cidade, aí então começou o turismo rural lá, na estância do Gabriel Gonçalves (...) (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

Em 2008, o SEBRAE-RS, em parceria com a Associação Comercial de Jaguarão, Secretaria de Cultura e Turismo, e Universidade Católica de Pelotas, desenvolveu uma pesquisa⁹³ que buscava identificar o perfil e a opinião dos turistas brasileiros que transitam por Jaguarão dirigindo-se à cidade vizinha de Rio Branco/Uruguai, para realizar suas compras nos *Free Shops* locais.

A pesquisa revelou algumas problemáticas, dentre elas a necessidade de qualificação e incremento da infraestrutura turística, principalmente hoteleira. Diante deste contexto, a AG Costa Doce, por meio do Projeto Hospitalidade na Costa Doce,

⁹² A receita do quarto a escabeche foi indicada pela esposa de Gabriel Gonçalves, morador de uma estância situada as margens do rio Jaguarão.

⁹³ De acordo com o SEBRAE, a pesquisa ocorreu por meio de questionário estruturado e padronizado com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha. A amostra, por acessibilidade, foi constituída de 473 entrevistados.

além de apontar aos estabelecimentos elementos estruturais que necessitavam de melhorias, também organizou cursos destinados aos recepcionistas de hotéis, camareiras, funcionários de restaurantes, taxistas, dentre outros. Carmen Lúcia comentou, na entrevista, que no início as pessoas não participavam muito, porque não acreditavam e, em alguns casos, por não conseguirem compatibilizar os horários de trabalho aos horários dos cursos.

De acordo com a entrevistada na época, o Museu Carlos Barbosa também necessitava de qualificação, “(...) a gente andava por todas as peças, caminhava nos tapetes, as pessoas tocavam nas cortinas, porque a gente não sabia muito como é que era, tinham as roupas expostas e as pessoas tocavam, faziam o que queriam (...)” (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011). Nesse sentido, o SEBRAE atuou na organização do museu para atender aos visitantes e na elaboração de um folder que contava a história da residência do Dr. Carlos Barbosa.

A divulgação da cidade também foi realizada com o auxílio do SEBRAE, nos meios de comunicação visual e impresso, como, por exemplo, na revista *Trânsito Livre* (Figura 36), distribuída pela concessionária Ecosul, responsável pelas praças de pedágio da região sul do Rio Grande do Sul.

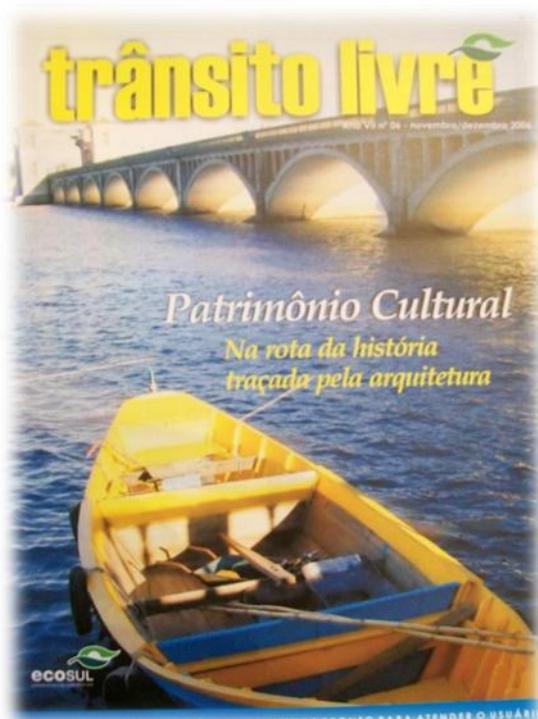


Figura 36 - Revista Trânsito Livre, ano 2006.
Fonte: Acervo pessoal de Carmen Lúcia Passos.

Outro projeto que abrangeu Jaguarão, ainda por meio da Agência de Desenvolvimento da Costa Doce, foi o Artesanato Mar de Dentro, que tem como público alvo os grupos da zona rural, da periferia urbana e da colônia de pescadores. De acordo com o site oficial, são os objetivos do projeto:

(...) fortalecer núcleos de artesanato; promover o associativismo e o cooperativismo; buscar a sustentabilidade financeira; apoiar a criação, produção e comercialização de produtos diferenciados e qualificados, com forte identidade regional, elaborados nas categorias de biscuit, bordados, costura, crochê, madeira, lã, couro, escamas, couro de peixes e fibras naturais, de forma a ampliar a comercialização dos produtos artesanais, gerando aumento de renda aos artesãos participantes do projeto.

Em Jaguarão, o projeto trabalhou em conjunto com a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), na qualificação do artesanato em lã⁹⁴, realizado pela Associação de Artesões. De acordo com Carmen Lúcia:

(...) antes cada um fazia do seu jeito a lã crua, os seus desenhos, as peças que eram feitas. Depois do trabalho, eles começaram a ter uma exposição diferenciada, porque eles começaram a trabalhar com os motivos, como das portas de Jaguarão, dos pisos. O Teatro Esperança tem um piso muito bonito (...). É a maneira de levar o nome de Jaguarão, é um dos grandes potenciais que Jaguarão tem. É a função do artesanato (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

O vínculo entre os artesãos da lã de Jaguarão e a Agência de Desenvolvimento da Costa Doce continua atualmente através do projeto Ladrilã⁹⁵.

Na época, a Casa de Cultura também tinha alguns cursos, de acordo com a entrevistada. Eram aproximadamente 30, pagos e gratuitos. Havia também dois bolsistas escolhidos pelo critério salarial, que podiam ter até três faltas, pois com “mais de três faltas eram substituídos, pois havia uma lista de espera”, comenta Carmen Lúcia.

(...) Então surgiram outros tipos de artesanatos, pelos cursos que eram dados na Casa de Cultura. A gente tinha cerâmica, a gente tinha parceria com os professores uruguaios. A gente chegou a ter, para um curso, um professor de Montevideú. Um curso de que até eu tenho algumas peças aqui, que parece um alumínio (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

⁹⁴ A ovinocultura é um setor destacado nesta região do Estado.

⁹⁵ A ação é impulsionada pelo SEBRAE/RS, SEBRAE Nacional, Fíbria - com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e EMATER. Para maiores informações: www.ladrila.com.br.

Outro desdobramento da atuação do SEBRAE, por meio da Agência de Desenvolvimento da Costa Doce, foram os seminários “Eclétismo Arquitetônico no Sul: Jaguarão”, que ocorreram anualmente de 2005⁹⁶ a 2008 (Figura 37). De acordo com Carmen Lúcia, as atividades como oficinas ou palestras ocorriam no Teatro Esperança e na Casa de Cultura. Também havia um espaço na programação para a realização do roteiro e para compras nos *Free Shops*: “(...) então a gente fazia divulgação, além de viajar e ir às faculdades, ir às prefeituras convidar, a gente botava na internet e as pessoas vieram, os alunos vieram e se encantaram de estudar o que é a beleza que Jaguarão tem” (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

ARQUITETURA da COSTA DOCE Jaguarão

SEMINÁRIO DE ARQUITETURA ECLÉTISMO NO SUL JAGUARÃO

19 a 21 de agosto de 2005

PROGRAMAÇÃO

19 de agosto Sexta-feira

Tarde

14h - 18h **Credenciamento**
Clube Harmonia

15h, 16h, 17h **Visitas Guiadas***
Inscrições e saída: Clube Harmonia
a) Roteiro de Arquitetura de Jaguarão
b) Museu Carlos Barbosa
c) Oficina Prof. Sylvio Arnaldo Dick - Jantzen - UFPEl

19h **Abertura**
Teatro Esperança
Apresentação Roteiro de Arquitetura de Jaguarão - SEBRAE-RS

19h30min **Conferência**
Eclétismo no Brasil
Prof. Andrey Rosenthal Schlee UNB - Brasília.
Apresentação:
Prof. Maturino Luz-Centro Universitário Ritter dos Reis POA.

20h30min **Coquetel**
Clube Harmonia
Abertura **Exposição Jaguarão Antigo:** arquitetura/atividades/feitas com Instituto Histórico de Jaguarão.

20 de agosto Sábado

Manhã

Local: Teatro Esperança
8h30min **Panel: Arquitetura e História**
- Sérgio da Costa Franco Porto Alegre.
- Pro^a Célia Gonçalves- Pelotas UCPel
Apresentação: Vladimir Roman - SEBRAE-RS

10h **Chimarrão**

10h30min **Panel: Arquitetura e Turismo Cultural**
- Arq. Wilson Marcelino Miranda Pelotas UFPEl.
- Consultora Jussara Arguelo SEBRAE Pelotas
Apresentação: Luiz Antonio Custódio IPHAN/ Ritter

11h30min **Panel: Arquitetura, Educação e Preservação**
- Prof^a Ana Lúcia Costa de Oliveira Pelotas UFPEl.
- Arq. Gustavo Aller Maisonave Prefeitura de Montevídeo.
Apresentação: Debora Magalhães da Costa - IPHAI.

12h30min **Almoço Livre**

Tarde

14h, 15h, 16h, 17h - **Visitas Guiadas***
Saída: Clube Harmonia
d) Roteiro de Arquitetura de Jaguarão
e) Museu Carlos Barbosa
f) Oficina Prof. Sylvio Arnaldo Dick Jantzen - UFPEl
g) Instituto Histórico e Igreja Mineirina

20h **Jantar CTG**
Apresentação do Chasque Farroupilha. Artesanato & Música

24h **Festa Livre** Boate Clube Harmonia

21 de agosto 2005 Domingo

Manhã

9h30min **Visitas Guiadas**
Saída do Hotel Sinuelo - Ônibus Los Hermanos
h) Ruínas da Enfermaria Militar, Orla do Rio Jaguarão, Mercado Público, Ponte Internacional Mauá, Rio Branco.

11h **Compras no Free-Shop**

12h30min **Almoço de despedida, livre.** Suggestão: Parrillada Oassi - Rio Branco - Uruguai e restaurantes Jaguarão

Tarde

15h **Retorno**

Informações:

***Hospedagem:**
Hotel Sinuelo - (53) 3261.1934 Hotel PY - (53) 3261.1000
Hotel Fronteira - (53) 3261.2331 Hotel Rios - (53) 3261.8508
*não incluso na taxa de inscrição.

Investimento: R\$ 20,00 incluso: Visitas Guiadas, Ingressos ao Museu Carlos Barbosa, Coquetel, boate clube Harmonia e Jantar CTG.

Inscrições
www.fecomercio-rs.org.br/jaguarão/seminarioarquitetura
Fone (53) 3261.5100 Fone/Fax - (53) 3261.2400 - 3261.1335

*As visitas duram 1 ½ hora, são acompanhadas por guias de turismo e arquitetos locais. Grupos de 15.

Figura 37 - Folder de divulgação do 1º Seminário.

Fonte: Acervo pessoal de Ana Oliveira.

Segundo a entrevistada, esse conjunto de ações fez com que a população despertasse. Alguns moradores do centro passaram a pintar suas casas e permitir a visitação:

(...) batia na porta: “fulaninha”, nós viemos mostrar tua casa. Aqui na XV, tem a loja Mi Casa, o forro daquela casa é maravilhoso, (...) e eu batia e dizia: “Márcia eu estou com umas pessoas aqui que querem visitar a tua

⁹⁶ Ano em que foi lançado o roteiro Eclétismo Arquitetônico no Sul.

casa". "Lucinha nem arrumei o quarto, mas tu entras assim mesmo" (risos) Era coisa pitoresca que começou a acontecer, era a maneira de nós mostrarmos. (...) Assim começou, muito amador (...) (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

Em relação à preservação do patrimônio, a entrevistada lembra que houve tentativas de tombamento da Ponte Internacional Mauá, de elaboração de projetos de restauro para a antiga Enfermaria Militar, para o Teatro Esperança e Mercado Público. No entanto, os projetos não foram aprovados. Em entrevista, Carmen comenta o caso do Mercado Público:

(...) [Em] algumas peças a gente arrumou o forro, pintou até, porque fizemos alguns eventos lá. A gente inclusive fazia exposição de artistas plásticos, eventos da cidade, como Aniversário do Município, o Natal Luz, que foi um projeto nosso também. Inauguramos lá também a Casa do Artesão (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

Para Carmen, Jaguarão começou a despertar para o turismo após a parceria da Prefeitura com o SEBRAE. A transformação iniciou dentro da própria estrutura administrativa, pois a instituição realizava palestras e cursos de aperfeiçoamento destinados aos funcionários da Secretaria de Cultura e Turismo e de outras secretarias afins.

Durante toda entrevista, Carmen ressalta a participação de diferentes entidades na realização das atividades da Secretaria de Cultura e Turismo, no período em que ela esteve no cargo, tais como a Mão Branca, o CTG Rincão da Fronteira, o Museu Carlos Barbosa, a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, dentre outras.

Eu acho que é isso. Eu queria dizer que nós tivemos sempre a participação da comunidade. Assim, toda a vez que eu falo, eu agradeço Jaguarão. Tudo que se pediu, tudo que se fez, Jaguarão respondeu à altura, das entidades, grandes parceiras, a Câmara de Vereadores. Dois prefeitos maravilhosos. Então, assim, nós, na Casa [de Cultura], começamos sem saber muita coisa. Mas, com a colaboração de todo mundo, de todo mundo mesmo (...). E o Turismo só anda se a gente fizer isso, se trabalharmos unidos, porque é uma coisa que é pra todo mundo, todo mundo tem que gostar, não adianta ficar só com a Casa de Cultura, por exemplo, com a Secretaria, o resto tem que se abraçar para acontecer (Entrevista de Carmen Lúcia Corrêa Passos, 2011).

Em relação à trajetória do turismo na cidade, outra consequência importante ocorreu com a criação dos Free Shops, pois surgiram rapidamente novos estabelecimentos, sobretudo hotéis, pousadas e restaurantes. De acordo com o

Dossiê (2010), a justificativa do tombamento está centrada na necessidade de proteção do conjunto arquitetônico e paisagístico, pois esta expansão imobiliária poderá ocasionar efeitos negativos, como a substituição do patrimônio arquitetônico ou sua descaracterização e falta de compromisso com o restante do conjunto urbano.

Assim, o turismo é apresentado como uma atividade que pode ameaçar a preservação do patrimônio arquitetônico, mas, por outro lado, é visto também como um agente no desenvolvimento econômico local, caso a arquitetura esteja preservada como conjunto.

Neste sentido, um dos grandes desafios a serem enfrentados, tanto pelo município de Jaguarão quanto pelo IPHAN, é transformar o patrimônio cultural da cidade em um instrumento de desenvolvimento sustentável, não excluindo as necessárias adaptações à contemporaneidade, mas valorizando o que a cidade possui de diferencial, que pode e deve funcionar como um incremento ao seu desenvolvimento com qualidade (DOSSIÊ, 2010, p. 12).

Com o Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico, a cidade ganha um selo de qualidade por ter seu conjunto arquitetônico preservado e passa a ser projetada no cenário nacional. Recentemente, o IPHAN realizou os contatos necessários para que a cidade fosse divulgada nas revistas de bordo, na “*Voe Trip*” (Figura 38) e no “*Almanaque Brasil da Tam*”. De acordo com Alan Melo, a divulgação da cidade como patrimônio brasileiro, que possui um conjunto arquitetônico preservado, repercute entre os moradores da cidade, criando assim uma atmosfera de otimismo, de que as coisas estão acontecendo e vão melhorar.



Figura 38 - Reportagem sobre Jaguarão na Revista Voe – *Trip* Linhas Aéreas.
 Fonte: <http://www.voetrip.com.br/revista/default.aspx?Revista=27>

O prefeito Cláudio Martins e o secretário Alencar Porto nos lembram que a imagem da cidade na mídia, por muito tempo, esteve vinculada ao contrabando, a catástrofes naturais, como as enchentes, ou mesmo a problemas econômicos.

Para eles, esse processo de mudança de imagem coloca Jaguarão no patamar de um das cidades mais antigas do Estado, que tem um patrimônio arquitetônico conservado em virtude da própria estagnação econômica. O tombamento também trouxe o que Cláudio chama de “fôlego”, em relação à captação de recursos para projetos. Nas palavras dele:

(...) nos abre mais portas, para nós buscarmos projetos [para a cidade], que transversalizem com essa política, o que é uma necessidade, porque não dá pra simplesmente fazer o Tombamento do Centro Histórico e não termos políticas públicas de incentivo a programas relacionados à questão da cultura e, portanto, ao turismo de um modo geral (Entrevista de José Cláudio Ferreira Martins, 2011).

Vimos nas discussões teóricas que o fator econômico contribui para a criação da imagem turística da cidade, onde nem sempre representa as identidades das comunidades, e, sim, busca vender o que atrai o turista.

Em Jaguarão, esse fenômeno não é totalmente visível. A questão do desenvolvimento econômico está muito mais no discurso do que efetivamente nos investimentos externos. Retomando os contextos citados por Ballart (2001),

percebemos que o econômico até o momento não esteve diretamente ligado às ações de preservação, situação que poderá mudar caso não haja mecanismos de participação social e envolvimento de grupos locais.

Através das entrevistas com os moradores, percebeu-se que existe um sentimento de pertencimento em relação ao conjunto arquitetônico presente na paisagem. As pessoas de fato se identificam com os prédios antigos.

Daí surge outra questão, suscitada outrora (ZORZI, 2009). Os bens mais citados como patrimônio cultural são os atrativos mais visitados. Sendo assim, os atrativos turísticos, por serem visados pela mídia e pela iniciativa pública e privada, tornam-se bens patrimoniais para a população local? Ou, inversamente, o patrimônio cultural local, pelo seu valor simbólico, transforma-se em atrativo turístico?

A partir da confluência de diferentes técnicas de pesquisas, acredita-se que as ações de preservação do patrimônio desenvolvidas a partir de 1982 criaram um sentimento de pertencimento em relação a alguns bens isolados, como a Ponte Internacional Mauá, o Teatro Esperança e a antiga Enfermaria Militar, como também ao conjunto arquitetônico, pois faz parte do cotidiano das pessoas e da paisagem. A partir dessa mobilização, alguns bens foram protegidos e transformados em atrativos turísticos, de modo que, atualmente, a ideia de atratividade acompanhou o próprio conceito de paisagem cultural, já que com o tombamento a cidade passa a divulgar ao mesmo tempo o conjunto e os bens isolados.

4.3 Um panorama do futuro

Jaguarão atualmente encontra-se com seu conjunto arquitetônico tombado na categoria de patrimônio histórico-paisagístico. Foi observado, em campo, que os turistas que usam a infraestrutura turística da cidade passam a maior parte do tempo nos *Free Shops* uruguaios, e, no curto período que se encontram no território brasileiro, registram a arquitetura do centro e visitam o Museu Carlos Barbosa.

A infraestrutura hoteleira cresceu muito nos últimos anos, principalmente com a criação de pousadas. Hoje a cotação do dólar está favorável para que os brasileiros se desloquem para comprar nos *Free Shops*, ou mesmo parar em Jaguarão para realizar compras, ainda que, o destino principal seja Montevideu ou as praias do litoral uruaio. No entanto, a situação pode mudar. Como a cidade se sustentará caso o dólar aumente?

Como vimos nas entrevistas, a criação do Centro de Interpretação do Pampa e o tombamento trazem esperanças em relação à fixação do turista na cidade. No entanto sabemos que este turista que compra nos *Free Shops* se desloca, em sua maioria, para um único fim.

A partir da análise da trajetória das ações de preservação do patrimônio e do desenvolvimento do turismo, alguns aspectos em relação a essas duas áreas foram evidenciados.

Os prédios históricos tombados no conjunto arquitetônico do centro são em sua maioria residências onde vivem pessoas com alto poder aquisitivo, diferentemente dos casos do Recife Antigo e *La Boca*, por exemplo. O patrimônio arquitetônico, por ser em sua maioria particular, torna a realização da atividade turística difícil, do ponto de vista de implementação. Outra dificuldade diz respeito ao público, que em sua maioria não se interessa pela contemplação ou visitação desses espaços quando não possuem um atrativo complementar, como, por exemplo, a venda de artesanato.

Como foi discutido no capítulo I, os bens e os serviços culturais têm uma variada gama de usos e não foram ou não são criados para fins turísticos. Uma soluço para tal conjuntura seria retomar os eventos de arquitetura na cidade, com espaço para que alunos apresentem trabalhos, realizem exposi oes, oficinas e percorram os setores ou as zonas de preserva o, o que de certa forma incentivaria também a cria o de hospedagens alternativas, como *hostel*.

Nesse sentido, faz-se urgente a capta o de recursos para a sinaliza o turística, pois este tipo de turismo, onde em sua maioria o visitante não tem acesso   entrada do prédio, apenas   fachada e   visão da paisagem, requer informaçoes importantes, como data de constru o, usos, etc.

Com base nas discussões teóricas, acredita-se que a arquitetura sozinha não supre as diferentes motiva oes que os turistas têm. Desta forma, a dinamiza o da oferta turística pode auxiliar na fixa o do turista na cidade, vide alguns casos apresentados no capítulo I, onde, por falta de planejamento, além de colocar em risco o patrimônio arquitetônico, a atividade turística também não respondeu as expectativas econ micas dos municípios.

O rio Jaguarão nesse sentido poderia ser um agente de dinamiza o da oferta não são turística como de lazer, a partir de melhorias de infraestrutura, ideia

essa já presente no Projeto Jaguar, e evocada também nas entrevistas com os moradores.

Em relação à pesquisa e planejamento, a parceria da UNIPAMPA com a Prefeitura Municipal pode se estender através da criação de um observatório de turismo, espaço destinado à preparação dos alunos para o mercado de trabalho, para a gestão e planejamento turístico.

É importante salientar que, diferentemente de alguns casos estudados no capítulo I deste trabalho, em Jaguarão o conjunto tombado compreende bens isolados que não estão inseridos no chamado “centro histórico”, pois situam-se em diferentes pontos da cidade. Desta forma, a **fragmentação** entre os bairros pode ser minimizada a partir da elaboração de políticas públicas descentralizadas, ou seja, que contemple outras áreas que não somente a central.

No entanto, estudos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL constataram recentemente que a cidade, assim como outras, está se expandido indiscriminadamente para áreas periféricas⁹⁷. Ou seja, o centro urbano é formado por casas mais antigas, habitadas por poucas pessoas, mas com alto poder aquisitivo. Nos bairros do entorno, com maior número de população residente, e de menor poder aquisitivo, há um progressivo crescimento descontrolado que gera problemas urbanos sérios.

Isso nos remete às discussões teóricas de que é necessário que haja uma adequada ordenação territorial e urbanística que dialogue com o desenvolvimento do turismo e com a preservação do patrimônio cultural. Além disso, os investimentos não podem se localizar apenas nas zonas turísticas ou nos setores de proteção, a melhoria da qualidade de vida não deve se restringir a apenas alguns bairros, pois isso poderia potencializar a fragmentação, que está em curso, e a consequente desigualdade entre os bairros.

Com a construção do Centro de Interpretação do Pampa nas ruínas da antiga Enfermaria Militar, o Cerro da Pólvora, num futuro próximo, será visado por empresários, pois as ações de preservação do patrimônio cultural modificam a rentabilidade dos usos do solo. Desta forma, fazem-se necessárias políticas sociais, para a área e, sobretudo, é imprescindível que a comunidade do entorno possa estar inserida no desenvolvimento do turismo e nas possíveis melhorias que virão. Há que

⁹⁷ Informação obtida na oficina **Futuro de Jaguarão: desenho urbano e cenários de futuro**, ministrada pelo professor Maurício Couto Polidori, no dia 13 de outubro de 2011.

se pensar em formas de capacitar e preparar essas pessoas, para atender o fluxo de turistas, e, principalmente, em projetos de melhoria da qualidade de vida dos moradores.

No capítulo I, discutiu-se sobre o quão complexo é inserir no que chamamos de patrimônio as várias identidades presentes numa cidade. Acredita-se que as ações de preservação do patrimônio realizadas em Jaguarão aconteceram em função das reivindicações de alguns grupos. No entanto, pode-se trabalhar agora no sentido de ampliar as narrativas e os repertórios patrimoniais. A zona rural, por exemplo, “esconde” bens que contam uma parte da história da cidade referente ao ciclo charqueador e às estâncias fortificadas, que merece ser conhecida e acrescida ao discurso sobre as construções horizontais preservadas, na área urbana da cidade.

Alguns professores e alunos dos cursos de história e turismo da UNIMPAMPA já realizaram algumas visitas técnicas a esses locais, com o intuito de elaborar projetos. Para a atual assessora de Patrimônio e Turismo, Andréa da Gama Lima, o primeiro passo é o diálogo, é conhecer a realidade para se montar propostas. A entrevistada complementa afirmando que *“a partir deste conhecimento a gente começa a pensar em políticas de preservação”* (Entrevista de Andréa da Gama Lima, 2011).

Como visto no capítulo I, os efeitos da inclusão de um bem na lista são de natureza diversa, mas vinculam-se principalmente à consolidação dos locais como destino cultural e turístico e à facilitação da captação de recursos. Discutiu-se também que, para preparar uma cidade para o turismo, é necessário conhecê-la, ou seja, para que o sítio seja interpretado é necessário, como nos lembra Troitiño Vinuesa, uma quádrupla contextualização.

Em primeiro lugar, temporal, conhecer os ciclos evolutivos da cidade; em segundo, espacial, buscando evidenciar a singularidade de cada núcleo e de compreender sua diversidade interna; em terceiro lugar, funcional, para compreender as interdependências e evidenciar a multifuncionalidade da cidade histórica; e, em quarto, cultural, em relação com sua revalorização simbólica, e, em alguns casos, com sua mitificação (TROIÑO VINUESA, 2003, p.132).

Através da análise dos projetos e publicações das ações de preservação do patrimônio, verificou-se a necessidade de pesquisas e contextualizações sobre a cultura local, sobre os lugares que são apropriados pelos moradores, sobre os

pensamentos das pessoas e seus anseios, onde a diferença está nos discursos locais, na cultura viva, e não na ideologia do espaço no planejamento do território (PAES, 2010).

Daí advém à necessidade da realização dos informes de impacto social e, em termos de Estatuto das Cidades, do Estudo de Impacto de Vizinhança⁹⁸, não só para conhecer a dinâmica atual, como também para prever situações de risco ou minimizar problemáticas, tal como ocorreu no diagnóstico realizado em Quito.

Serão apresentados aqui dois exemplos para ilustrar a situação. Primeiro o projeto que o município assumiu de refuncionalização do Mercado Público de Jaguarão (Figura 39), onde mais uma vez o arquiteto Marcelo Ferraz, da empresa Brasil Arquitetura, foi contratado. Uma parte da verba para a realização do projeto foi repassada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, outra, pelo município.

Segundo Alan Melo, o arquiteto responsável propõe que o bem, hoje praticamente desocupado, seja transformado em um espaço de serviços turísticos, com bares e restaurantes, estando estritamente vinculado ao fluxo de turismo que frequenta os *Free Shops* uruguaios. Nas palavras dele, “(...) não é os usos tradicionais do mercado, é mais ligado à questão de cultura, turismo e hospitalidade, enfim, é o que está se desenhando, alimentos e bebidas, essas áreas mais ligadas ao turismo, e à própria comunidade (...)” (Entrevista de Alan Dutra de Melo, 2011).



Figura 39 - Vista lateral do Mercado Público.
Fonte: Autor Ricardo Calovi, fevereiro de 2007.

⁹⁸ Do artigo 36 a 38, presentes no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), apresenta-se a proposta do Estudo de Impacto de Vizinhança. Sua aplicabilidade está associada à análise dos impactos que empreendimentos e atividades privadas ou públicas, definidos em lei municipal, poderão provocar nas áreas urbanas onde são propostos.

Alan argumenta que o projeto não é destinado apenas aos turistas, mas inclui também serviços que serão importantes para a relação e o convívio diário entre professores, estudantes e técnicos da UNIPAMPA.

O projeto prevê uma “limpeza” na paisagem (Figura 40), que exige a retirada de alguns prédios que estão há mais de 60 anos no cotidiano das pessoas. De acordo com o site oficial da empresa Brasil Arquitetura, um dos objetivos do projeto é a “requalificação urbana de todo o entorno a partir da abertura da frente ribeirinha, com a demolição das construções que hoje obstruem a vista e o acesso pleno ao rio Jaguarão”.

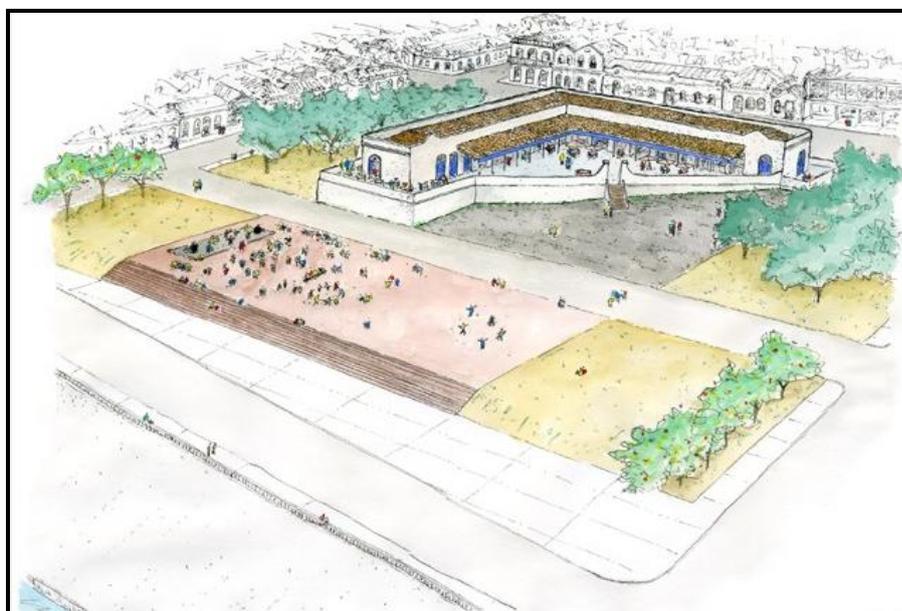


Figura 40 - Croqui do projeto do Mercado Público.
Fonte: Capturado do site Brasil Arquitetura.

Desta forma, se aprovado o projeto, haverá a retirada da usina da CEE⁹⁹, uma das primeiras do estado, que gerou energia elétrica para Rio Branco e Jaguarão (Figuras 41 e 42) e que hoje resiste ao tempo nas margens do rio Jaguarão.

⁹⁹ De acordo com Gunter (1998), a usina elétrica de Jaguarão entrou em atividade no dia 14 de julho de 1901, sendo a quarta usina do estado, com 100 HP de potência. Buscando contornar a carência de recursos financeiros, a Cia. Luz Elétrica Jaguareense S.A., responsável pela administração do empreendimento, construiu uma fábrica de gelo, comercializando sua produção, e banheiros públicos, que podiam ser alugados pela população, especialmente pelos banhistas das praias do Rio Jaguarão. Desta forma, segundo o autor, a empresa estendeu suas linhas de transmissão à Vila de Artigas (hoje cidade de Rio Branco), no Uruguai.



Figura 41 - Usina Elétrica de Jaguarão, sem data.
Fonte: Instituto Histórico Geográfico.



Figura 42 - Usina Elétrica de Jaguarão desativada.
Fonte: Autor Lino Corrêa, março de 2009.

Segundo o secretário Alencar Porto, as gestões anteriores retiraram tudo que havia no prédio. Questiona ele: “(...) *um galpão com telha de ermelim e outra de zinco. O que tem de patrimônio? O patrimônio foi tirado dali*”¹⁰⁰ (Entrevista de José Alencar de Oliveira Porto, 2011). Outro prédio que será retirado é o do posto de saúde e possivelmente algumas figueiras.

Desta forma, ao mesmo tempo em que a gestão pública repudia a transformação do centro histórico em uma “casa de bonecas” congelada para turista ver, ignora a existência de um prédio que faz parte da história da cidade, que também poderia ser transformado em um museu, ou centro cultural, ideias já mencionadas por moradores em um fórum da internet¹⁰¹.

A comparação entre a foto da década de 1930 (Figura 41) e a atual (Figura 42) mostra que, ao longo de oito décadas, este prédio, que é um importante exemplar do patrimônio industrial local, que evidencia a adoção do traçado mais retilíneo do Art Déco nos prédios ligados à infraestrutura, e que cronologicamente marca o abandono do rebuscado do Ecletismo nos anos 30, manteve sua volumetria geral e preservou a sua fachada, com sutis alterações nos gradis do muro, parcialmente cobertos. Causa-nos espécie pensar que uma intervenção preservacionista, positiva no que se refere à valorização do Mercado Público, não

¹⁰⁰ É importante salientar que o entrevistado afirmou estar aberto ao diálogo sobre esta questão, podendo assim, mudar de opinião a respeito do projeto e da retirada da usina.

¹⁰¹ Para maiores informações:

<http://www.mazungue.com/angola/index.php?page=Thread&threadID=941&pageNo=4257>.

leve em consideração o potencial histórico, cultural e patrimonial do prédio da Usina elétrica.

Muitas perguntas surgem a partir deste contexto: nas atuais ações de refuncionalização, quem escolhe o que é patrimônio cultural? Em que medida as propostas estão sendo pensadas para o desenvolvimento do turismo e como estão sendo planejadas a partir dos anseios dos moradores? Qual é o patrimônio arquitetônico que interessa? A audiência pública dará conta da complexidade do assunto?

Outro exemplo é o de refuncionalização da Enfermaria Militar. Em janeiro de 2011, durante as escavações arqueológicas na área das ruínas da antiga Enfermaria Militar, a equipe de campo do Instituto de Memória e Patrimônio, responsável pelos trabalhos, se propôs a estabelecer um diálogo com diferentes grupos que frequentam aquele espaço, ou que ocuparam o local em outros períodos, exercendo diferentes atividades.

Desta forma, foi possível observar e registrar os diferentes usos e significados atribuídos ao espaço que abrigará o futuro Centro de Interpretação do Pampa.

Realizou-se entrevistas com seis pessoas que frequentaram o prédio em diferentes períodos e contextos. Esses relatos além de abordarem as diferentes funções de cada sala e detalhes importantes para a pesquisa arqueológica como o local de descarte do lixo, modificações e aspectos estruturais da construção, demarcam bem os significados atribuídos ao espaço. Também foi possível, identificar a relação geracional que algumas famílias possuem com o prédio da Enfermaria. Para ficar em um exemplo, Lenita, Gregório e Bob Araújo, uma família que se apropriou do espaço de diferentes formas. Para eles, o prédio guarda diferentes lembranças, enquanto espaço de trabalho, de aprendizagem, de lazer, etc.

Em relação aos usos atuais, durante a pesquisa arqueológica, *in loco*, foram registradas as funcionalidades do espaço, através da observação e registro do cotidiano dos moradores, atendo-se para os significados atribuídos a esse bem.

Os diferentes horários de trabalho da equipe de arqueólogos possibilitaram também observar a movimentação das pessoas, a rotina e as atividades em diferentes períodos do dia. Nesta observação, captaram-se vivências variadas e suas diversas formas de interagir com o prédio e seu entorno. Revelaram-se atores

os mais variados: vizinhos, moradores de bairros, famílias, jovens casais, namorados, turmas de adolescentes e crianças; transeuntes, turistas; usuários diurnos e noturnos; intelectuais, políticos, acadêmicos. Desnudou-se um repertório de práticas cotidianas as mais diversificadas: tomar chimarrão, cantar ao som de um violão, pagodear com amigos, apreciar o entardecer, deixar o gado pastar, brincar, jogar bola (Figura 43), estender roupa no varal (Figura 44), caminhar sobre os muros, derrubar muros, vandalizar, levar pedaços da enfermaria, beber, consumir drogas, namorar, transar (PEIXOTO et al., 2011).



Figura 43 – Meninos jogando bola no pátio da enfermaria.

Fonte: A Autora, janeiro de 2011.



Figura 44 - Varal de roupas no pátio da enfermaria.

Fonte: A Autora, 2011.

De acordo com Peixoto et al. (2011), a observação e a conversa com estes usuários permitiram não somente registrar o regime de usos do espaço, bem como as instâncias subjetivas projetadas sobre o passado, o presente e o futuro: a curiosidade pela história do prédio e pelas escavações, o gosto pelo uso (ou o desprezo pela ruína) no presente, e as expectativas ou inseguranças com relação ao destino futuro do bem restaurado.

O relatório desse trabalho foi entregue ao IPHAN em setembro de 2011. Nele há a proposta de que, de forma seletiva, seja feita a restauração de algumas obras do grafiteiro Bob, e que, mais ainda, se pensem estratégias para não se interromperem formas atuais de uso do prédio: como o seu uso por populares para apreciar o crepúsculo, tomar chimarrão ao final de tarde, reunir amigos para tocar pagode, namorar.

Fica a pergunta sobre a forma como as ações de refuncionalização levam – ou deixam de levar – em consideração estas realidades sociais e culturais reveladas pelos depoimentos orais e pela observação etnográfica, além de outras realidades que ainda estão abafadas. Os exemplos de refuncionalizações do Mercado Público e das ruínas da Enfermaria Militar marcam uma nova fase de ações de preservação do patrimônio cultural que merece um olhar cauteloso e sensível para as questões que envolvem os usos e as lembranças. O conhecimento dos processos sociais de apropriação dos lugares é fundamental para o norteamento das políticas de preservação, pois “é nos lugares apropriados pela vida cotidiana que brotam, florescem e frutificam as raízes do pertencimento” (ARANTES, 2006, p.57).

Há que se buscar um equilíbrio entre as reivindicações dos grupos e a ação de especialistas, legisladores e técnicos, pois construir e manter um depósito de conhecimentos, documentos, objetos e expressões que não representam a cultura viva do conjunto da sociedade não se sustenta mais frente aos problemas consequentes, “(...) de um patrimônio tomado como uma ideologia, sobretudo ideologia do espaço no planejamento do território” (PAES, 2010, p.24).

Considerações finais

Pesquisar a relação entre turismo e patrimônio cultural é sempre uma tarefa delicada e ambígua, sobretudo quando esse vínculo é balizado pela participação social. Buscou-se neste trabalho analisar o processo de institucionalização do patrimônio cultural em Jaguarão, por meio da descrição da trajetória das ações de preservação e sua relação com a constituição da atratividade turística.

Com base na política nacional de preservação do patrimônio cultural e das ações realizadas em Jaguarão, constatou-se que o IPAJ, PRIJ e o Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico acompanharam, em termos conceitual, normativo e metodológico, a trajetória do contexto brasileiro, que por sua vez seguiu os preceitos de instituições como a UNESCO.

O aporte teórico utilizado neste trabalho, que parte de pesquisas realizadas em cidades históricas, que sofreram transformações devido às ações de refuncionalização e desenvolvimento do turismo, nos mostra semelhanças e diferenças com a realidade encontrada em Jaguarão, sob dois aspectos.

O primeiro diz respeito ao modo como os bens culturais foram selecionados. O contato com a academia e a descaracterização e depredação dos prédios históricos da cidade mobilizou dois jovens moradores da cidade, e posteriormente a um grupo, que passaram a atuar, sob a forma de reivindicação social, pela preservação do patrimônio cultural. A interferência direta da academia ocorreu somente num segundo momento, voltada a trabalhos técnicos de organização das informações referentes aos prédios históricos e normatização do conjunto arquitetônico.

No entanto, a terceira fase, em andamento, focada nas refuncionalizações do Mercado Público e das ruínas da Enfermaria Militar, aproximam-se dos estudos de caso apresentados no capítulo I, pois propõem mudanças ou rupturas no cotidiano dos moradores e na relação deles com esses bens. Os impactos comuns dessa nova racionalização do espaço ainda não são claramente evidentes, mas se constituem em um importante campo para futuras pesquisas.

O segundo aspecto relaciona-se ao modo como a atividade turística interferiu na escolha do que é patrimônio cultural. Ao iniciar este trabalho havia uma hipótese norteadora, ainda que sutilmente apresentada nas discussões teóricas, de que a constituição da atratividade turística ocorre devido à influência do Estado e do mercado. Em Jaguarão, até o momento, apenas se trabalhou como turísticos locais que ganharam visibilidade por conta da mobilização do Grupo Jaguar e suas consequentes ações, de cunho técnico. A única efetiva interferência de agentes externos ocorreu no desenvolvimento do turismo, ocorreu por meio da consultoria do SEBRAE, onde foram trabalhadas diferentes frentes, desde a elaboração do roteiro arquitetônico até a qualificação da infraestrutura e mão de obra.

Desta forma, o município ainda não experimentou o “poder” do mercado de interferir no território ao ponto de causar impactos como a gentrificação ou especulação imobiliária, pois o turismo se encontra na fase inicial. Hoje ele não é representativo do ponto de vista econômico, os envolvidos com seus ganhos são apenas a hotelaria e os restaurantes. Boa parte do lucro “fica” do outro lado da ponte, nos *Free Shops*, ou melhor, para marcas como *Nike*, *Adidas*, *Lacoste*, *Absolut*.

No entanto, os exemplos apresentados no capítulo I, embora aparentemente diferentes de Jaguarão, nos mostram importantes indicadores de possíveis futuros impactos. Daí a necessidade de atrelar planejamento urbano e turístico à gestão do patrimônio, e de se desenvolverem metodologias de incorporação da participação nas tomadas de decisão.

Pelo conjunto de dados apresentado no capítulo III, percebe-se que até o momento não há rejeição ao conjunto de bens protegidos. No entanto, as refuncionalizações em curso apresentam problemáticas que necessitam passar pelo olhar sensível, pois propõem mudanças na paisagem cultural e, portanto, no cotidiano das pessoas. O universo simbólico dos grupos é complexo, diverso e conflitante, porém não deve ser ignorado. Os inventários e os tombamentos não dão conta das dinâmicas sociais, da cultura viva que reside nesse espaço.

Por meio das entrevistas foi possível perceber que a participação social é entendida pelos gestores do patrimônio cultural como consultiva e informativa, e não existem canais claros de participação direta. Tal constatação foi corroborada pelas entrevistas com os moradores de diferentes bairros, pois muitos não sabiam que a Enfermaria iria abrigar o Centro de Interpretação do Pampa. No entanto,

demonstraram indignação ao ver prédios como o Clube Jaguareense e a Igreja Matriz em estado de degradação. Além disso, denunciaram a ineficácia das associações de bairro e manifestaram interesse em participar das escolhas e debates vinculados aos temas patrimônio e turismo.

A trajetória de constituição da política nacional de patrimônio cultural nos mostra que houve uma demora em se considerar o patrimônio enquanto paisagem cultural, em criar mecanismos de planejamento e gestão do patrimônio, e em inserir a cultura viva e a qualidade de vida das comunidades nas obras de refuncionalização. Em muitos casos há um descompasso entre a realidade local e a realidade do profissional contratado, que acaba propondo, tirando ou inserindo elementos que não se vinculam ao cotidiano das pessoas.

A semente foi plantada pelo Grupo Jaguar, o sentimento de pertencimento a alguns lugares foi transmitido, mas há que se re pensar as discussões de patrimônio cultural, turismo e diversidade, em sala de aula. As duas experiências de educação patrimonial, MEMORIAM e CAEP, nos mostraram que essas categorias ainda não estão totalmente presentes nas escolas. No entanto, o essencial, a vontade de conhecer a história, está presente nos educandos e educadores.

Embora o universo da globalização circule nos *Free Shops*, o sentimento de identificação de viver em uma cidade fronteiriça, com a arquitetura preservada com bens considerados símbolos como a ponte, a enfermaria, o teatro, entre outros, faz de Jaguarão um caso interessante para se repensar a relação entre turismo e patrimônio. E, mais importante que isso, para planejar um futuro diferente, com oportunidades para que esse não seja mais um caso de abordagem negativa.

Assim, com base no estudo, percebe-se que ainda há uma longa caminhada para se incorporarem os discursos autóctones e o planejamento turístico nas ações de preservação do patrimônio, pois na prática ainda prevalece a dissociabilidade entre turismo, patrimônio cultural e participação social.

Fontes

1 Fontes Escritas

Jornal A Folha, 24 de abril de 1980.

Jornal A Folha, 5 de junho de 1982.

Jornal A Folha, 7 de abril de 1984.

Jornal A Folha, 17 de novembro de 1984.

CARTA DE VENEZA, 1964. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=030B39F3BBB29CD0C11E5E870D162405?id=236>>. Acesso em: 12 jan.2011

CARTA INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL. 1999. Disponível em:<

http://www.quintacidade.com/?page_id=1321>Acesso em: 02 fev. 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Revista CapaCidades**, Brasília, 2011.

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em: 10 de março de 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

Dossiê de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Jaguarão.

Ministério da Cultura: IPHAN, Porto Alegre, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

Portaria nº 299 de 06/07/ 2004. Cria o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSH.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

Portaria nº 127 de 30/04/2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

Sistema Integrado de Gestão. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 12 de setembro de 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania.** Brasília, 2009.

NUNES, Valdo; GARCIA, Jorge, CASTELAR, Janice. **Projeto Jaguar**. Jaguarão, 1982.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de, SEIBT, Maurício Borges. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2005.
Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL, 1988.

PEIXOTO, Luciana da Silva; CERQUEIRA, Fábio Vergara. **Relatório Parcial**. Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar de Jaguarão (RS). Instituto de Memória e Patrimônio, Pelotas, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Lei 4682 de 19/12/2007**. Estabelece a Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão.

PROGRAMA MONUMENTA. **Histórico**. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/>. Acesso em: 14 fev. 2011.

TROITIÑO VINUESA, Miguel Ángel . **Primer Informe Asistencia Técnica para la Elaboración del Plan de Gestión del Barrio Histórico de Colonia del Sacramento, Área de Amortiguación, Bahía e Islas**. Universidad Complutense de Madrid - Madrid, 2011.

2 Fontes Orais

Depoimento de Andrea da Silva Rodrigues, em Jaguarão, em 17 de novembro de 2010 [Professora da escola Marcílio Dias].

Depoimento de Nataniel, em Jaguarão, em 17 de novembro de 2010 [Aluno da escola Marcílio Dias]

Depoimento de Bob Alex Araújo, em Jaguarão, em 10 de janeiro de 2011 [Artista]

Entrevista com Antônio Gonçalves, em Jaguarão, concedida à autora em 13 de dezembro de 2011, com duração de 8 minutos [Morador do bairro Mayer].

Entrevista com Airton Morales, em Jaguarão, concedida à autora em 12 de dezembro de 2011, com duração de 7 minutos [Morador do bairro Carvalho].

Entrevista com Alan Dutra de Melo, em Jaguarão, concedida à autora em 28 de abril de 2011, com duração de 54 minutos [Atualmente é professor da UNIPAMPA. Atuou durante dois anos, como diretor do Patrimônio Histórico, na SECULT].

Entrevista com Alcinda Porto, em Jaguarão, concedida à autora em 12 de dezembro de 2011, com duração de 11 minutos [Moradora do bairro Centro].

Entrevista com Ana Lúcia Costa de Oliveira, em Pelotas, concedida à autora em 28 de novembro de 2011, com duração de 78 minutos [Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFPEL].

Entrevista com Carmen Lúcia Corrêa Passos, em Jaguarão, concedida à autora em 26 de abril de 2011, com duração de 46 minutos [Diretora da casa de Cultura de Jaguarão de 1997 a 2009].

Entrevista com Ernesto Moraes, em Jaguarão, concedida à autora em 11 de dezembro de 2011, com duração de 7 minutos [Morador do bairro Lucas].

Entrevista com Geraldo Carvalho, em Jaguarão, concedida à autora em 10 de dezembro de 2011, com duração de 8 minutos [Morador do bairro Vencato].

Entrevista com Jamili Cruz, em Jaguarão, concedida à autora em 14 de dezembro de 2011, com duração de 13 minutos [Moradora do bairro Kennedy].

Entrevista com Jorge Arismendi Garcia, em Jaguarão, concedida à autora em 14 de dezembro de 2011, com duração de 54 minutos [Autor do Projeto Jaguar].

Entrevista com José Alencar de Oliveira Porto, em Jaguarão, concedida à autora em 20 de abril de 2011, com duração de 97 minutos [Secretário de Cultura e Turismo 2009-2013].

Entrevista com José Cláudio Ferreira Martins, em Jaguarão, concedida à autora em 28 de abril de 2011, com duração de 25 minutos [Prefeito de Jaguarão 2009-2013].

Entrevista com Lucas Feijó, em Jaguarão, concedida à autora em 16 de dezembro de 2011, com duração de 7 minutos [Morador do bairro Mutirão].

Entrevista com Nita Machado, em Jaguarão, concedida à autora em 11 de dezembro de 2011, com duração de 7 minutos [Moradora do bairro Carvalho].

Entrevista de Tânia Mendes, em Jaguarão, concedida à autora em 12 de dezembro de 2011, com duração de 8 minutos [Moradora do bairro Centro].

Entrevista de Valdir Cruz, em Jaguarão, concedida à autora em 11 de dezembro de 2011, com duração de 10 minutos [Morador do bairro Kennedy].

Entrevista com Valdo Dutra Alves Nunes, em Jaguarão, concedida à autora em 11 de dezembro de 2011, com duração de 70 minutos [Autor do Projeto Jaguar].

Referências

- ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. Patrimônio Cultural: Tensões e Disputas no Contexto de uma Nova Ordem Discursiva. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (orgs). **Antropologia e Patrimônio Cultural**. Diálogos e desafios Contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, p.263-286, 2007.
- ARANTES, Antonio Augusto. O patrimônio cultural e seus usos nas cidades contemporâneas. In: In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo. **Patrimônio: Atualizando o Debate**. 9ª SR/IPHAN. 240 p.:Il, 2006
- AYELÉN SOSA, Victoria. Planificación urbana y políticas de representación, el patrimonio como recurso de renovación urbana y espacio de confrontación en el casco histórico de Buenos Aires. In: *Scripta Nova*. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (71).Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-71.htm>>. [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 13 de ago. de 2011.
- AZEVEDO, Júlia. Cultura, patrimônio e turismo. In: IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, p. 133-147, 2002.
- BALLART, Josep. **Gestión del patrimonio cultural**. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 1998.
- BERTONCELLO, Rodolfo (org.). **Turismo y geografía**. Lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 254p., 2008.
- _____ Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. In: PAES, Maria Tereza Duarte Paes; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva, **Geografía, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, pp.33-54, 2010.
- CALLE VAQUERO, Manuel de la. **La ciudad histórica como destino turístico**. Barcelona (Espanha): Editorial Ariel, S/A, 2006.
- CARMAN, María. **Las trampas de la cultura: los “intrusos” y los nuevos usos del barrio de Gardel**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara; ZORZI, Mariciana; PEIXOTO, Luciana da Silva. Programa Regional de Educação Patrimonial da Fronteira Meridional do RS (Memoriar). Relatório Final (1ª parte): cidades de Aceguá, Arroio Grande, Bagé,

Capão do Leão, Cerrito e Jaguarão. In: **Revista Memória em Rede**, nº3, PPG Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPEL, Pelotas, 2010.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; ZORZI, Mariciana; PEIXOTO, Luciana da Silva. Preservação do Patrimônio Cultural e Formação de Multiplicadores: Curso de Educação Patrimonial com Professores de Jaguarão- RS (agosto a novembro de 2010). In: **Anais Eletrônicos do I Seminário de História e Patrimônio: Diálogos e Perspectivas**, pp. 510-532, FURG, Rio Grande, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2005.

CIFELLI, Gabrielle. **Turismo, patrimônio e novas territorialidades: Ouro Preto (MG)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

CORTÉS PUYA, Trinidad. **Recuperación del patrimonio cultural urbano como recurso turístico**. Tese de Doutorado, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2002.

COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina (MG)**. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 2009.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. **En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CUENYA, Beatriz. Grandes proyectos urbanos, cambios en la centralidad urbana y conflictos de intereses. Notas sobre la experiencia argentina. Trabajo preparado para ser presentado en el 2009 **Congreso de la Latin American Studies Association**, Rio de Janeiro, Brasil, 11 al 14 de junio de 2009.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração: diálogos entre a teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN**. Tese de Doutorado. FAUUSP, São Paulo, 2010.

DÍAZ PARRA, Ibán. Procesos de gentrificación en Sevilla en la coyuntura reciente. Análisis comparado de tres sectores históricos: San Luis-Alameda. Triana v San Bernardo (2000-2006). In: *Scripta Nova*. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 10 de noviembre de 2009, vol. XIII, nº 304. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-304.htm>>. Acesso em: 14 de agosto de 2011.

DUARTE, Jorge. Entrevistas em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

EDGERTON, J. **Procesos participativos en la estrategia de lucha contra la pobreza**. World Bank, 2000.

FERRAZ, Marcelo. Um Centro de Referência para o Pampa. In: **Arqtexto** 15, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: IPHAN, 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Caxias do Sul: Ed. UCS, 1980.

_____. **Gente e Coisas da Fronteira**: ensaios históricos. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira. O Patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. In: **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.9, n.1. Maringá, p.33-47, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**- 2.ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Los usos sociales del Patrimonio Cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. **Patrimonio Etnológico**. Nuevas perspectivas de estudio. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía. Pags: 16-33, 1999.

GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial: Utilização dos bens culturais como recursos educacionais. In: **Cadernos do CEOM**, Chapecó: Argos, n.12, p 159–180, 2000.

GÓMEZ SCHETTINI, Mariana. Del atractivo turístico auténtico a la construcción de autenticidad. Turismo y renovación urbana en el barrio de La Boca de la ciudad de Buenos Aires. In: BERTONCELLO, Rodolfo (org.). **Turismo y geografía**. Lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio, p. 21-29, 2003.

_____. Os Limites do Patrimônio. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. **Antropologia e Patrimônio Cultural**. Diálogos e desafios Contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, p.239-248, 2007.

GUNTER, Axt. Panorama da Participação da Iniciativa Privada Nacional no Setor Elétrico do Interior Gaúcho (1898-1947). **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, 1998.

HOLTORF, Cornelius. Can less be more? Heritage in the Age of Terrorism. **Public Archaeology**, (5): 2, 101-110, 2006.

HUYSEN, Andreas. En busca del tiempo futuro. In: **Medios, política y memoria**, Revista Puentes, año 1, N° 2. Argentina. Traducción: Silvia Fehrmann, diciembre 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. Seis tesis no convencionales sobre participación. In: **Instituciones y Desarrollo**. pp.132-170. Diciembre 1998.

LANZETTA, Máximo ; MARTÍN, Lucas G. El proceso de renovación urbana en el barrio de La Boca (Buenos Aires). Vulnerabilidad y organización social” (versión preliminar). - Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Argentina - “Prepared for delivery at the 2001 meeting of the **Latin American Studies Association**, Washington DC, September 6-8,2001”.

LEITE, Rogério Proença de Sousa. **Espaço Público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

LOWENTHAL, David. Why Sanctions Seldom Work: Reflections on Cultural Property Nationalism. **International Journal of Cultural Property**, (12): 393-423, 2005.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo. **Patrimônio: Atualizando o Debate**. 9ª SR/IPHAN. 240 p.:Il, p.33-76, 2006.

MESKELL, Lynn. Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology. **Anthropological Quarterly**, (75): 3, 557-574, 2002.

MOLINA, Sérgio. **Turismo: metodologia e planejamento**. (Coleção Turismo). Bauru, SP: Edusc, 2005.

MURTA, Stela M.; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 13-46, 2005.

PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultura, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico. In: BARTHOLLO, Roberto et al. **Turismo de Base Comunitária**:

diversidades de olhares experiências brasileiras. Rio de Janeiro: UFRJ; Letra Imagem, 2008.

_____ **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Anmablume, 2010.

PINO MARTÍNEZ, Inés del. **Centro Histórico de Quito**. Una centralidad urbana hacia el turismo. Ediciones Abya-Yala, Quito-Ecuador, 2010.

POULOT, Dominique. Um Ecosistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, pp. 26-43, 2008.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. In: **Cuadernos de Antropología Social**. Nº 21, pp. 17-35, 2005.

_____ La viabilidad turística del patrimonio. In: **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, vol.9, núm.2, abril, pp.249-264. Universidad de La Laguna. El Sauzal (Tenerife) Espanha, 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Diversidade cultural enquanto discurso global. Desigualdade & Diversidade. **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, v. 2, p. 199-233, 2008

SANTANA TAVALLERA, Agustín. **Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações**. Tradução Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo:Aleph, 2009 (Série turismo).

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Elementos Funcionais /Ornamentais & Ideologia, nas Composições de Fachadas do Eclétismo da Fronteira Meridional do Brasil: 1870-1931. In: **Anais do 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**. Transversalidades nas Artes Visuais. Salvador, Bahia, 2009.

SANTOS, Cristiane A.; CAMPOS, Antonio C. Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do turismo. In: Orgs. COREOLANO, Luzia N.; LIMA, Luiz C. **Turismo comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: Eduece, 2003.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e proteção jurídica**. 2 ed. Porto Alegre: Unidade Editorial,1999.

TAMASO, Izabela Maria. Relíquias e Patrimônios que o Rio Vermelho Levou...In: FILHO,Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (orgs). **Antropologia e Patrimônio Cultural**. Diálogos e desafios Contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, p.199-220, 2007.

TROITIÑO VINUESA, Miguel Ángel. Aranjuez: Patrimonio Cultural, recuperación urbana y turismo. In: **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**. Vol. Extraordinario pp. 495-518, 2002.

_____ La protección, recuperación y revitalización funcional de los centros históricos. In: **Colección Mediterráneo Económico: Ciudades, arquitectura y espacio urbano**. Número 3. Instituto de Estudios Socioeconómicos de Cajamar.131-160.2003

TRONCOSO, Claudia. Patrimonio, turismo y lugar: selecciones, actores y lecturas en torno a la Quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina) como Patrimonio de la Humanidad. In: **Cuadernos de Turismo**, nº 25, pp.207-227, Universidad de Murcia, 2010.

TRONCOSO, Claudia; ALMIRÓN, Analía. Turismo y patrimonio. Hacia una relectura de sus relaciones. In: **APORTES y transferencias**. Año 9, vol.1, 2005.

VELASCO GONZÁLEZ, María. Gestión Turística del Patrimonio Cultural: Enfoques para un Desarrollo Sostenible del Turismo Cultural. In: **Cuadernos de Turismo**, Universidad de Murcia. nº23, pp.237-253, 2009.

WHARTON, Glenn. Indigenous Claims and Heritage Conservation: an opportunity for critical dialogue. In: SILLAR, Bill; FFORDE, Cressida (eds.). Conservation, Identity and Ownership in Indigenous Archaeology. **Public Archaeology**, (4): 199-204, 2005.

ZORZI, Mariciana. **Atrativos Turísticos e Patrimônio Cultural na Fronteira Meridional do Rio Grande do Sul: O Olhar do Poder Público e da Comunidade Local nos Municípios de Bagé e Jaguarão**. Monografia de Conclusão do Curso de Bacharelado em Turismo, UFPEL, Pelotas, 2009.

Sites pesquisados

BRASIL ARQUITETURA. Disponível em <<http://www.brasilarquitetura.com/projetos.php?mn=7&img=004&bg=dwg&mn2=156#>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO. Disponível em: <<http://clube24.blogspot.com/>>. Acesso em: 14 de jan. de 2012.

COSTA DOCE. Disponível em: <<http://www.costadoce.com.br/>>. Acesso em: 12 de nov. de 2011.

SEBRAE-RS. Disponível em: <<http://www.sebrae-rs.com.br/>>. Acesso em: 2 de dez. de 2011.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DE JAGUARÃO. Disponível em: <<http://secultjaguarao.blogspot.com/>>. Acesso em: 20 de dez. de 2011.

VOETRIP. Disponível em: <http://www.voetrip.com.br/revista/default.aspx?Revista=27> Acesso em: 10 de jan. de 2011.

Apêndices

Apêndice A – Roteiro utilizado nas entrevistas com os moradores

Escolaridade	Sexo	Idade	Procedência	Renda
<input type="checkbox"/> Fundamental completo	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> 15-24	Local de nascimento:	<input type="checkbox"/> 1 SM
<input type="checkbox"/> Fundamental incompleto	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> 25-44		<input type="checkbox"/> até 4 SM
<input type="checkbox"/> Ensino médio completo		<input type="checkbox"/> 45-65		<input type="checkbox"/> de 4 a 6 SM
<input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto		<input type="checkbox"/> Acima de 65	Bairro em que reside:	<input type="checkbox"/> de 6 a 8 SM
<input type="checkbox"/> Superior completo				<input type="checkbox"/> de 8 a 10 SM
<input type="checkbox"/> Superior Incompleto			Local da entrevista:	<input type="checkbox"/> de 10 a 12 SM
<input type="checkbox"/> Pós-graduado				<input type="checkbox"/> de 12 a 15 SM
<input type="checkbox"/> Nunca estudou			Fotos:	<input type="checkbox"/> de 15 a 20 SM
				<input type="checkbox"/> de 20 a 25 SM
Profissão:				<input type="checkbox"/> de 25 a 30 SM
				<input type="checkbox"/> de 30 a 40 SM
Data:				<input type="checkbox"/> de 40 a 50 SM
				<input type="checkbox"/> acima 50 SM

- 1 – Quais lugares você mais gosta de frequentar na sua cidade? Por quê?
- 2- Você acha que existem turistas visitando Jaguarão?
- 3 – Se você fosse indicar a um turista locais para ele visitar, quais seriam?
- 4 – Como você vê o turismo em Jaguarão hoje?
- 5 - Como era o turismo antigamente, há seis anos?
- 6- Cite locais que você acha que poderiam ser atrativos turísticos, mas ainda não são.
- 7 - Como você se sente morando em uma cidade com prédios antigos?
- 8 – Que eventos ou atividade promovidas pela SECULT você participa frequentemente ou já participou?

Apêndice B – Roteiro utilizado nas entrevistas com a atual gestão

Nome:
Idade:
Profissão:
Currículo:
Atividade-cargo na SECULT:
Há quanto tempo atua na SECULT:
<ol style="list-style-type: none">1- Você já havia trabalhado com turismo antes?2- Descreva como você via o turismo em Jaguarão antes de atuar na SECULT3- Como você vê hoje o turismo em Jaguarão, no que ele está centrado4- Quais seriam os principais atrativos turísticos de Jaguarão atualmente, ou quais seriam as principais áreas de interesse turístico.5- De que forma a população participa, existe algum conselho, ONG..6- Quais são os projetos de desenvolvimento do turismo? Qual é a relação com os projetos de preservação do patrimônio?7- Fale sobre a trajetória das políticas públicas de desenvolvimento turístico8- Quais são as áreas hoje de potencial turístico?

Apêndice C – Roteiro utilizado nas entrevistas com a gestão anterior

Nome:
Idade:
Quando atuou:
Profissão:
Currículo:
Atividade atual:
<ol style="list-style-type: none">1. Como você vê o turismo hoje em Jaguarão? Como é o fluxo turístico?2. Como era antigamente?3. Quais foram as ações realizadas no seu governo que visavam o desenvolvimento do turismo?4. E sobre a preservação do patrimônio, quais foram os projetos executados?5. De que forma a população local participava dessas iniciativas?6. Que outros espaços, em sua opinião, poderiam ser desenvolvidos turisticamente

Apêndice D – Roteiro utilizado nas entrevistas sobre o Projeto Jaguar

Nome:
Idade:
Profissão:
Currículo:
<p>Projeto Jaguar</p> <ol style="list-style-type: none">1. Qual foi sua participação na elaboração do Projeto Jaguar?2. Como surgiu a ideia de elaborar o Projeto Jaguar?3. Quais foram as pessoas e instituições envolvidas?4. Qual é sua relação com o turismo, enquanto atividade econômica?5. Quais são os objetivos que o Projeto Jaguar alcançou?

Apêndice E– Roteiro utilizado na entrevista sobre o IPAJ e PRIJ

Nome:
Idade:
Profissão:
Currículo:
<ol style="list-style-type: none">1. Como iniciou a parceria entre o curso de Arquitetura da UFPEL e a Prefeitura Municipal de Jaguarão?2. Qual foi a primeira iniciativa? Qual era o objetivo?3. Fale sobre o inventário arquitetônico realizado na cidade4. Existe alguma relação entre essa iniciativa e o Projeto Jaguar?5. Fale sobre o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão6. Em sua opinião, qual a relação dessas ações com o turismo?7. Atualmente, qual é a principal atratividade turística da cidade?

Apêndice F – Roteiro utilizado na entrevista sobre a refuncionalização da antiga Enfermaria Militar

Nome:
Idade:
Profissão:
Currículo:
<ol style="list-style-type: none">1. Como surgiu a ideia de transformar as ruínas no Centro de Interpretação do Pampa?2. Quais foram as pessoas e instituições envolvidas?3. Fale sobre o Centro de Interpretação, qual é a proposta?4. Quais são as etapas desta iniciativa?5. A população local participou de alguma forma deste processo?6. Em sua opinião, qual é a relação do futuro Centro de Interpretação e a economia do município?

Anexos

Anexo A – Projeto Jaguar

FICHA TÉCNICA DA PROPOSIÇÃO - ESTUDO PRELIMINAR

JAGUARÃO, MAIO DE 1982

CONCEPÇÃO E CRIAÇÃO: VALDO DUTRA ALVES NUNES E JORGE ARISMENDI GARCIA

ESTRUTURAÇÃO TÉCNICA: JANICE CASTELAR

I - DENOMINAÇÃO: PROJETO JAGUAR

1.1. - JUSTIFICATIVA DA DENOMINAÇÃO:

A 31 de janeiro de 1812; um alvará do Governo Imperial, criava a Freguesia do Divino Espírito Santo em Jaguarão, vocábulo que seria aumentativo português da palavra tupi - Jaguar, onça, segundo alguns; ou a corruptela de Jaguarenhenção onça brava, segundo outros.

Aos que se pretende, como objetivo desta proposta que, em linhas gerais, se constitui no desenvolvimento de atividades que venham devolver à comunidade de Jaguarão suas características dinâmicas de expressão, tornando exequíveis suas potencialidades e suas expectativas política - sócio - econômico - cultural.

O termo Jaguar passa a representar um movimento de recuperação da consciência comunitária de Jaguarão, reativando e/ou re-estimulando e ou retomando sua capacidade de manifestar-se como COMUNIDADE ATIVA em seu contexto geral, pela satisfação sócio - cultural - econômica da comunidade, pela reintegração social, pelo desenvolvimento cultural, pelo cumprimento da tarefa político - econômica.

II - OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

2.1.1. - Conservar e manter as características das construções físicas da comunidade que, algumas isoladamente, e outras pelo conjunto arquitetônico, remontam seu passado histórico e caracterizam a função já desempenhada pela comunidade.

2.1.1.1 - a - Promover a troca dos postes de iluminação da ponte, recolocando os originais;

b - Procurar manter as fachadas dos prédios de valor individual e/ ou pelo conjunto arquitetônico, estabelecendo um serviço de coordenação e orientação municipal, nas reformas que se veem necessárias pela função atual: na pintura, nos caracteres genuínos, etc...;

c - Listar, ordenar e qualificar os prédios de importância histórico– arquitetônica, histórico-administrativa, e outros existentes na cidade.

2.1.2. - ESTIMULAR E ESTABELEECER UM CENTRO DE CRIAÇÃO

2.1.2.1. - a - Desenvolver a produção dos artesanatos da região, promovendo aulas dos artesãos à população interessada, difundindo técnica, estimulando o processo criativo; gerando assim uma nova fonte de renda, de expressão interna e externa à localidade;

b - Organizar e desenvolver grupos para a sensibilização artística, histórica, geográfica e ecológica, de manifestação, recreativa, social, tradicional e cultural, estimuladas pelo segmento dos artistas, estudiosos, literatos, pesquisadores, admiradores, etc.;

c - Aumentar as expectativas futuras das crianças do ASILO e do LAR dos Meninos, integrando-os a essas iniciativas.

2.1.3. - ESTIMULAR E CRIAR UM CAMPING ORGANIZADO OFICIAL DA REGIÃO

2.1.3.1 - Desenvolver projeto para a determinação de uma área para a prática de camping, organizado e coordenado pela Administração Municipal, mas administrado pelo LAR DOS MENINOS, gerando trabalho e fonte de renda a esta instituição e estabelecendo mais um atrativo a região.

2.1.4. - ESTABELEECER A MEMÓRIA COMUNITÁRIA

2.1.4.1 - a - Ativar o THEATRO ESPERANÇA, primeiro teatro politeama do estado, com apresentações periódicas de espetáculos de grupos locais e/ou externos;

b - Valorizar o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO, estabelecendo campanhas de informação de suas funções, e para a recuperação de seu acervo de origem;

c - Recuperar o acervo de importância comunitária que se encontra fora do estado, como por exemplo:

c.1. - Quadro de Debret, que tem a região como tema e, se encontra no Rio de Janeiro, na Fundação Raimundo Castro Maia;

c.2. - Transferência do material específico de Jaguarão que se encontra no ARQUIVO ESTADUAL.

d – Estabelecer uma campanha para listar ordenar e qualificar o acervo existente em casas particulares, facilitando o acesso ao material histórico existente nas casas da população.

e - Registrar e catalogar os elementos folclóricos da cidade, estabelecendo um movimento de registro de todas as histórias, estórias, acontecimentos especiais e peculiares da vida social da cidade, como por exemplo:

e.1. - Reunir o máximo de material sobre a obra do italiano Miguel Delellis, escultor em madeiras, principalmente móveis e que, conta a voz popular, esculpido seu próprio caixão fúnebre. Recuperar o carro-fúnebre, esculpido por Miguel Delellis, que se encontra fora de Jaguarão.

f - Estimular as instalações educacionais, sociais, culturais e religiosas para realizar um levantamento e registro dos feitos pessoais de pessoas naturais de Jaguarão que realizam ou realizaram obras, descobrimentos, etc., com importância: regional, estadual e nacional;

g - Estimular os segmentos da sociedade a realizarem levantamentos e registros dos feitos históricos que se procederam em Jaguarão as que tiveram origem ou que a cidade foi palco.

h - Estimular o Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, promovendo campanha de informação de suas funções, acervos e proposições;

i - Preservar as ruínas da ENFERMARIA, prova da fundação militar que a cidade já estabeleceu; preservar também o cerro onde está assentada a ruína, bem como a vista da cidade;

2.1.5. - Estabelecer um trabalho de registro dos caracteres geográficos e ecológicos da região

2.1.5.1. - a - Valorizar o Rio Jaguarão, da seguinte forma:

a.1. - Estabelecer espaços geográficos à beira do rio, preservando a fauna e a flora da região;

a.2. - Gravar um especial para TV, ressaltando seus diferentes relevos e características especiais e, ainda, seus ciclos ecológicos facilmente perceptíveis, a exemplo: Salso do Banhado, Massarico Pintado, etc;

b - Valorizar o espaço geográfico da região:

b.1. - Estimular o contato da comunidade com seu espaço geográfico, obtendo aula prática de informação e estabelecendo novos vínculos de convivência, preservando-o.

2.1.6. - TRANSFORMAR A REGIÃO DE JAGUARÃO EM POLO EFETIVO DE ATRATIVO CULTURAL E TURÍSTICO.

2.1.6.1. - a - Listagem, ordenação e qualificação da oferta turística a fim de que possam ser devidamente divulgados e emitidas as informações para o Sistema Estadual do Turismo;

b - Realizar cursos de conscientização turística na Região, através dos grupos organizados em instituições educacionais, culturais, de classe, assistenciais, religiosas, de negócios, sociais, etc., todos com o apoio do sistema Estadual de Turismo;

c - Introduzir Jaguarão nas metas promocionais das regiões uruguaias fronteiriças, para que o Governo Uruguaio estabeleça processo de desenvolvimento de interesse turístico, criando cassinos, ordenando e promovendo a oferta turística, estabelecendo a ROTA "TURÍSTICA COSTA OESTE DA LAGOA MIRIM" baseado em:

c.1. - Atrativos turísticos do Uruguai, nas zonas fronteiriças;

c.2. - Acessos pavimentados da BR - 116, *Ruta* 8, R 18, fazendo com que tenha se registrado um alto índice de pedido de informações, no Posto de Informações de Jaguarão (vide item Justificativa do implemento de maior interesse) tornando-se rota de menor percurso para as capitais de Argentinas e Uruguai.

c.3. - Evidenciar os valores significativos de ordem cultural e natural da região, possuindo "corredores" de acesso a várias localidades com: 1- beleza natural; 2- registro de arquitetura em função de atividade econômica; 3- fazendas que se seguem, caracterizando a região. exemplo: estrada da sede do Município à Pedras Altas onde está o Castelo Assis Brasil. (NOTA: verificar mapa da rota, anexo).

d - Estabelecer e criar material divulgativo, informativo e cultural da região;

e - Instalação de um sistema de botes turísticos para passeios no Rio, organizado pela Prefeitura Municipal, mas administrado pela colônia de pescadores (através de seu Sindicato), tornando-se mais um atrativo e, ainda, uma fonte de renda complementar nos períodos de maior fluxo turístico;

f - Incrementar a infra-estrutura hoteleira da cidade, baseada nos seguintes princípios:

f.1. - Criação de um camping municipal;

f.2. - Hotéis não sofisticados, com atendimento adequado;

f.3.- Estimular o surgimento de "pensões" e albergues para estudiosos, grupos de trabalho, etc.

g- Criação de roteiros específicos de visitação, em períodos (fim de semana, férias, etc.), com objetivos específicos, junto às institui es culturais e sociais de classe, etc, nas cidades principais das zonas turísticas do estado (a exemplo: Pelotas, Santa Maria, Canoas, Gramado, Canela, Porto Alegre, Capão, Tramandaí, Torres, Santo  ngelo,Ira , Rio Pardo, Uruguaiana, etc.) na tentativa de recriar novos p los emissores e receptores de visita o, oportunizando ao próprio povo do Rio Grande do Sul, conhecer sua própria cidade;

h- Incrementar a infra-estrutura prestação de serviços:

- de informação;
- de assistência médica e socorro de urgência;
- de orientação ao atrativo turístico, no atendimento ao visitante, através de cursos rápidos de orientação, com o apoio do Sistema Estadual de Turismo e Sanac.

III- JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE TURÍSTICA DE JAGUARÃO

O papel de cada município é o de procurar, cada vez mais, abrir as perspectivas de melhor qualidade de vida de cada cidadão de sua comunidade. O indivíduo sofre pressões na medida em que busca orientar seu caminho, em busca de desenvolvimento pessoal e de integração em grupo social. Na formação histórica de uma cidade, a função a ser desempenhada por este agrupamento sócio-político-econômico-religioso-cultural, estabelece caracteres dominantes estabelecidos pelo próprio grupo, dentro da divisão hierárquica de interesses.

A cidade de Jaguarão, dentro de seus contextos históricos, estabeleceu várias funções estão presentes no rosto da cidade, em sua imagem física-natural e em sua expressão comunitária.

A atualidade de Jaguarão é muito a quem do que se vê como registro em fichários. comunidade tem uma relação típica, característica de sua vida hoje e agora. E, precisa ser estimulada para recuperar a sua expressão máxima de ação.

A viabilização efetiva do potencial turístico da região de Jaguarão, se dá na medida em que preenche todos os requisitos básicos estabelecidos, através de estudo e ordenação do pensamento turístico a nível estadual através do - SISTEMA ESTADUAL DE TURISMO e a nível nacional - através da EMBRATUR, no cumprimento de sua tarefa de detectar, estimular e coordenar qualificadamente o potencial turístico de nosso estado e por consequência, o de nosso país, ou seja:

- 1- Jaguarão possui interesse regional de ampliar sua produção e o consumo de suas motivações a médio e longo prazo;
- 2- Possui um patrimônio natural, cultural e histórico característicos;
- 3- Possui condições de acesso de alto nível (estrada pavimentada);
- 4- Localiza-se próxima a regiões Uruguaias, que estão recebendo grande incremento turístico por parte do Governo Uruguiaio, instalando, atrativos, como por exemplo: cassino, roteiros de visitação, apresentação de shows-artísticos, incremento para o desenvolvimento comercial, etc;

5- existência de fluxo turístico significativo em relação as outras localidades, também fronteiriças, consideradas, por essas características, como "portões de entrada", sendo que, além do "portão de entrada", Jaguarão tem caracteres potenciais e afetivos, expressos pela sua história, pela sua produção, pelas manifestações dos segmentos de sua comunidade (vide quadro anexo). Considerar, ainda o fluxo de entrada de turista, a partir da Ponte Paissandu-Colon.

7- possui uma estrutura urbana desenvolvida com condições de prestar serviços à sua comunidade, necessitando apenas do estímulo do executivo municipal e estadual;

8- possui, a sua volta, consideráveis centros de apoio, que são aglomerados urbanos, não tendo, necessariamente, vocação turística, no entanto pela sua localização geográfica, exercem influência numa extensa superfície onde se situam os atrativos: Melo, Treinta y Tres, Balneário Lagoa Mirim, Rio Branco, Pelotas, São Lourenço, etc.;

9- a comunidade manifesta-se com interesse de organiza-se, não pelo caminho de introduzir comportamentos e/ou atrativos alheios a seu contexto, mas reativando, deixando-se descobrir do véu do constrangimento e dinamizando seu potencial.

1- QUADRO ANEXO - DEMONSTRATIVO DE FLUXO TURÍSTICO DE JAGUARÃO EM RELAÇÃO AS OUTRAS LOCALIDADES CONSIDERADAS PORTÕES DE ENTRADA.

LOCAIS Nº INFORMAÇÕES SOLICITADAS 1982

JAGUARÃO 7451 31,34%

CHUÍ 7199 30,27%

URUGUIANA 4978 20,94%

SANTANA LIVRAMENTO 4150 17,45%

FONTE: Departamento de Estudos e Projetos da CR-TUR, através dos dados objetivos nas fichas de registros de informações utilizadas nos centros de Informações Turísticas.

Anexo B – Lei nº 4682, de 19 de dezembro de 2007

L E I N° 4.6 8 2, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

Institui a PPHAT- Lei de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão, parte integrante do Plano Diretor Participativo de Jaguarão (PDPJ).

O Senhor Prefeito Municipal de Jaguarão.

FAÇO SABER, que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

PPHAT- LEI DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO TURÍSTICO DE JAGUARÃO

DIRETRIZES DA PPHAT

Art. 1º- Esta lei estabelece a preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão e é parte integrante do Plano Diretor Participativo de Jaguarão (PDPJ).

Art. 2º- São diretrizes da lei de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, e da paisagem urbana e rural:

- I. Promover e incentivar a conservação, preservação e revitalização dos bens de valor histórico, arquitetônico, paisagístico e turístico;
- II. Compatibilizar o uso e ocupação do solo com a proteção do ambiente construído nas áreas de preservação;
- III. Implantar estratégias de preservação como incentivos fiscais e tributários;
- IV. Valorizar a memória da cidade através de programas de educação e conscientização da preservação do patrimônio cultural nos estabelecimentos de ensino no município;
- V. Proporcionar subsídios para a realização de convênios com órgãos estaduais e federais;
- VI. Promover a sensibilização da comunidade na conservação cultural do município.

Art. 3º- Esta Lei teve como base o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ - 1992) e alguns dos objetivos estabelecidos pelo Projeto Jaguar (1983).

ZONA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º- A *Zona de Preservação* é aquela que busca a manutenção de núcleos urbanos, com caracteres históricos e culturais próprios da identidade local, na tentativa de manter a harmonia na evolução da paisagem urbana.

Art. 5º- As zonas de preservação da cidade de Jaguarão, conforme prancha nº 01, subdividem-se em:

- I. Zona de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico Turístico (ZPPHAT) - Constitui um conjunto imobiliário formado por construções de reconhecido valor histórico e arquitetônico, além dos espaços urbanos públicos que compõem a volumetria e a paisagem da cidade;
- II. Zona de Preservação do Patrimônio Histórico Natural Turístico (ZPPHNT) – Constitui as áreas físicas, com ou sem vegetações relevantes, e os espaços que representam as áreas verdes necessárias ao desenvolvimento da cidade.

Parágrafo Único- Na Zona de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico Turístico foram identificados e catalogados imóveis de valor histórico, arquitetônico e cultural que compõem o Inventário do Patrimônio Histórico Arquitetônico da cidade. Os imóveis com maior relevância arquitetônica estão relacionados no anexo nº1 da presente lei.

Art. 6º- São objetivos do Inventário do Patrimônio Histórico Arquitetônico:

- I. Caracterizar as obras arquitetônicas com significado histórico cultural levando em consideração o contexto histórico, características tipológicas e linguagem formal;
- II. Estabelecer o cadastro fotográfico e documental dos imóveis;
- III. Fornecer informações sobre as características físicas e históricas do Patrimônio Arquitetônico.

Art. 7º- A Zona de Preservação do Patrimônio Histórico Natural Turístico, conforme prancha nº 01, constitui-se nas seguintes áreas urbanas:

- I. ZPHN I - Cerro das Irmandades (Cemitério das Irmandades);
- II. ZPHN II - Cerro da Pólvora (Pedreiras e Enfermaria Militar);
- III. ZPHN III - Chácara do Galo;
- IV. ZPHN VI - Estação Ferroviária, Vila RFFSA e Estádio Mackinley Rosa;
- V. ZPHN V - Parque Urbano (Sindicato Rural, CTG Rincão da Fronteira e Estádio Navegantes);
- VI. ZPHN VI – Lar de Meninas;
- VII. ZPHN VII - Margem do Rio Jaguarão;
- VIII. ZPHN VIII - Hospital de Caridade e Vila Militar;

IX. ZPHN IX - As principais praças de valor histórico turístico são:

- a) Praça Dr. Alcides Marques e Largo das Bandeiras;
- b) Praça Paysandú e Praça do Desembarque;
- c) Praça Comendador José Maria de Azevedo;
- d) Praça Dario de Almeida Neves;
- e) Praça Bento Gonçalves.
- f) Praça Dr. Hermes Pinto Affonso

INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS PROPOSTOS

Art. 8º - Os Instrumentos Urbanísticos propostos, nesta lei, são:

- I. Zoneamento - Delimita as áreas de preservação;
- II. Regime de uso do Solo - Estabelece as atividades da área, conforme as características das zonas;
- III. Índices Urbanísticos - Regulamenta a intensidade construtiva;
- IV. Critérios de intervenção e construção nas zonas de preservação - Harmoniza as intervenções em áreas históricas e/ou novas construções com o patrimônio existente e a paisagem urbana local.

USOS E ÍNDICES URBANÍSTICOS NA ZPPHAT

Art. 9º- A definição dos Usos e Índices Urbanísticos na ZPPHAT estão descritos no anexo nº1 da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 10- As novas construções na ZPPHAT deverão:

- I. Não desfigurar a paisagem característica da zona;
- II. Obedecer aos critérios construtivos e as posturas das construções estabelecidas na presente lei e demais leis que compõe o Plano Diretor Participativo de Jaguarão.
- III. Manter as linhas do quarteirão, tanto na altura como no alinhamento.

Art. 11- Em obediência a tabela de Índices Urbanísticos, quanto ao alinhamento predial, deverá ser mantido a predominância do existente no quarteirão, não sendo permitido recuos frontais, nem balanços ou marquises.

Art. 12- Na ZPPHAT fica proibido demolições de fachadas de edificações históricas, exceto as fachadas em ruínas ou as que ponham em risco a população, de acordo com laudo técnico devidamente aprovado pela administração municipal.

Art. 13- Os projetos paisagísticos deverão manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado e serão submetidos à aprovação da Secretaria de Planejamento e Obras com referendo do Comitê Gestor do Plano Diretor.

Art. 14- As edificações existentes na Zona de Preservação que, a partir desta Lei, estiverem na classificação de uso como proibido, apenas poderão realizar obras de manutenção, não sendo permitida a sua ampliação.

Art. 15- Caberá a Secretaria de Planejamento e Obras, o controle e fiscalização da execução da presente Lei.

CRITÉRIOS, TÉCNICAS E TIPOS DE INTERVENÇÃO NAS ZONAS DE PRESERVAÇÃO

Art. 16- Na ZPPHAT as intervenções tanto nas construções antigas quanto nas novas construções, deverão ter a aprovação da Secretaria de Planejamento e Obras quanto à técnicas e materiais adequados, de modo que não haja descaracterização e o mesmo se harmonize com o entorno. Deste modo, caracterizamos os métodos para intervir:

I. Arqueológico:

- a) Aceita somente a consolidação da ruína, não admitindo recomposições estilísticas e réplicas, mas aceita a ocupação de espaços, com obras modernas;
- b) Condena a demolição de acréscimos das construções quando apresentam valor histórico ou artístico, independente da época que seja sua construção.

II. Científico

- a) Proíbe reconstruções de ruínas e o uso de seus espaços disponíveis. Obriga que as obras de consolidação sejam de modo visível e claro quanto ao uso de materiais e recursos da nova tecnologia ali empregadas;
- b) A reconstrução dos monumentos danificados deverão ser de modo harmônico, mas jamais deverão imitar os originais;
- c) Em intervenções de edifícios históricos o estilo a ser empregado deverá ser neutro, não tendo compromisso plástico na ornamentação com o outro ali existente, mas deverá ser mantido as proporções de cheios e vazios.

III. Artístico ou de Reintegração Estilística:

- a) Este se faz da combinação dos métodos arqueológico e científico, dando ênfase aos seus aspectos plásticos principalmente aqueles de adequação estética do meio ao monumento.

Art. 17- As características tipológicas tais como: casa de porta janela, casa de corredor lateral, casa de corredor central, casa com entrada lateral e casa isolada que apresentarem valor histórico, deverão ser mantidas ou em caso de alterações, deverão ter prévia análise da Secretaria de Planejamento e Obras com referendo do Comitê Gestor do Plano Diretor.

Art. 18- As técnicas de intervenção como: conservação, reciclagem, revitalização, revalorização (consolidação, Renovação e Reconstituição), que serão utilizadas nas

Zonas de Preservação, deverão ter prévia análise e aprovação da Secretaria de Planejamento e Obras com referendo do Comitê Gestor do Plano Diretor.

Art. 19- Em caso de descaracterizações do corpo (das colunas, pilastras, revestimentos, ornatos), coroamento (cimalha, cornija, friso,arqui-trave), platibanda, ornamentos, frontão, embasamento, vãos (vergas, ombreiras, bandeiras), cunhais e sacadas das construções, os proprietários estarão sujeitos a multas.

POSTURAS DAS CONSTRUÇÕES

Art. 20- Posturas são entendidas como normas que regulamentam as construções quanto à sua volumetria, composição e relação com o espaço público.

Art. 21- As posturas adotadas para as intervenções e construções novas a serem realizadas dentro da ZPPHAT deverão atender a determinados preceitos compositivos como:

I. Os projetos de intervenções que seguirem os índices urbanísticos **conformes**, na Zona de Preservação, deverão ser encaminhados a Secretaria de Planejamento e Obras;

II. Os projetos de intervenções que utilizam os índices urbanísticos **permissíveis**, na Zona de Preservação, deverão obedecer ao seguinte encaminhamento;

- a) **estudo de viabilidade** – o proprietário, através do responsável técnico, deverá encaminhar: registro de propriedade juntamente com solicitação de aprovação e o projeto constando tipo de atividade, situação, localização, vistas e níveis de alterações. A Secretaria de Planejamento e Obras especificará quais os itens atendem aos requisitos da presente lei podendo ser exigido antecipadamente um laudo técnico geral da construção;
- b) **pré-aprovação** - no caso de liberação das viabilidades propostas, o proprietário deverá entrar com um estudo preliminar, onde deve constar plantas baixas, cortes, fachadas da construção e do quarteirão, no caso de esquina, com as duas metades das quadras subseqüentes e levantamento fotográfico. A Secretaria de Planejamento e Obras despachará, explicando quais os itens que não estão de acordo e, dependendo do caso, poderá exigir novo estudo preliminar para a pré aprovação. É possível que seja exigido um novo laudo técnico, de forma mais detalhada que o anterior;
- c) **aprovação** - na etapa de aprovação deverá ser apresentado um anteprojeto constando: laudo técnico do estado de conservação do prédio, plantas de todos os pavimentos, elevação das fachadas, cortes longitudinais e transversais, memorial descritivo e justificativo e no caso de novas construções deverá conter também uma vista esquemática do quarteirão, enfatizando volumetria, divisão de panos, relação de cheios e vazios e aspectos relevantes.

III. Quanto às marquises serão estritamente proibidas. Nos estabelecimentos comerciais serão permitidos toldos recolhíveis, em substituição às marquises, desde que estes mantenham a relação de cheios e vazios da composição original, devendo distar do meio-fio no mínimo a 0,50m;

IV. Quanto aos painéis publicitários e pinturas:

- a) Não deverão ser afixados sobre os elementos da construção ou ornamentos, bem como a fixação de suportes dos mesmos;
- b) Não deverão prejudicar de qualquer forma a eficiência dos vãos das aberturas ou cobrir placas de numeração predial, nomenclatura de ruas e sinais de trânsito;
- c) Não deverão sobrepor os ornamentos e a modinatura, observando a relação de cheios e vazios, de tal modo que não descaracterizem a mesma.
- d) Deverão ter o fundo da mesma cor das fachadas, não sendo permitidas a utilização de tintas fosforescentes ou refletoras;
- e) Deverão ter à aprovação da Secretaria de Planejamento e Obras.

V. Quanto às instalações de equipamentos, não deverão sobressair o alinhamento predial nem sobrepor elementos da construção ou da composição formal, devendo estar preferencialmente ocultos ou instalados em áreas internas de ventilação, as instalações que dependerem de fiação deverão ser fixadas sem sobrepor ornamentos;

VI. Quanto à pintura das fachadas deverá ser observada a harmonia do conjunto existente e os padrões originais;

VII. Quanto aos revestimentos, ficam expressamente proibido os que não forem originais das construções. Nas novas edificações devem ser utilizados revestimentos que não entrem em desarmonia com o conjunto existente;

VIII. Quanto ao fechamento dos vãos ou abertura de novos, deverá ser observada a manutenção da proporção;

IX. Os proprietários dos imóveis que descumprirem os itens anteriores estarão sujeitos a penalidades constantes no artigo 27.

INTERVENÇÕES URBANAS

Art. 22- As intervenções urbanas são entendidas como a produção ou a transformação dos espaços públicos, a nível viário, paisagístico, mobiliário, infra-estrutura urbana etc..., devendo conter estudos de integração e contextualização com o entorno.

Art. 23- Toda e qualquer intervenção urbana, deverá obedecer os seguintes critérios de planejamento:

- I. As concessionárias de infra-estrutura deverão consultar a Secretaria de Planejamento e Obras quando da instalação de equipamentos dentro das

Zonas de Preservação, através do requerimento onde conste o projeto de ampliação e/ou remodelação de redes;

II. Não serão permitidas instalações de equipamentos de infra-estrutura ou mobiliário urbano que prejudiquem a visibilidade das fachadas;

III. A concessão de espaços públicos para a localização de paradas de ônibus, pontos de táxi e “trailers” de comércio ambulante, dentro das Zonas de Preservação, deverão ser submetidas à aprovação da Secretaria de Planejamento e Obras com referendo do Comitê Gestor do Plano Diretor;

IV. A Secretaria de Planejamento e Obras poderá propor a padronização da programação visual das placas indicativas e do mobiliário urbano para as Zonas de Preservação, além de alterações no desenho e na geometria viária.

INCENTIVOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS

Art. 24- Esta lei, estabelece diferentes níveis de variações da alíquota para o cálculo do imposto predial e territorial urbano – (IPTU), à imóveis pertencentes ao inventário do município, localizados dentro das Zonas de Preservação, ZPPHAT e ZPPHNT, que promovem a conservação e a restauração do patrimônio histórico, arquitetônico e turístico.

Art. 25- A redução das alíquotas de IPTU serão determinadas conforme os seguintes critérios: valor cultural da edificação, características tipológicas, linguagem formal, materiais e técnicas construtivas, época de construção, estado de conservação e o grau de descaracterização.

I. Imóveis com pintura em boas condições e conservação integral sem descaracterização de espécie alguma terão 60% (sessenta por cento) de desconto;

II. Imóveis com pintura em boas condições e pequenas descaracterizações terão 40% (quarenta por cento) de desconto. Considera-se pequenas alterações, os imóveis que mantêm suas características formais, tendo sido acrescentados ou supridos elementos decorativos que não interfiram em sua releitura;

III. Imóveis com pintura em boas condições e médias descaracterizações terão 20% (vinte por cento) de desconto. Entende-se por descaracterização média a alteração do telhado, aparatos publicitários e o uso de materiais adequados em projetos de reciclagem tais como ferro e vidro;

IV. Os níveis de redução da alíquota tributária sobre IPTU serão efetivadas pelo período de 2 (dois) anos, renováveis conforme o estado de conservação do imóvel;

V. Os imóveis que tiverem sofrido grandes descaracterizações, quando restaurados poderão requerer enquadramento nos termos desta lei.

VI. Imóveis que divididos em diversas economias, mas que possuam o mesmo coroamento (platibanda) demonstrando ser originalmente um único prédio, e

que mantenham em toda a extensão da fachada a mesma pintura, terão 30% de desconto, conforme lei municipal 4.634 de 26.09.07.

§ 1º - O contribuinte deverá solicitar a redução da alíquota até 31 de outubro de cada ano, mediante requerimento dirigido à Secretaria da Fazenda e comprovação de que encontra-se em condições de receber incentivo.

§ 2º - A administração municipal deverá manifestar-se sobre o requerimento até 28 de fevereiro.

§ 3º - Em se tratando de imóveis não pertencentes a listagem do anexo 01, da presente lei, deverão apresentar laudo técnico emitido por profissional devidamente habilitado.

DAS PENALIDADES

Art. 26- Os proprietários de imóveis localizados nas Zonas de Preservação ou de Elementos Isolados, que infringir as normas reguladoras desta lei serão advertidos e terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularizar a situação, caso contrário, estará sujeito a multa diária de 5% (cinco por cento) do CUB (Custo Unitário Básico) se decorrido 10 dias após a advertência, persistir a desobediência estará sujeito às seguintes penalidades:

- I. Embargo da obra que descaracteriza as Zonas de Preservação do Patrimônio Histórico;
- II. Interdição do prédio, ou de tudo que não seja permissível ou compatível com os usos permitidos e conformes;
- III. Demolição de prédios, monumentos, elementos e quais quer outras obras que não possuam licença da Secretaria de Planejamento e Obras;
- IV. Interrupção imediata do benefício fiscal referente à isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
- V. Retirada de letreiros, anúncios de propaganda, placas que estiverem em desacordo com as normas e diretrizes municipais.

Parágrafo Único- As multas serão cobradas em dobro a todo caso que seja reincidente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27- Os casos omissos nesta lei, serão solucionados pela Secretaria de Planejamento e Obras.

Art. 28- Para a conservação das Zonas de Preservação do Patrimônio Natural ficam proibidas a realização de obras de desmonte, terraplanagem, aterro, desmatamento, derrubada de árvores, bem como qualquer modificação do relevo ou paisagem.

Art. 29- Todos os planos e projetos de obras públicas ou privadas, executadas na área urbana do Município, ficam sujeitas às diretrizes desta Lei, a partir da data de sua vigência.

Art. 30- Não serão atingidos por esta lei, os projetos que tiverem sido aprovados antes da data de sua vigência.

Art. 31 - Esta lei entrará em vigor decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

Jaguarão, 19 de dezembro de 2007.

Dr. Henrique Edmar Knorr Filho
Prefeito

**Anexo C - Questionário utilizado na formação do banco cultural do programa
MEMORIAR**

QUESTIONÁRIO CULTURAL

Nome:.....

Idade:.....

Escolaridade: () 1º grau () 2º grau () Superior () Nunca estudou

Cidade em que reside:.....

1- Marque nas alternativas abaixo o que você entende por Patrimônio Cultural:

- a) Monumentos; praças; prédios antigos; túmulos; objetos de arte;
- b) Artefatos arqueológicos (de pedra, cerâmica, metais, louça, vidro, osso, etc.)
- c) Danças; hábitos alimentares; músicas;
- d) Bens naturais(cachoeiras; vertentes; acidentes naturais);
- e) Dinheiro, jóias, imóveis, carros, terras...

2- A quem pertence o Patrimônio Cultural?

- a) A prefeitura da cidade;
- b) Aos proprietários dos bens;
- c) A todos os cidadãos da cidade;
- d) Aos artistas da cidade.

3- Para você quem deve ser responsável pelo cuidado com o Patrimônio Cultural de sua cidade?

- a) Prefeito e vereadores;
- b) Artistas e intelectuais;
- c) População;
- d) Você;
- e) Outros. Cite:

4- Quem de fato cuida do Patrimônio Cultural de sua cidade?

- a) Prefeito e vereadores;
- b) Artistas e intelectuais;
- c) População;
- d) Você;
- e) Outros. Cite

5- Cite três exemplos de Patrimônio Cultural de sua cidade:

6- Qual dos exemplos citados acima seria o símbolo de sua Cidade?

7- Cite três exemplos de Patrimônio Cultural em geral: